

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A NOÇÃO DA RURALIDADE E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE
AGRICULTORES EM UM MEIO CIDADINO: O CASO DA VILA NOVA E
ARREDORES – PORTO ALEGRE/RS**

Carla Villanova Schnädelbach

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

Porto Alegre

2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A NOÇÃO DA RURALIDADE E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE
AGRICULTORES EM UM MEIO CIDADINO: O CASO DA VILA NOVA E
ARREDORES – PORTO ALEGRE/RS**

Carla Villanova Schnädelbach

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Mediações Político-Culturais, Estruturas Produtivas e Formas Sociais do Mundo Rural.

**Série PGDR – Dissertação n° 39
Porto Alegre
2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia 14 de abril de 2004, a Dissertação de Carla Villanova Schnädelbach, com o título *A noção da ruralidade e a construção identitária de agricultores em um meio citadino: o caso da Vila Nova e arredores – Porto Alegre/RS*, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Mediações Político-Culturais, Estruturas Produtivas e Formas Sociais do Mundo Rural.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (Orientador-Presidente, PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva (Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi (PGDR/UFRGS)

Profa. Dra. Rosa Maria Veira Medeiros (Departamento de Geografia/UFRGS)

...

Sólo le pido a Dios

**Que el futuro no me sea indiferente,
Desahuciado está el que tiene que marchar
A vivir una cultura diferente.**

(Léon Gieco)

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a construção desta dissertação. Agradeço, primeiramente, a meus pais e, em especial, à minha mãe, cuja dedicação e amparo são imensuráveis. Também, tenho muito a agradecer à “Sal”, que acompanhou este trabalho do início ao fim, por seu auxílio, incentivo e paciência nos momentos mais conturbados.

Não posso esquecer de agradecer a alguns companheiros, como Sílvia, “Cri”, Cíndia e Válter, entre outros, que me “socorreram” em algumas etapas. Também agradeço, em especial, ao meu orientador, prof. José Carlos, que com muita dedicação e competência, indicou-me rumos e “nortes”.

Quero agradecer a todos os entrevistados, que dispuseram de seu tempo, muitas vezes precioso, para formar a base empírica deste trabalho. De igual maneira, agradeço ao PGDR, que, por seu caráter multidisciplinar, propiciou-me viver experiências novas e adentrar em um mundo de conhecimentos até então inexplorado. Por fim, agradeço à Catiane, sempre prestativa e atenciosa.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FOTOS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	12
1 A IDENTIDADE EM QUESTÃO	22
1.1 O contraste, as fronteiras identitárias e as relações de poder	24
1.2 O residir nas fronteiras: a “insurgência” do hibridismo	29
1.3 A prática da violência simbólica e um de seus produtos: a desculturação	33
2 A RURALIDADE EM PAUTA	40
2.1 Da “extinção” da área rural de POA até a isenção tributária	42
2.2 A favor ou contra: mais que uma simples opção	45
2.3 Quando o simplesmente “conceitual” e o real se encontram: “vai virar tudo cidade”	52
3 A RURALIDADE VISTA DE “DENTRO”	57
3.1 A disposição na paisagem: os agricultores, da periferia ao centro	58
3.2 A ruralidade segundo os agentes internos: agricultores e demais moradores .	62
3.2.1 A distinção que ecoa do passado	63
3.2.2 Conformando a própria identidade	68

3.2.3 “É urbano agora aqui”: as diferenciações feitas, pelos agricultores, entre o ‘rural’ e o “urbano”	76
3.3 O hibridismo e as fronteiras móveis da ruralidade	79
4 A RURALIDADE, CONFORME OS AGENTES EXTERNOS	83
4.1 O meio ambiente e suas implicações sobre a ruralidade	83
4.2 A resistência à mudança: mera defasagem do <i>habitus</i> ou reflexo de uma violência simbólica?	88
4.3 A mediação, suas representações e a desterritorialização	94
CONCLUSÕES	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	110

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização da área estudada dentro do mapa oficial de Porto Alegre	111
FIGURA 2: Classificações dadas à área investigada, pelo PPDUA/1999, segundo a Estratégia de Promoção Econômica	128
FIGURA 3: Classificações dadas à área investigada, pelo PPDUA/1999, segundo a Estratégia de Produção da Cidade	129
FIGURA 4: Classificações dadas à área investigada, pelo PPDUA/1999, segundo Macrozonas	130

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Faixa na entrada das instalações da Festa do Pêssego/2003	131
FOTO 2: Fachada das instalações da Festa do Pêssego/2003	131
FOTO 3: Banca de um dos agricultores	132
FOTO 4: Público visitante e bancas dos agricultores (ângulo 1)	132
FOTO 5: Público visitante e bancas dos agricultores (ângulo 2)	133
FOTO 6: Princesa (adulto) com rainha e princesas (infantil) da Festa do Pêssego/2003	133

RESUMO

Este trabalho aborda os efeitos que um maior contato entre dois mundos tidos como distintos, o mundo “rural” e o mundo “urbano”, podem acarretar sobre a noção da ruralidade e sobre as formas identitárias construídas pelos agricultores. A área estudada corresponde a um bairro do município de Porto Alegre, a Vila Nova, mais parte de um bairro vizinho a ele, o Campo Novo. Este local foi colonizado, no início do século passado, por muitas famílias descendentes de italianos, as quais desenvolveram várias atividades agrícolas, tais como o cultivo de uvas e pêssegos, a produção de cachaça e vinho, entre outras. Com o passar dos anos, a expansão física e demográfica da cidade de Porto Alegre trouxe uma série de mudanças nas características deste bairro. A imigração de famílias de outras etnias e a gradual ocupação por moradores não-agricultores ocasionaram o fim da preponderância das propriedades agrícolas no local. Entretanto, apesar da atual classificação oficial urbana da área, é possível observar a noção da ruralidade ainda permeando várias das questões pertinentes aos agricultores. É a persistência da noção da ruralidade em muitas das representações feitas acerca dos agricultores do bairro e a presença desta noção em muitas das disputas em que os produtores agrícolas foram envolvidos que permitiram verificar como estes agentes elaboram e reelaboram suas identidades de forma estratégica. O realce feito pelos agricultores, ora em características identitárias “urbanas”, ora em “rurais”, ora em “locais”, conduziu à construção de uma identidade notadamente híbrida. É por esta razão que para a conservação de espaços agrícolas em meios citadinos, como os do caso estudado, deve-se levar em conta o fato de que o rural não pode ser visto simplesmente como sinônimo de atividade agrícola, pois são correlatos a ele processos pelos quais se dá a construção identitária dos agricultores.

ABSTRACT

This paper shows the effects we have by mixing two distinct worlds, the rural world and the urban world and what this can cause on the rurality notion and on the identities constructed by the agriculturists. The analysed area correspond to a neighbourhood located in Porto Alegre named Vila Nova and part of a bordering neighbourhood named Campo Novo. This place was colonized in the beginning of the last century by many Italian descendants families which developed a large range of agricultural activities as grapes and peaches cultivation, wine and sugar cane brandy production, among others. After a time, Porto Alegre demographic and territorial growth brought a succession of changes in this neighbourhood characteristics. The immigration of other ethnic families groups and the gradual territory occupation by non agriculturists caused the end of the agricultural properties in this place. However, despite the current urban classification of this area, it is possible to observe a notion of rurality which still permeate many of agriculturists pertinent questions. It is the persistence of this notion in many representations, which were done regarding the agriculturists of this districts, and this notion in many disputes in which the agriculturists were involved that allows us to verify how this people create and recreate their identities in a strategic form. Thus, the distinction made by the agriculturists sometimes with urban, sometimes with rural or local identities conduct to the construction of a hybrid Identity. That's why the reason to conserve the agricultural areas among cities environments, as the related fact, makes us consider that rurality can not be seen as a synonym of agricultural activity because the process through the agriculturists construct their identity is correlated with the rural environment.

INTRODUÇÃO

A experiência de adentrar num mundo de conhecimentos até então ignorados, cheio de mistérios e surpresas, é um acontecimento marcante na vida de qualquer estudante ou profissional. É exatamente esta sensação de curiosidade e desafio que uma estudante, oriunda das ciências agrárias, sente ao ter um maior contato com a área sociológica, ainda mais marcadamente, com a sociologia crítica, e, ainda mais precisamente, com a abordagem teórico-metodológica construtivista de Pierre Bourdieu.

Desta forma, não pude ficar indiferente, nem consegui deixar que conceitos e noções como o de campo de disputas, de *habitus* e de violência simbólica estivessem somente presentes nas leituras obrigatórias e nos trabalhos avaliatórios de uma ou outra disciplina. Assim, mesmo estando consciente de que o modo de conceber e “fazer” sociologia, proposta por Bourdieu, tenha, como todas os outros, seus limites e imperfeições, constitui-se, para mim, um interessante desafio conhecer como suas idéias e conceitos poderiam ser aplicados (e “funcionariam”) na prática. Então, optei por incluir alguns de seus pressupostos teóricos no quadro analítico que compus para analisar o caso empírico alvo de minha pesquisa.

Deve ficar claro que esta matriz analítica conterà também propostas e noções formuladas por outros autores, como Fredrik Barth e Susan Friedman, por exemplo, a fim de se obter um modelo teórico que venha a contribuir satisfatoriamente para a elucidação das questões pertinentes à situação empírica escolhida.

Já no que diz respeito à realidade a ser estudada, pode-se dizer que o quadro geral de análise é composto pela seguinte situação: tem-se, em Porto Alegre, um local¹ (visto que é uma área que compreende, atualmente, pelo menos dois bairros da Zona Sul

¹ Em anexo, encontra-se um mapa que delimita a área estudada dentro do município de Porto Alegre (figura 1).

do município: o bairro Vila Nova e parte do bairro Campo Novo/Aberta dos Morros²) que passou, principalmente nas últimas cinco décadas, de uma condição de uma majoritária ocupação por propriedades rurais à formação, nos dias de hoje, de uma paisagem social bem diversa. Diversa, porque é composta por moradores residenciais antigos, moradores de condomínios residenciais recentes, moradores de vilas populares instaladas pela prefeitura, propriedades de agricultores, áreas de proteção ambiental e, também, por sítios de lazer.

Conforme Mallmann (1996), esta área foi colonizada por descendentes de italianos, tendo recebido as primeiras famílias destes imigrantes a partir de 1894, os quais batizaram a vila formada com o nome de Vila Nova d'Itália. Inicialmente, era uma área tipicamente rural, onde se destacava a produção de frutas, principalmente de uva, datando de 1913 a realização da primeira Festa da Uva³ no bairro. Também, neste período, foram fundadas uma cooperativa agrícola⁴, uma caixa de crédito rural e inaugurada a Estrada de Belém Velho, que passava pela Vila Nova. Já, alguns anos mais tarde, em 1926, um ramal da via férrea foi prolongado até o local, servindo para o escoamento dos produtos da colônia até o mercado da capital.

Até meados do século XX, esta área era tida como uma zona rural, que, por meio do trabalho desenvolvido por famílias de colonos italianos, abastecia a cidade de Porto Alegre com diversos produtos, tais quais: farinha de milho, cachaça, vinho e frutas. No entanto, a expansão da cidade de Porto Alegre trouxe, progressivamente, uma série de mudanças nas características originais deste bairro. Uma das primeiras destas mudanças foi a imigração de famílias de outras origens étnicas, tais como de japoneses, poloneses e alemães, entre outras. Também, na “década de cinquenta, com o aumento populacional da cidade e o declínio de várias chácaras que foram sendo loteadas e urbanizadas, a Vila Nova perdeu suas características tipicamente coloniais, transformando-se em bairro residencial (conforme a Lei 2.022 de 07/12/1959)” (Mallmann, 1996, p. 40).

² É bem confusa a questão da nomenclatura deste bairro: para os agricultores e segundo uma lista de endereços, concedida pela EMATER, ele se designaria Campo Novo. Já segundo a lista telefônica LISTEL 2003/2004, ele se chamaria Aberta dos Morros. No entanto, num mapa da área, de 1987, fornecido pela SMOV, esta área se encontra sem denominação alguma. Neste trabalho, optou-se por conservar a denominação dada pela maioria dos agricultores, qual seja: Campo Novo.

³ Atualmente, em vez da Festa da Uva, há a realização da Festa do Pêssego da Vila Nova, desde a década de 50 (Mallmann, 1996, p. 54).

⁴ Esta tinha 108 sócios e produzia seis mil hectolitros de vinho.

A diversificação espacial, originada pela expansão física e demográfica que a cidade de Porto Alegre vem tendo, além de acarretar numa crescente urbanização na área acima citada, foi acompanhada, concomitantemente, pela diversificação do tecido social do local em questão. Esta, por sua vez, pode ter como conseqüência, além do surgimento de novos conflitos e tensões sociais, a ocorrência de mudanças nas percepções que os próprios agricultores possuem, bem como os demais moradores e os mediadores atuantes na área, sobre a noção da ruralidade.

Este maior contato entre atores sociais provenientes de universos culturais originalmente distintos, o mundo dito “rural” e o mundo dito “urbano”, pode ter também como efeito uma demarcação de fronteiras identitárias, onde cada grupo, conforme os interesses em jogo, move, expande ou contrai os limites das mesmas. Neste sentido, podem também ser constatadas situações nas quais possam ser observados atores sociais construindo representações de si próprios, onde são mescladas características ora de urbanidade ora de ruralidade, o que pode acabar por criar formas identitárias híbridas. Assim como, de contextos, como na realização de um evento tradicional no local (como o é a Festa do Pêssego da Vila Nova), onde se possa observar os atores sociais, em especial os agricultores, tornando (ou não) real a representação do que se espera que eles sejam naquele dado momento (através de um realce no próprio sotaque, nos próprios gestos, etc.).

Ainda fazem parte do quadro de análise desta dissertação, as discussões⁵ advindas da elaboração do último plano diretor de Porto Alegre, aprovado em 1999, o PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental), no que concerne, principalmente, à decisão feita pela extinção da classificação de zona rural de uma parte do município e às diretrizes relativas às classificações dadas⁶, por este plano, à área de estudo em questão. Juntar-se-ão a estes debates, as discussões⁷, iniciadas em 1996, acerca da cobrança ou não, junto aos agricultores, do IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial e Urbana) e da TCL (Taxa de Cobrança de Lixo e Iluminação Pública), por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, as quais culminaram, em final de 2002, na aprovação da Lei Complementar 482/2002, que acabou por isentá-los totalmente.

⁵ As quais podem ser encontradas tantos nos depoimentos recolhidos como em reportagens feitas pelo jornal Zero Hora.

⁶ Ver figuras 2-4, em anexo.

⁷ Idem à nota 5.

Diante do apresentado até aqui, pode-se notar que a existência (e permanência) de espaços agrícolas dentro de uma metrópole, como é a cidade de Porto Alegre, acaba por engendrar situações cuja complexidade pode ser visualizada tanto a nível espacial, nas disputas por espaços físicos, como também a nível político, nas lutas por recursos econômicos ou incentivos fiscais, e a nível social, nos conflitos surgidos devido aos diferentes posicionamentos de cada um dos grupos estabelecidos num local. Entretanto, há uma variável, em meio a este processo complexo, que normalmente passa despercebida, ou seja, que é pouco contemplada, tanto pelos estudos referentes a situações como esta, onde o “rural” e o “urbano” se encontram, como pelas propostas e planos elaborados para a manutenção e o desenvolvimento da agricultura praticada em espaços citadinos: a questão de como este encontro impacta sobre a identidade dos agricultores.

Neste sentido, não é raro encontrar em artigos científicos e em projetos de órgãos governamentais a ênfase na necessidade de se promover e fomentar a ocorrência de práticas agrícolas em espaços urbanos, através do incentivo à chamada agricultura urbana ou periurbana⁸. No entanto, a maior parte deles se preocupa em destacar os benefícios, problemas e riscos inerentes à existência deste tipo de agricultura, não havendo maiores enfoques sobre como se dá a construção e a manutenção de formas identitárias por parte dos produtores agrícolas presentes nestes espaços.

Em dois artigos que se dedicam a abordar os efeitos que a prática da agricultura urbana e periurbana pode ter sobre as zonas urbanas onde é exercida, um da FAO (1999) e um de Pereira (2000, p. 01,03), por exemplo, é destacado que este tipo de agricultura, além gerar emprego e renda agrícola, também contribui com a segurança alimentar, por aumentar a quantidade de alimentos ofertados aos consumidores urbanos. Também, eles alertam sobre os eventuais riscos à saúde e ao meio ambiente, que as práticas agrícolas em espaços urbanos poderiam acarretar, devido, por exemplo, ao uso inadequado de insumos agrícolas, os quais poderiam contaminar as fontes de água potável. Entretanto, nenhum dos dois faz algum tipo de menção a como esta manutenção de práticas agrícolas, em um meio urbano, além de poder suscitar a conformação de um campo de disputas pelos mais diversos interesses, entre os

⁸ Aqui, entender-se-á por agricultura urbana e periurbana “as práticas agrícolas, dentro das cidades ou ao redor delas, que competem por recursos – terras, água, energia, mão-de-obra – que poderiam ser destinados também a outros fins para satisfazer as necessidades da população urbana” (FAO, 1999)

agricultores e os demais atores sociais de um local, pode também influenciar na forma como cada agente (em especial, os agricultores) constrói e reconstrói a sua própria identidade.

De modo semelhante, as orientações para a formulação de políticas municipais para a agricultura urbana, apresentadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre⁹ (2003, p. 11-13), relacionam a importância e os benefícios deste tipo de agricultura às questões do combate à pobreza, à fome, da segurança alimentar e da geração de renda. Também, há a citação dos potenciais riscos à saúde relacionados à prática da agricultura urbana, derivados do uso de agrotóxicos, de resíduos orgânicos ou águas residuais não tratadas, entre outros. Porém, novamente não é feita qualquer referência aos conflitos culturais e identitários que a manutenção de tais espaços agrícolas poderia gerar.

É observando-se situações como a dos agricultores do bairro Vila Nova e arredores¹⁰, que se pode perceber a importância, na elaboração de políticas públicas, de se conhecer e investigar os conflitos sociais nas quais estes agentes encontram-se envolvidos, bem como as posturas e estratégias dos mesmos em relação à construção de formas identitárias próprias, a fim de se elaborar políticas capazes de lidar com tais questões.

Mesmo sendo o caso dos agricultores, da Vila Nova e arredores, um caso entre vários possíveis e não se podendo generalizar as considerações e proposições derivadas do mesmo, entende-se que esta dissertação, ao analisar este caso sob um prisma identitário, poderá acrescentar tal perspectiva à literatura atual sobre as práticas agrícolas exercidas em grandes centros urbanos.

Diante do apresentado até o momento e da pertinência do tema, cabe dizer que este estudo procurará perscrutar e elucidar basicamente três questões. Numa primeira questão, tem-se a seguinte indagação: é possível dizer que, num espaço social, como o

⁹ A qual define a agricultura urbana como aquela que “está situada dentro (intra-urbano) ou na periferia (peri-urbana) de um povo ou cidade, e incorpora práticas de cultivo ou criação de animais, reciclagem de resíduos ou águas residuais com fins produtivos, processamento e distribuição de uma ampla variedade de produtos alimentares e não alimentares, utilizando recursos humanos e materiais, produtos e serviços que se encontram em volta da citada zona, e, por sua vez, provendo recursos e materiais à mesma” (PMPA, 2003, p. 11).

¹⁰ Cujas propriedades existem há mais de cem anos no local, que em boa parte deste período residiam num bairro classificado de ‘rural’, que há poucos anos atrás pagavam um tributo rural (o ITR), e que ainda, nos dias recentes, estrategicamente, reivindicam um tratamento tributário diferenciado.

do bairro Vila Nova e arredores, classificado como rural até 1959 e onde os produtores agrícolas, até recentemente, ainda pagavam um imposto territorial rural (o ITR), a noção da ruralidade ainda está a impregnar as formas identitárias construídas pelos agricultores do local? Ou melhor, pode-se dizer que ainda há a persistência de uma identidade rural, vinculada às práticas agrícolas, neste espaço?

Já em outras duas questões, as interrogações giram em torno da noção da ruralidade. Uma delas seria referente a como está se dando a construção social da noção da ruralidade, por parte dos atores internos (os agricultores e demais moradores) e externos (os mediadores) desta área, num momento atual em que a população de agricultores, apesar de minoritária, ainda persiste no local. Em outra, procurar-se-á verificar se a construção desta noção acaba por fazer parte, ou não, de um campo de disputas, onde os diferentes grupos lutam pelo poder de nomear e de classificar, conforme seus próprios interesses e estratégias.

A partir das questões levantadas acima, procedeu-se à formulação de três hipóteses. Numa primeira, afirma-se que as representações sociais construídas acerca do que venha a ser a ruralidade, na situação analisada, variam de acordo com os interesses e a posição ocupada pelos diferentes atores (agricultores, demais moradores, mediadores) no campo de disputas formado em torno desta noção.

Noutra, é proposto que no espaço social analisado, palco do encontro entre as noções do rural e do urbano, ocorre a construção de formas identitárias híbridas, por parte dos agricultores, compostas por uma mescla entre características tidas como urbanas e as tidas como rurais, as quais são constituídas e expostas conforme os interesses e as estratégias destes agentes, em dadas circunstâncias.

Por outro lado, a terceira hipótese diria que algumas das formas identitárias inventadas (conscientemente ou não), por parte dos agricultores, são elaboradas em contraste à visão de uma ruralidade urbanamente centrada (a qual, por vezes, denegriria a imagem do próprio agricultor). Ou seja, que os agricultores residentes em meio urbano, em certos momentos, tendem a repudiar a apresentação de uma identidade rural, devido aos estigmas que tal identidade possui neste meio.

Já apresentadas as questões que este estudo está se propondo a investigar, bem como as hipóteses derivadas das mesmas, explicitar-se-á, agora, o trabalho realizado a campo e a análise feita com os dados nele recolhidos. Para que os objetivos desta pesquisa pudessem ser devidamente cumpridos, buscou-se, durante o trabalho de campo (o qual compreendeu os meses de fevereiro a novembro de 2003), conhecer, o máximo possível, a realidade empírica escolhida. Os instrumentos para isto foram obtidos seja por meio da realização de entrevistas, junto aos atores internos (os agricultores e demais moradores) à área estudada e junto aos mediadores nela atuantes, seja pela consulta a documentos oficiais (como o PDDUA/1999 ou a legislação tributária municipal atual) ou pela aquisição de cópias de reportagens referentes à problemática analisada.

Quanto às entrevistas¹¹, elas foram feitas em profundidade e semidirigidas, compreendendo um total de vinte. Destas, sete foram realizadas com agricultores (quatro do bairro Vila Nova e três do Campo Novo), juntamente com um levantamento de dados referentes à origem social/trajetória e aos capitais econômico, social e cultural de cada um deles¹². Nove delas foram feitas a mediadores relacionados com a problemática e outras quatro foram dirigidas a moradores não-agricultores do bairro Vila Nova. Também, foram realizadas duas etnografias: uma referente a uma das reuniões preparatórias da Festa do Pêssego de 2003 e outra, desta festa, em um dos seus dias de ocorrência.

Além das entrevistas e das etnografias, também constitui o material recolhido a campo o texto¹³, na íntegra, do último plano diretor de Porto Alegre: o PDDUA, aprovado em 1999, o qual extingui a classificação de zona rural dada à parte do município, bem como classifica de diversas maneiras a área estudada. Igualmente, o texto¹⁴ da legislação municipal referente à questão da cobrança do IPTU e da TCL, junto aos agricultores do município de Porto Alegre, incluindo a LC 482/2002, a qual acabou por isentá-los completamente deste imposto. Afora estes dois textos, também foram consultadas trinta reportagens do jornal Zero Hora, feitas entre os anos de 1995 e

¹¹ Cujos roteiros estão em anexo.

¹² É importante mencionar que dos sete agricultores inqueridos, somente dois expõem, atualmente, seus produtos na Festa do Pêssego, sendo que um comercializa pêssegos e outro, flores.

¹³ As páginas com trechos que interessem aos objetivos deste trabalho encontram-se em anexo.

¹⁴ Em anexo, estão as páginas, deste texto, referentes às isenções de IPTU e TCL.

2002, envolvendo os agricultores do bairro Vila Nova, a Festa do Pêssego, as discussões do PDDUA/1999 e as da legislação referente à cobrança ou não de IPTU.

Já no que diz respeito à realização das entrevistas, deve-se destacar que houve a tentativa de conduzir, o mínimo possível, o andamento das mesmas, através do uso da estratégia de se deixar o inquerido explicitar livremente seus pontos de vista, interferindo-se somente nos momentos em que as declarações desviavam-se demasiadamente do tema ou na efetuação de uma ou outra interrogação considerada pertinente. Também, procurou-se restringir as diferenças lingüísticas existentes entre pesquisador e pesquisado, optando-se pelo uso de uma linguagem mais coloquial, evitando-se termos que pudessem não ser bem compreendidos pelos entrevistados. Desta forma, buscou-se diminuir, na medida do possível, qualquer dissimetria entre os interlocutores, especialmente a cultural, que viesse prejudicar uma melhor comunicação e interação entre entrevistador e entrevistado.

Quanto ao que se refere aos dados obtidos, provenientes das entrevistas e dos demais levantamentos, deve-se dizer que os mesmos foram submetidos a uma análise qualitativa. Em cada um dos depoimentos recolhidos buscou-se apreender os interesses e as estratégias dos agentes, correlacionando seus posicionamentos e práticas, quando possível, à sua trajetória, ao peso de seus capitais (econômico, simbólico, cultural), bem como ao contexto no qual cada agente encontrava-se inserido. Tal procedimento visa fornecer uma melhor compreensão das disputas em jogo e das disposições apresentadas, seja na construção da noção da ruralidade, seja na elaboração e apresentação de uma determinada identidade. Também, busca-se entender como cada discurso pode estar relacionado com as condições sociais e aos condicionamentos, dos quais o ator de cada narrativa é produto (Bourdieu, 1998, p. 10). Por fim, cabe ser mencionado que, com o objetivo de se proteger os entrevistados de qualquer tipo de represália em função de suas declarações, tentou-se dificultar a identificação dos mesmos, ocultando-se o nome de cada um deles na análise das entrevistas.

Agora, proceder-se-á a uma breve síntese dos capítulos que compõem este estudo. Num primeiro momento, será apresentado o referencial teórico que norteará as discussões surgidas no decorrer da dissertação, onde o debate central girará ao redor da noção de identidade, enfocando, principalmente, as proposições referentes a esta noção,

feitas por Fredrik Barth e Pierre Bourdieu. Deve-se deixar claro, que apesar dos apontamentos de Barth dizerem respeito, mais especificamente, à formação de grupos identitários étnicos, entende-se aqui que muitos aspectos de suas proposições¹⁵ podem ser aplicados na compreensão da noção de identidade de um modo mais geral. Após, serão apresentadas algumas idéias e propostas de Bourdieu acerca das lutas identitárias e das disputas de poder contidas nestes conflitos, a fim de se construir o modelo teórico mais adequado para a análise do universo empírico escolhido. A isto se seguirá a inserção de outros autores, os quais subsidiarão as discussões a cerca da noção de hibridismo, para, ao final do capítulo, ser feita uma ligação entre elas e os efeitos que a prática da violência simbólica pode acarretar sobre os valores e a subjetividade do mundo camponês.

Apresentado um arcabouço teórico sobre o tema, o material empírico recolhido a campo será, aos poucos, introduzido no texto e começará a ser analisado. Deste modo, no segundo capítulo já constarão citações e trechos das entrevistas realizadas, com vistas a demonstrar os impactos que algumas proposições oficiais, contidas no PDDUA/1999 e na legislação tributária de POA (entre 1996 e 2002), possam ter sobre a noção de ruralidade e as representações que os próprios indivíduos têm sobre ela. Também, serão analisados os efeitos práticos sobre a realidade, que estas proposições têm o potencial de acarretar, bem como os interesses e as disputas que elas podem envolver.

No terceiro capítulo desta dissertação, serão apresentadas as representações sobre a ruralidade que os agricultores e os demais moradores do local investigado apresentam, procurando-se demonstrar, principalmente, que aqueles tendem à construção de uma forma identitária híbrida (entre o rural e o urbano) ou não e que esta construção tem como referencial uma visão da ruralidade urbanamente centrada.

No capítulo seguinte, será averigüada como se dá a construção social da noção de ruralidade pelos “de fora”, ou seja, pelos mediadores atuantes nas questões pertinentes aos agricultores do bairro Vila Nova e arredores. Neste momento, será dada ênfase às representações que os mediadores têm sobre a ruralidade, bem como serão

¹⁵ Especialmente ao que se refere à importância que este autor dá à questão da origem e da manutenção das fronteiras identitárias.

sublinhados os interesses em jogo e se estas representações carregam ou não uma dimensão de violência simbólica. Também, serão correlacionadas, na medida do possível, as posições dos envolvidos na questão com a posse de capitais (econômicos, culturais e/ou simbólicos) por parte dos mesmos.

Ao fim, será tecida uma conclusão que, resumindo as constatações feitas por este estudo, indicará a necessidade de se levar em conta, na análise do processo de desaparecimento dos espaços agrícolas em meios urbanos, que não apenas fatores objetivos, mas também fatores subjetivos, conformam este processo.

1 A IDENTIDADE EM QUESTÃO

Não são poucas e nem simples as discussões que se estabelecem ao redor do conceito de identidade, nos dias recentes, dentro do mundo das ciências sociais. São vários os autores e várias as correntes teóricas (como a sociologia crítica, os estudos culturais, o interacionismo, etc.), que tanto na sociologia como na antropologia, concentram suas investigações ao redor da noção de identidade e de suas diversas especificações: identidade cultural, identidade étnica, identidade social, entre outras. Apesar disto, mesmo que o termo identidade esteja tão em voga e diante de posições tão diversificadas sobre o assunto, não é nada difícil concordar com Hall, quando ele afirma que o conceito de identidade é demasiadamente complexo, ainda pouco desenvolvido e muito pouco entendido pela ciência social atual (Hall, 1998, p. 08).

No entanto, em meio a este emaranhado teórico acerca da noção de identidade, pode-se dizer que a compreensão da concepção da identidade como construção social – e não como algo essencial, inerente ao agente – já é uma quase unanimidade, pelo menos na antropologia contemporânea (Anjos, 1998, p. 123). Do mesmo modo, é fato que a construção social da identidade pode ser realizada não só pelo indivíduo, enquanto ser particular, mas também, e principalmente, por grupos sociais (como os grupos étnicos, por exemplo) e pelas culturas nacionais, as quais “ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constróem identidades” (Hall, 1998, p. 51).

No presente capítulo, será apresentada uma parte do debate atual sobre a noção de identidade, focalizando, principalmente, as idéias e propostas de dois autores contemporâneos: Fredrik Barth e Pierre Bourdieu. Em Barth (1998), tem-se uma forte contribuição no sentido da dessubstancialização do termo identidade étnica, através de sua ênfase sobre o caráter relacional dela. Ou seja, para este autor, a identidade não é inerente a grupo algum, não é uma essência imutável transmissível de gerações em

gerações, mas é construída, modificada, transformada conforme o estado das relações entre os grupos e a necessidade de distinção entre eles.

Já em Bourdieu (2002), tem-se uma acentuada ênfase na questão de como a definição de uma identidade (tanto faz se étnica, regional ou de classe) está imersa em meio a lutas, não só materiais, mas também simbólicas, onde o que está em jogo é “a conservação ou transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas” (Bourdieu, 2002, p. 124). Pode-se dizer que um grupo não se distingue de outro sem que se estabeleçam relações de poder, onde cada um procura impor, manter ou alterar constantemente a forma como é percebido, nomeado e classificado em meio ao mundo social. Assim, são estabelecidas complexas lutas sociais, onde cada grupo tem em mãos uma certa quantidade de capitais (econômico, simbólico, cultural, etc.) e onde os dominantes, freqüentemente, ou assimilam o grupo dominado ou o estigmatizam.

Entretanto, além de fomentar o encontro das idéias de Barth e de Bourdieu e relacioná-las com o caso empírico em questão, este capítulo também se prestará a trazer à tona duas das “três retóricas sobre identidade hoje omnipresentes nos estudos culturais: ‘o falar da fronteira’ e ‘o falar do hibridismo’” (Friedman, 2001, p. 05). Friedman preenche sua exposição sobre estas retóricas com trechos da obra de uma poetisa chicana, Glória Andalzúa, a qual depõe sobre a sua condição de “ser fronteiro”, que afora o nascimento na fronteira entre o México e os EUA, vê-se também portadora de uma identidade marginal: é mulher, negra e homossexual.

A partir deste depoimento, Friedman tece colocações sobre o caráter fluído, as linhas e traços móveis que as fronteiras identitárias podem possuir, como também sobre a operatividade da noção de hibridismo nos estudos culturais da atualidade. Portanto, suas colocações têm pertinência em relação à análise proposta, visto que esta almeja, entre outros objetivos, demonstrar que há a construção de formas identitárias híbridas, quando práticas agrícolas persistem em meio à cidade.

A discussão final deste capítulo abordará um dos efeitos possíveis da prática de violência simbólica, a desculturação, processo cuja ocorrência se tentará averiguar no meio social analisado por este estudo. Também, serão feitas algumas relações entre as

noções de hibridismo, desculturação e de fronteiras identitárias, levando-se em conta o caso empírico estudado.

1.1 O contraste, as fronteiras identitárias e as relações de poder

Como já foi colocado acima, é dentro de alguns estudos sobre a etnicidade e, especialmente, naqueles feitos por Fredrik Barth, que se encontram importantes avanços no que diz respeito à dessubstancialização da noção de identidade. Este autor, ao afirmar que a etnicidade é uma forma de organização social (Barth, 1998, p. 193), procura defender a idéia de que a identidade é construída a partir das interações por parte dos agentes dos grupos sociais e não pode, de maneira alguma, ser associada à posse de características essenciais a um grupo.

Segundo Barth, a identidade tem um forte caráter relacional e, portanto, torna-se extremamente dependente da ocorrência de relações sociais entre os grupos ou agentes: “as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas, são, muito ao contrário, freqüentemente, as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes” (Barth, 1998, p. 188). Também importante é o fato de que as diferenças culturais não implicam, necessariamente, a correspondentes diferenças étnicas, ou melhor dizendo, não há uma correlação direta entre cultura e etnicidade:

É importante reconhecer que, embora as categorias étnicas tomem em consideração as diferenças culturais, não podemos deduzir disso uma simples relação de um para um entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais. As características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os atores consideram significantes. (...) Alguns traços culturais são utilizados pelos atores como sinais e emblemas de diferenças, outros ignorados, e, em alguns relacionamentos, diferenças radicais são minimizadas e negadas (Barth, 1998, p. 194)

No entanto, segundo as finalidades deste trabalho, mais importante que a dissociação feita por Barth entre etnicidade e cultura, são suas colocações sobre o que deve ser o alvo das análises que tem como tema a identidade social de um grupo. Conforme ele, a melhor maneira de se estudar uma forma identitária não é tanto analisar sua constituição interna, sua linguagem, seus hábitos, seus costumes enquanto tais, mas estudar quais traços culturais, dentre uma gama sempre variada de escolhas possíveis,

são selecionados por um grupo para se distinguir de outros que coexistem com ele num mesmo espaço social.

Conforme a leitura de Barth feita por Poutignat & Streiff-Fenart (1998, p. 132), os valores culturais são sistematicamente usados pelos grupos como critérios para possibilitar a pertença ou negá-la. É no contraste das características culturais selecionadas por um grupo (e que sempre são passíveis de serem substituídas) em relação a um outro, que se encontra a verdadeira origem da identidade deste grupo: “... Barth recusa-se a considerar que as diferenças culturais possam ter uma pertinência em si mesmas, fora do campo de relações onde se encontram organizadas em categorias étnicas constrativas” (ibidem, 1998, p. 132).

A partir da ênfase nas características identitárias constrativas escolhidas por cada grupo, este autor acaba por propor que um deslocamento do foco até então usado nos estudos sobre grupos étnicos, ou seja: segundo ele, deve-se deslocar “o foco de investigação da história e da constituição interna de grupos distintos para as fronteiras étnicas e a manutenção destas fronteiras” (Barth, 1998, p. 189). Aproveitando esta proposta, o que será feito, no decorrer deste trabalho, não será tanto estudar a história e a constituição dos agricultores da Vila Nova e arredores enquanto um grupo fechado em si, mas será feito um esforço constante de se observar se estes agentes elegem ou não um conjunto de características culturais para se contrapor a outros grupos sociais existentes no local.

Um outro destaque que se pode fazer das colocações de Barth é o de que para a manutenção das fronteiras identitárias, os grupos acabam por levantar sanções, a fim de punir aos que tentarem atravessar a fronteira entre um grupo e outro. Só que, segundo este autor, estas sanções não são exercidas somente pelos *in-group*, mas também pelos *out-group*: “assim como os dois sexos ridicularizam o macho que é efeminado e todas as classes punem o proletário que parece ter o rei na barriga, também os membros de todos os grupos étnicos de uma sociedade poliétnica atuam para a manutenção das dicotomias e diferenças” (Barth, 1998, p. 200). A partir disto, pode-se tomar como interessante, em estudos afins, a tentativa de se identificar a ocorrência ou não de tal repreensão, por parte de grupos identitários estabelecidos, frente à possibilidade de emergências de formas identitárias híbridas.

Apesar dos inegáveis méritos das proposições de Fredrik Barth, há um espaço vago em sua teoria, denunciado por Anjos (1998, p. 126) e que merece, da mesma forma, realce: a insuficiência da abordagem deste autor no que tange à “questão das relações de poder na produção da objetividade identitária”. Somente em poucos momentos de sua proposição este autor refere-se à existência de lutas extragrupos pelos recursos considerados importantes para os mesmos.

Isto se dá, por exemplo, quando Barth aborda a questão estratificação dos grupos étnicos, na qual faz menção a uma característica fundamental para a existência de sistemas poliétnicos estratificados, ou seja, a da ocorrência de “um controle diferencial dos recursos considerados como importantes por todos os grupos do sistema” (Barth, 1998, p. 212). A seguir, este autor enumera os fatores geradores desta distribuição desigual de recursos, segundo as seguintes categorias: controles estatais, como ocorre em alguns sistemas modernos, plurais e racistas; por meio de marcadas diferenças nas avaliações que canalizariam os esforços dos atores em direções diferentes ou por meio de diferenças culturais as quais gerariam marcadas diferenças na organização política, na organização econômica ou nas habilidades individuais (ibidem, 1998, p. 214).

O que se pode dizer é que não há quase vestígios, nas proposições de Barth, da existência do tipo de lutas sociais, denunciadas por Bourdieu (2002), na qual são usados tanto recursos materiais como simbólicos, tanto por parte dos indivíduos como dos grupos, a fim de impor (por meios arbitrários e pelo uso também de violência simbólica¹⁶) a visão e a “di-visão” mais legítima do mundo social. Pode-se dizer que este autor não chega a analisar a questão das relações de poder, principalmente o simbólico, em que os agentes se debatem intra e extragrupos, com a finalidade de impor as classificações e as divisões oficiais do espaço social. A partir desta constatação, uma análise da proposta de Bourdieu, a fim de complementar a de Barth, vem a ser interessante.

Primeiramente, é importante notar que para Pierre Bourdieu, a existência de disputas pela ‘verdadeira’ classificação do mundo social e pela imposição da visão

¹⁶ A violência simbólica corresponderia ao ato de impor, e até mesmo inculcar, instrumentos de conhecimento e de expressão (taxonomias) arbitrários da realidade social, os quais são ignorados como tais (Bourdieu, 2002, p. 12).

própria sobre este mundo ocorre tanto dentro do próprio grupo como entre os grupos constitutivos do espaço social:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade e da unidade e da identidade do grupo. (Bourdieu, 2002, p. 113).

Desta forma, de um lado se tem as lutas internas ao grupo, onde o(s) agente(s) dominante(s) comanda(m) a seleção das características contrastivas identificadoras do grupo, a fim que se estabeleça a unidade do mesmo: “o poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única de sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade” (ibidem, 2002, p. 117). Um grupo que aspira emergir no mundo social precisa apresentar, antes de mais nada, um consenso (mesmo que imposto) acerca do sentido do próprio grupo, para que, numa etapa posterior, ele possa apresentar este sentido aos demais grupos.

Após a aquisição desta “unicidade”, o passo seguinte seria o de angariar o maior volume de capitais possível, a fim de poder ser aceito como um integrante do campo social e de conquistar nele a melhor posição possível:

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das deferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo, o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses. (Bourdieu, 2002, p. 135)

Contudo, também é digna de menção uma importante colocação feita por Bourdieu, a qual se refere à preponderância do campo econômico frente aos demais: este campo multidimensional é “subordinado de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo da produção econômica...” (Bourdieu, 2002, p. 153). A partir disto, tem-se que o capital econômico pode ser considerado o capital de maior peso

frente aos demais. Entretanto, além do valor desigual que possui cada capital (sendo o econômico como que o mais valioso), a realidade é a de que os agentes e os grupos componentes dum mesmo espaço social apresentam-se portando armas desiguais: “com efeito, a verdade do mundo social é o que está em jogo numa luta entre agentes armados de modo muito desigual para chegarem à visão e à previsão absolutas, quer dizer, autoverificantes” (ibidem, 2002, p. 147).

Além disto, onde a dominação se mantém segundo estratégias simbólicas, alguns grupos são levados a usar de estratagemas que, na verdade, acabam por legitimar os dominantes, o que é bem recorrente nos casos de violência simbólica. Dois tipos de situações podem ser facilmente encontradas nestes casos. Numa primeira, os dominados (desunidos) optariam por assumir a identidade dominante, sufocando a sua própria:

Quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta em estado isolado, como é o caso nas interações da vida cotidiana, não tem outra escolha a não ser a aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante de sua identidade ou da busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) e que tenha em vista propor, por meio de estratégias de dissimulação ou de embuste, a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima. (ibidem, 2002, p. 124).

No entanto, existe uma segunda situação, onde a própria manutenção das fronteiras viria em prol da legitimação do poder dominante, ou seja: quando a luta de um grupo se resume a ser aceito e reconhecido (oficialmente) pelo grupo dominante, o que o grupo dominado faz, freqüentemente, é se submeter a classificações e avaliações feitas conforme a tábua de valores ditada pelo poder dominante. Isto é, o grupo dominado acaba por agir e lutar conforme as regras estabelecidas, de modo arbitrário, pelos agentes da dominação, as quais têm em vista, principalmente, a perpetuação do seu poder. Assim sendo, a luta dos dominados não deveria se resumir ao alcance de reconhecimento por parte dos dominantes, mas muito mais à redefinição das regras e dos critérios que classificam o mundo social:

A revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos da intimidação que ela exerce tem em jogo não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer. (Bourdieu, 2002, p. 125).

Quando Barth ressalta a existência de um controle diferencial dos recursos por parte dos grupos de um sistema e elenca como um dos fatores desta desigual distribuição, por exemplo, o controle estatal em sistemas modernos, plurais e racistas, poder-se-ia dizer que mesmo em sistemas declaradamente não racistas, a aceitação dos grupos estigmatizados não garantiria, por si só, o fim da dominação. Ou seja, quando é concedido, a todos os grupos de um sistema classificatório, o direito de organizar as próprias regras deste sistema, é que se teria a possibilidade de rompimento do poder dos dominantes presentes no meio social.

1.2 O residir nas fronteiras: a “insurgência” do hibridismo

O presente trabalho, ao investigar a situação dos agricultores de um bairro de Porto Alegre, que, durante o transcorrer do século XX, passaram de moradores predominantes no local à atual condição de minoria, entre os habitantes dele, terá um modelo analítico composto pela apropriação dos aportes teóricos, sobre a noção de identidade, de Barth e Bourdieu. Deste, serão usados instrumentos teóricos, como a noção de campo de disputas, violência simbólica, entre outros, que possibilitem expor o peso com que as relações de poder inferem sobre a realidade social, onde as formas identitárias estão distribuídas. Do outro, utilizar-se-á a proposta de enfoque sobre a origem e a manutenção de fronteiras identitárias, através de uma atenção sobre a ocorrência ou não de escolha, por parte dos agricultores, de traços culturais distintivos e do subsequente uso destes para uma diferenciação frente aos demais. Também, o contrário será sondado: nas representações que os demais moradores e os mediadores fazem da ruralidade, há o uso de realce de algumas diferenças entre os agricultores e aqueles que não o são? E na prática, na objetivação das representações, enquanto realidade institucional e oficial, há diferenciações entre estes atores sociais?

Entrando no cerne deste subcapítulo, é preciso destacar que este estudo sondará também o espaço situado entre as fronteiras, enquanto lugar onde se dá como que uma “osmose social”, por onde transitam elementos dos dois lados do “front”, onde os traços de cada um deles se sobrepõe, são mesclados, entrelaçados. No momento atual dos estudos culturais, alguns autores vêm dando ênfase à necessidade de análise dos espaços intersticiais existentes entre as fronteiras identitárias. Deste modo, algumas pesquisas

recentes têm redundado em artigos que falam da questão das fronteiras, do hibridismo, de não-identidades, de margens e desidentidades.

É a inserção de algumas destas questões, neste texto, que subsidiará a idéia de que possa haver, por parte dos agricultores da Vila Nova, não uma assimilação completa aos ideários e ao estilo de vida urbano, mas a construção de formas identitárias híbridas, por parte dos mesmos, que ora apresentando realce em características culturais tidas como “rurais” e ora nas tidas como “urbanas”, fazem desta estratégia um modo de se fazerem presentes e distintos no meio social que ocupam.

Inicialmente, é importante salientar a percepção de Friedman (2001), de que mesmo diante de todas as conquistas práticas, no meio político, que a idéia da “diferença” obteve nos últimos anos, a “teorização das identidades”, pelo menos no contexto norte-americano, não tem dado a devida atenção e tem até mesmo fechado os olhos para “o espaço liminar que há nos interstícios dessa mesma diferença, um espaço fronteira, que é simultaneamente lugar de encontro, de interação e de troca” (Friedman, 2001, p. 06). Prosseguindo, esta autora ressalta a inadequação da imagem do mosaico, enquanto ilustração metafórica da idéia de multiculturalismo, a qual muitos autores têm recorrido. Isto, porque sua constituição de pedras isoladas coloridas, separadas por argamassa, simbolizaria uma ênfase de um meio social repleto de culturas diferentes, imóveis, herméticas, que não estabeleceriam nenhum contato entre si e onde não haveria encontro nem interações:

Mas já enquanto metáfora para traduzir a idéia de multiculturalismo, a imagem do mosaico tende a reforçar a ênfase na diferença e a desviar a atenção daquilo que se passa nas zonas raianas situadas entre o que é diferente. Dito de outro modo, a metáfora do mosaico silencia a maneira como o espaço intersticial se revela efectivamente lugar de constante migração, de um permanente movimento de vaivém. (Friedman, 2001, p. 06)

Assim, o uso desta imagem contribuiria consideravelmente para o calar sobre os que se encontram, tanto espacialmente como cultural e simbolicamente, localizados à margem dos estereótipos tradicionalmente identificáveis num dado espaço social. Desta maneira, pode-se dizer que, na modernidade, há uma certa imposição aos agentes sociais, frente às classificações oficiais e institucionais (já identificadas antes como recortes arbitrários), pela escolha de uma das identidades passíveis de serem assumidas,

ou seja, de um autoenquadramento em uma das representações oferecidas pela sociedade consumista:

De fato, incomoda-me (...) a recorrência a noções contaminadas pela ‘razão’ da modernidade, em que se tende a homogeneizar experiências e pré-codificar potencialidades político-culturais do lidar, do estar, do localizar-se, ou melhor, do recusar localizações na globalidade, reduzindo-se ao consumo e à produção de padrões de consumo o mote constituinte de identidade e representações; (...). (Castro, 2000, p. 160)

Deste modo, o que se faz urgente, nos estudos sobre as formas culturais identitárias da atualidade, é se levar em consideração a existência de formas que não se encaixam em modelo algum, pois são um misto entre um ou mais modelos, a fim de se proceder ao uso de “conjuntos binários em que se combinam o puro e o impuro, o mesmo e o diferente, o de dentro e o de fora” (Friedman, 2001, p. 08). Além de abdicar à condição de *rex*, ao qual pertence o poder de “traçar, por meio do dizer, as fronteiras entre os grupos e também entre o sagrado e o profano, o bem e o mal, o vulgar e o distinguido” (Bourdieu, 2002, p. 151), o cientista social deveria evitar, também, a idéia de que os grupos sociais seriam cercados por fronteiras intransponíveis. Mesmo diante do fato que os grupos selecionam, segundo seus interesses e estratégias, sinais distintivos, deve ser levado em consideração que existe a ocorrência de agentes e de grupos que combinam em si os contrastes que vêm em outros grupos, constituindo formas híbridas.

É esta forma transitória, indefinida, resultante do encontro entre os distintos, que faz desta zona fronteira um local contraditório e vítima até mesmo das sanções citadas na primeira parte deste capítulo:

Uma região fronteira é um sítio vago e indeterminado criado pelo resíduo emocional de uma linha de delimitação não natural. Vive num estado de constante transição, e é habitada pelo lícito e pelo interdito. (Anzaldúa *apud* Friedman, 2001, p. 08)

As fronteiras são a materialização da Lei, policiando as divisões; mas, por isso mesmo, elas vêm-se constantemente atravessadas, transgredidas e subvertidas. As fronteiras são usadas para exercer o poder sobre os outros, mas também para ir buscar o poder que permite sobreviver contra uma força dominante. (Friedman, 2001, p. 09)

É exatamente deste lugar, onde a classificação estática vê-se abalada por um vir e porvir constante de formas a ela estranhas, que se vê insurgir, em meio às

representações sociais já estabelecidas, o novo na forma do híbrido. Do mesmo modo, é justamente o híbrido, enquanto força transgressora, que pode vir a por em causa a própria “hegemonia do ‘falar da diferença’, a que muitos se encontram profundamente vinculados” (ibidem, 2001, p. 10).

Portanto, o hibridismo, enquanto uma insurgência perante a hegemonia dos que tem o poder de nomear, de proceder à classificação e à divisão do mundo social, poderia ser visto também como uma forma de subversão. No entanto, ele mesmo, assim como as próprias identidades e as fronteiras em que ele se molda, é uma forma móvel, mutante: o hibridismo seria, como a identidade, “uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall *apud* Hall, 1998, p. 13).

Mesmo diante deste caráter transitório das formas identitárias, na qual se incluem também as formas híbridas, os estudos sobre as identidades necessitam da formulação de modelos teóricos. Só que estes devem ser entendidos como que um *flash* momentâneo de um estado do mundo social, que por sua vez está constantemente mutando. Por isto, a fim de complementar o quadro de análise sobre a possibilidade dos agricultores da Vila Nova apresentarem uma forma identitária híbrida, vale a pena serem apresentados os três tipos de formações políticas, propostos por Friedman como forma de tornar a noção de hibridismo operativa: 1^a) *o modelo da opressão*, composto por um hibridismo imposto, pela desculturação, assimilação e cooptação; 2^a) *o modelo da localização*, constituído pelo hibridismo de tipo vário, pela transculturação, negociação e transfiguração; 3^a) *o modelo da transgressão*, onde se encontram o hibridismo contra-hegemônico, a resistência, a desestabilização, a qual é mimética, paródica e criativa (Friedman, 2001, p. 10-11).

Diante desta modelização, poderemos, mais à frente, tecer algumas considerações sobre a forma identitária híbrida dos agricultores estudados, a qual procurar-se-á demonstrar a ocorrência. No entanto, não se poderia negar a possibilidade dela vir a possuir, também, características dos três modelos propostos acima e ser uma forma híbrida alternativa a eles.

Antes de se encerrar mais este subcapítulo, expor-se-á uma ligação interessante, possível de ser feita, entre a discussão de Castro (2000) e a proposta de Bourdieu (2002). Ela pode ser apreciada recuperando-se a colocação de Bourdieu, já citada, de que os dominados do meio social muito mais que exigirem o reconhecimento, por parte dos dominantes, deveriam é derrubar a tábua de valores por estes imposta, a fim de exigir a participação no próprio processo de classificação. Castro, em certo momento de seu artigo, apregoa que é hora de se abrir espaço para processos de desidentificação, para a manifestação de não-identidades nas identidades, onde não se lograria somente o direito de exigir o reconhecimento da própria identidade, mas o de cada um (indivíduo ou grupo) poder escolher o que quiser vir a se tornar:

De fato, é importante reconhecer que os grupos excluídos desenvolveram certos estilos, valores e experiências de vida a que pode recorrer-se agora como uma forma de crítica política e que exigem urgentemente o direito à livre expressão; contudo, a questão política verdadeiramente fundamental é a da exigência do direito de descobrir aquilo em que cada um pode vir a tornar-se, e não assumir simplesmente uma identidade preexistente que estaria apenas recalcada. (...) O privilégio do opressor é o privilégio de decidir sobre o que virá a ser, é esse o direito que o oprimido deve também exigir [...]. (Eagleton *apud* Castro, 2000, p. 162)

O que se tem aqui é a compreensão de que, por vezes, modelos identitários prontos são oferecidos ou até mesmo impostos pelos dominantes de um espaço social a grupos subalternos. Contudo, também é importante se destacar que esta “oferta” ou “imposição” nem sempre é feita de maneira clara, direta, ou melhor dizendo: pode acontecer que o grupo dominado nem chegue a se dar conta deste processo. Desta maneira, os dominados apenas vão como que ‘vestindo’ a forma identitária que lhes é oferecida, sem ao menos questionar se ela lhes é a mais adequada ou por que a estão vestindo. Assim, mais uma vez a noção de violência simbólica merece ser resgatada neste trabalho: há momentos que a recusa ou aceitação de certos papéis sociais, em vez de ser fruto de uma escolha livre, pode ser mais resultado de uma imposição arbitrária que se estabelece, desapercibidamente.

É justamente sobre a “escolha” ou “recusa” de certas expressões identitárias por determinados grupos e sua relação com a ocorrência da mais sutil das violências, a simbólica, que versará o próximo subcapítulo.

1.3 A prática da violência simbólica e um de seus produtos: a desculturação

É interessante, neste instante, a possibilidade de se abordar um dos principais efeitos que a prática da violência simbólica¹⁷ pode ter naqueles sobre os quais ela incide, ou seja, a desculturação. Esta abordagem se torna possível pelo fato dela subsidiar as discussões em torno da terceira hipótese levantada por esta pesquisa: a de que os agricultores estudados estejam construindo também formas identitárias contrastivas e opostas à visão que os “urbanos” têm da ruralidade, a qual corresponderia, por vezes, a uma imagem pejorativa do agricultor e da própria agricultura¹⁸.

Esta hipótese foi inspirada nas colocações feitas por dois autores, onde são exemplificados alguns efeitos da prática da violência simbólica: em Anjos (1998), quando este discorre sobre a construção da alteridade cabo-verdiana, e em Bourdieu (2000), falando do celibato dos agricultores franceses. Nestes dois casos, é mencionada a ocorrência de um dos produtos deste tipo de violência: quando a visão que um certo grupo tem sobre si passa, sistematicamente, a ser a visão que os dominantes, de um certo espaço social, delegam.

Poder-se-ia encontrar como que um molde, para parte da análise da situação dos agricultores da Vila Nova, nas asserções de Anjos. Principalmente, no que diz respeito a como a visão que os intelectuais cabo-verdianos têm sobre o resto da África é similar à visão que foi construída despoticamente pelo olhar europeu, servindo esta como uma referência constrativa para a construção de identidade cabo-verdiana:

Se a África é uma “alteridade” construída para o contraste, essa alteridade é percebida sob o olhar de um terceiro – “o estrangeiro”, o europeu. É o visitante que, com “sua doentia curiosidade”, inventa a África como terra de “mistério”, isto é, de “magia negra”. Mas o intelectual cabo-verdiano não chega a perceber essa invenção em toda a sua arbitrariedade. (...) É que essa África de mistérios é um componente necessário para sua própria construção de identidade, é o pólo de seu próprio contraste. Nesse sentido a identidade cabo-verdiana é contrastiva em relação à África e incorporadora em relação ao olhar europeu. (Anjos, 1998, p. 128)

Podemos assistir a manifestação de uma das principais conseqüências do uso da violência simbólica: quando a construção da própria identidade é feita de modo a

¹⁷ A qual é exercida de forma quase sempre oculta e despercebida, por meio de naturalizações daquilo que nada tem de natural (Bourdieu, 2002, p. 115).

¹⁸ Neste sentido, por exemplo, se os urbanos percebessem os rurais como mal-vestidos e de modos rudes, os agricultores (ou seus filhos) procurariam ter uma aparência e comportamentos mais refinados, ou seja, mais próximos daqueles que os cidadãos possuem e valorizam.

contrastar com um referencial indesejável, sem se perceber que este é resultado também de uma outra construção. Desta maneira, a contastação feita por Anjos (1998), de que os intelectuais cabo-verdianos influenciaram a construção da identidade de seu país, percebendo-a com uma forma diferente da do restante da África, poderia servir como exemplo para parte desta análise. Quando estes intelectuais negligenciaram o fato de que a imagem africana, por eles usada, foi arquitetada segundo uma percepção européia, conforme uma apreciação imposta pelos “de fora”, poder-se-ia indagar: isto também não aconteceria com a percepção que os agricultores da Vila Nova têm da ruralidade? Ou seja, até que ponto a visão que os agricultores têm da ruralidade é influenciada pelas representações que os “urbanos” têm do rural? Ou ainda: até que medida estas representações influenciariam na confecção de formas identitárias por parte destes agricultores?

Estas questões tornam-se ainda mais pertinentes quando são colocadas diante da argumentação de Bourdieu (2002) sobre os efeitos que a unificação do mercado de bens simbólicos (no caso, o mercado matrimonial) gerou sobre o meio camponês da França. Bourdieu constatou que o cada vez maior celibato dos herdeiros camponeses era, na verdade, conseqüência de uma crise dos próprios valores camponeses, promovida pelo encontro destes com os do mundo ‘urbano’:

Ao dar suas moças, que costumava casar de baixo para cima, à gente da cidade, ele manifesta que retoma por conta própria, consciente ou inconscientemente, a representação citadina do valor atual e corrente do camponês. Sempre presente, mas reprimida, a imagem citadina do camponês impõe-se até a consciência do camponês. (Bourdieu, 2000, p. 112-113)

Ou seja, com “a abertura objetiva e subjetiva do mundo camponês (e de um modo mais geral, rural)”, propiciada pelo aumento das relações tanto comerciais como culturais com o meio urbano, além de esboroar a autonomia relativa do meio campesino, minou, também, a sua resistência aos valores centrais, citadinos. Também, ela conduziu ao fim de *localocentrismo* existente, o qual permitia o surgimento, em vários locais, de um particularismo cultural em matéria de língua, religião e política (ibidem, 2000, p. 99-100). A partir disto, pouco a pouco, o que se teve, segundo Bourdieu, foi uma progressiva adesão subjetiva dos camponeses aos valores urbanos:

... as vantagens associadas à existência urbana só existem e agem se se tornarem vantagens percebidas e apreciadas, se, por conseguinte, forem

apreendidas em razão de categorias de percepção e apreciação que façam com que, deixando de passar despercebidas, de ser ignoradas (passiva ou ativamente), elas se tornem perceptíveis e apreciáveis, visíveis e desejáveis. E, de fato, a atração do modo de vida urbano só pode se exercer sobre mentes convertidas a suas seduções: é a *conversão coletiva* da visão de mundo que confere ao campo social arrastado a um processo objetivo de unificação um poder simbólico fundado no reconhecimento unanimemente concedido aos valores dominantes. (Bourdieu, 2000, p. 103-104)

O que se tem é que, juntamente com uma expansão física e espacial do mundo citadino sobre o meio rural, houve um concomitante alastramento dos valores “urbanos” na subjetividade camponesa. É devido a esta, principalmente, a ocorrência gradual de um processo de desvalorização da própria condição camponesa, que Bourdieu denominou de desculturação e onde o sistema escolar teria um papel decisivo: “Esse efeito de desculturação é exercido menos por meio da própria mensagem pedagógica do que por intermédio da experiência dos estudos e da condição de quase-estudante. (...) Essa nova experiência tende a desrealizar, na prática, os valores transmitidos pela família (...)” (ibidem, 2000, p. 115).

No entanto, afora este declínio da apreciação pelos valores camponeses, a unificação do mercado dos bens simbólicos teria um outro efeito devastador sobre o espaço social rural: o de favorecer o surgimento, na consciência camponesa, de “uma imagem catastrófica de seu futuro coletivo”. Desta forma, ocorreria como que uma “manipulação simbólica do futuro”, a qual contribuiria significativamente para tornar real a tendência profetizada: “O efeito de desmoralização exercido por uma representação pessimista do futuro da classe contribui para o declínio da classe que o determina” (Bourdieu, 2000, p. 116). Sendo assim, ao se embutir na subjetividade camponesa a premissa encerrada em frases como “a terra está fodida” (ibidem, 2000, p. 104), se teria na crença da descrença um substrato perfeito para a realização desta previsão. Teríamos, assim, um círculo vicioso, onde a subjetividade (do descrédito na agricultura) se realizaria, pouco a pouco, na objetividade (com o envio dos filhos para a escola, para terem uma profissão melhor, por exemplo), que por sua vez retroalimentaria o subjetivo (o desencantamento resultante da falta de mão-de-obra própria, a qual inviabiliza a reprodução da propriedade camponesa).

Diante do exposto até aqui, pode-se perceber a necessidade de, ao se investigar a construção ou não de formas identitárias por parte dos agricultores, bem como as percepções que os mesmos possuem sobre a noção da ruralidade, inferir-se se as

representações criadas não estariam mergulhadas num processo de desculturação semelhante ao que foi exposto acima.

Deste modo, a montagem analítica conformada para este trabalho, para analisar como se dá tanto a construção da noção da ruralidade como da identidade social dos agricultores, no local estudado, fica composta por algumas noções centrais, quais sejam: as de fronteira identitária, relações de poder, violência simbólica, hibridismo identitário e desculturação. São as interligações possíveis entre estes conceitos e a conseqüente estruturação desta montagem, bem como sua adequação à realidade empírica escolhida, que proporcionarão eficácia à mesma.

Em razão disto, pode-se afirmar que os agricultores da Vila Nova e arredores serão analisados conforme a seguinte perspectiva: quando os agentes de um dado grupo decidem por se apresentarem como diferentes, pode-se dizer, num primeiro momento, que eles tendem a construir uma identidade social própria. No caso aqui estudado, esta identidade corresponderia a uma identidade rural.

Esta construção em geral se dá pela escolha de símbolos, emblemas e traços culturais distintos dos demais. Por sua vez, esta seleção de características (subjetivas ou objetivas) diferenciadoras pode ser feita pelo grupo, por parte dele, por um líder ou também ser imposta ou influenciada por agentes externos ao grupo, o que configuraria a formação de um quadro de disputas internas e/ou externas. Neste estudo, será averigüada a conformação de um quadro de disputas deste tipo acerca da noção da ruralidade.

Do mesmo modo, pode ocorrer que esta escolha de critérios distintivos corresponda à fuga de uma identidade estigmatizada (“rural”). Contrariamente, a seleção de características identificadoras também pode se dar no sentido da incorporação de traços de uma identidade dominante (“urbana”), havendo assim uma progressiva assimilação cultural.

Entretanto, em certas situações, um grupo social pode optar, estrategicamente, pela construção de uma conformação identitária híbrida, a qual possuindo uma configuração fronteira móvel, possibilitaria um trânsito entre vários tipos identitários.

Assim sendo, este grupo ora apresentaria características indicativas de uma desculturação ou assimilação identitária (através da adesão aos valores ditos “urbanos”), ora manifestaria a posse de uma identidade constrativa e diferenciada em relação às demais (pela manifestação de características tidas como “rurais”).

É justamente desta maneira que se teria a solução de um impasse teórico, ocasionado pela contraposição existente entre as noções de hibridismo e desculturação, a qual poderia dificultar a utilização conjunta das mesmas. Entretanto, como pode ser observado também no modelo analítico proposto por Friedman (2001, p. 10-11), em certas situações, a noção de hibridismo pode abarcar as noções de assimilação e desculturação. São nestes casos que a opção estratégica pela conformação de formas identitárias híbridas, através da intercalação de sinais de resistência com indícios de submissão, propiciada pela localização em uma zona fronteira (entre o “urbano” e o “rural”), pode garantir a um grupo a manutenção de sua própria existência enquanto tal. Ou seja, é desta forma que ele pode buscar “o poder que permite sobreviver contra uma força dominante” (ibidem, 2001, p. 09).

No caso deste estudo, a investigação feita acerca dos agricultores da Vila Nova e arredores seguirá dois caminhos diferentes, mas entrelaçados, pois duas construções serão sondadas concomitantemente: a da noção da ruralidade e a da identidade social dos agricultores. Entende-se, neste trabalho, que uma noção está atrelada à outra, ou seja, que os agricultores ao construir e reconstruírem a sua própria identidade acabam alterando o que tanto eles como os demais agentes entendem por ruralidade e vice-versa¹⁹.

Após a explanação feita neste capítulo, a qual visou a obtenção de um quadro teórico que pudesse subsidiar as análises das questões que foram propostas, no próximo capítulo, será procedido o início da análise do material empírico coletado. Neste, procurar-se-á demonstrar como as discussões referentes à elaboração do novo Plano Diretor de Porto Alegre e à questão da isenção ou não do pagamento de IPTU e TL²⁰, aos agricultores do município, puderam configurar um típico campo de disputas em

¹⁹ Ou seja, compreende-se que o rural é também uma representação social que gera fatos sociais, fazendo emergir identidades sociais (Wanderley, 2000, p. 130).

²⁰ Respectivamente, Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e Taxa de Coleta de Lixo e Iluminação Pública.

torno da noção da ruralidade, onde tanto fatores objetivos como subjetivos fomentam tal campo.

2 A RURALIDADE EM PAUTA

Se os estudos e debates referentes à noção da identidade redundam em inúmeras e complexas discussões nas ciências sociais contemporâneas, assim também o são os que se formam em torno da noção da ruralidade. Já nas primeiras décadas do século passado, Sorokin, Zimmerman e Galpin apresentaram estudos onde estabeleciam as “características diferenciais das comunidades urbanas e das rurais, cuja totalidade tipifica a cada um destes agregados sociais” (Sorokin *et al*, 1929, *apud* Newby, 1983, p.41 - tradução minha). Passado um século, desde a elaboração da “teoria dicotômica²¹”, ainda não se tem uma resposta unânime acerca da pergunta: afinal de contas, onde termina o rural, onde começa o urbano?

O que se tem é que a questão da definição da ruralidade atualmente extravasa o campo das ciências sociais, abrangendo além de disciplinas como a Economia, Sociologia, Geografia, muitos setores a nível governamental. Isto porque a demarcação da ruralidade influi tanto na destinação de recursos para esta ou aquela região, como na cobrança ou não de certos impostos, bem como na elaboração de planos e projetos de desenvolvimento para determinadas áreas.

Contudo, mesmo que a importância da delimitação das áreas rurais seja indiscutível, deve-se destacar que este trabalho não se propõe, como já foi dito, a definir a ruralidade ou não do bairro Vila Nova e arredores²². A proposta deste estudo se situa muito mais em sondar como a ruralidade é vista e percebida, num local onde agricultores cultivam, residem e convivem com a cidade, suas construções e prédios, e com os habitantes dela: os “cidadinos”. Como estes agricultores percebem a si mesmos, diferentes ou iguais aos demais? Como os demais moradores os vêem: notam-os como distintos ou não? De que modo eles são classificados e percebidos pelos órgãos

²¹ Visto que estes autores viam o rural e o urbano como dois meios polarizados e contrapostos entre si.

²² Seguindo no mesmo sentido de Wanderley, quando esta afirma que “não interessa ao pesquisador ao pesquisador conferir se a visão apresentada da cidade é ou não correta; seu objetivo é compreender como a referência ao rural gera fatos e identidades sociais” (2000, p.105).

governamentais: recebem o mesmo tratamento que os demais moradores da cidade ou são vistos como um grupo social diferenciado?

É a busca pelas respostas destas interrogações que levará este estudo a permear as formas como a ruralidade é construída pelos agentes sociais envolvidos na questão. Desta maneira, é procurando identificar o modo como esta construção se articula com a formatação de uma identidade social por parte dos agricultores, bem como se a construção da ruralidade é alvo de disputas, onde os diferentes grupos sociais lutam pelo poder de nomear e de classificar, conforme seus próprios interesses e sua posição social, que será desenvolvido este trabalho.

A finalidade desta seção é explanar como a ruralidade, ao ser objeto de classificações por parte do poder público de Porto Alegre, acaba por engendrar um campo de disputas e conflitos, onde cada grupo ou agente participante deste campo constrói e percebe a ruralidade segundo suas próprias conveniências. Também, procurar-se-á demonstrar como as classificações oficiais, têm o poder de tornar real as divisões que instituem: “... o ato de instituição é um ato de comunicação de uma espécie de particular: ele *notifica* a alguém sua identidade, quer no sentido de que a exprime e a impõe perante todos (“*kategoresthai*” significa, originariamente, acusar publicamente), quer notificando-lhe assim com autoridade o que esse alguém é e o que deve ser” (Bourdieu, 1996, p. 101).

Dito isto, primeiro serão apresentados dois tipos de determinações feitas pelo Poder Público Municipal de Porto Alegre, as quais fomentaram diversos debates acerca da existência ou não de áreas rurais no Município e redundaram nas mais diferentes impressões sobre a condição social dos agricultores estudados. São elas: as contidas no Plano Diretor de Porto Alegre, o qual “extinguiu” a zona rural de Porto Alegre e delegou uma série de classificações à área pesquisada; a Lei Complementar 482/2002, a qual acabou por isentar totalmente os agricultores de Porto Alegre do pagamento de IPTU e TCL. Após, serão expostos, através de uma apreciação das discussões que a confecção destas duas determinações oficiais originaram, os interesses em jogo, assim como as conseqüências, tanto objetivas como subjetivas, que a instituição das mesmas tiveram sobre agricultores.

2.1 Da “extinção” da área rural de Porto Alegre até a isenção tributária

Já nas primeiras entrevistas, no final de 2002, ainda exploratórias, emergiam das primeiras conversas, referentes à situação dos agricultores na Vila Nova, com um agrônomo da EMATER e um agricultor residente nela, sinais de que existia algum tipo de embate tributário dos agricultores com a Prefeitura de Porto Alegre. Vêm-me à memória as reclamações do produtor, de que a Prefeitura estava lhe cobrando um imposto enorme e as colocações do agrônomo sobre as controvérsias geradas a respeito da cobrança ou não do IPTU aos agricultores e as angústias que este assunto gerava neles. Eu mal me dava conta que estava adentrando, através de minha pesquisa, em meio a um contexto de disputas e querelas envolvendo a ruralidade e as propriedades agrícolas de Porto Alegre. Parte delas foram recentemente resolvidas²³, mas ainda se encontram presentes na memória dos agricultores, lembranças da apreensão, ansiedade e até mesmo da revolta sentida por muitos, em um passado não muito distante:

Agora me isentaram. Melhor pra mim. Eu estava com uma bronca na Prefeitura, que eu não sei quantos milhões eu tava devendo de imposto pra eles. *E eu brigando com eles, brigando com eles.* Aí, tá, foi a isenção, me deram, me isentaram tudo. (...) Espero que futuramente não venha incomodação de novo. *Se vier incomodação futuramente, que eu esteja morto já.* (entrevista concedida, 01/09/03 – agricultor em tempo integral, 55 anos, participante tradicional da Festa do Pêssego)

Foi este cenário de conflito, de contenda, que envolveu tanto os trabalhos acerca da reformulação do Plano Diretor de Porto Alegre, como a definição da cobrança ou não de IPTU e TCL aos agricultores porto-alegrenses. As discussões sobre a reformulação do Plano Diretor iniciaram-se, conforme investigação em reportagens do Jornal Zero Hora, por volta de 1997. Em uma destas reportagens, já se encontrava presente também o caráter de disputa política que abrangeria a extinção da zona rural de Porto Alegre, prevista no novo PPDUA:

Foi remetido sem debate. *Estão transformando área rural em urbana para aumentar os impostos.* (entrevista do vereador de oposição, João Dib – Jornal Zero Hora, janeiro de 1997).

Este foi o panorama inicial da discussão: a Prefeitura Municipal esboçava um novo desenho da Capital, o qual, entre outras determinações, propunha a extinção da

²³ A isenção tributária do IPTU e da Taxa de Lixo, às propriedades agrícolas com menos de 30 ha, foi alcançada com a aprovação da LC 482/2002, ocorrida em dezembro de 2002.

classificação de área rural de alguns locais de Porto Alegre, alegando que necessitava ter o controle sobre o planejamento de todo o Município. Até então, os proprietários de imóveis com produção primária, agropecuária, aos invés de pagarem o Imposto Predial Territorial Municipal (IPTU), ainda contribuía ao Governo Federal, pagando o Imposto Territorial Rural (ITR). Pagavam ITR e não IPTU tanto os que residiam na denominada Zona Rural de Porto Alegre, localizada no extremo sul do Município, como produtores fora dela, como os da Vila Nova, que desde 1959 detinha a classificação de bairro residencial.

A partir de 1997, na elaboração do novo Plano Diretor que viria a ser votado em fins de 1999, começou-se a projetar o fim da classificação rural que ainda era dada a uma boa parte da Zona Sul de Porto Alegre. Vinculada a esta mudança, havia a proposta de se passar a incidir IPTU aos produtores agrícolas ao invés do ITR, já que, teoricamente, não existiria mais imóvel rural no Município. Segundo um técnico da Prefeitura, o Poder Público Municipal, por meio desta medida, mais do que aumentar a sua arrecadação tributária, procurava obter um maior controle sobre o planejamento da cidade:

... mas não era, também de outro lado, intenção do Município ficar cobrando IPTU, não era esse o interesse. Qual era o grande interesse que vinha por trás? E esse que norteou trazer todo o Município para a zona urbana: era tu teres realmente controle sobre o planejamento municipal. Porque o quê que acontecia: o Município não podia... *o que era zona rural o Município não podia mexer* e estavam se alastrando muitos loteamentos clandestinos. (entrevista concedida, 05/9/03 – Agente Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda, agrônomo)

Desta forma, aqui já se pode perceber a condição especial em que se encontravam os agricultores da Vila Nova e arredores, pois mesmo estando suas propriedades localizadas fora da então zona rural do Município, a Prefeitura não tinha gerência sobre as mesmas, visto que seus proprietários pagavam somente o ITR. Era como se elas fossem “núcleos rurais” localizados dentro da zona urbana. Essa situação diferenciada, denotadora de uma classificação “rural” em meio a uma cidade grande, foi alterada por algumas determinações municipais, como continuaremos a expor.

As discussões oriundas do Plano Diretor seguiram paralelas à questão da cobrança de IPTU e TCL, sendo que, conforme depoimento do técnico da Fazenda, já citado acima, as cobranças, aos agricultores das áreas urbanas, não eram feitas em acato

a uma antiga lei federal que definia a incidência do ITR também aplicável às áreas exploradas com atividade primária, agropecuária, mesmo fora do perímetro rural. No entanto, uma lei federal ordinária de 1994 deixou claro que o ITR só deveria incidir sobre propriedades agrícolas localizadas fora da zona urbana dos Municípios. Deste modo, conforme o agente fiscal, foi esta lei, aliada com a Constituição Federal, que determinava o IPTU incidente sobre propriedades localizadas dentro de áreas urbanas, que levou a Prefeitura Municipal de Porto Alegre a proceder a uma reorientação tributária. Com isso, em 1996, foi aprovada, pela Câmara de Vereadores, a LC 396. Esta lei, de iniciativa do vereador Aírton Ferronato, teria sido construída a partir de negociações com os agricultores²⁴.

Segundo a LC 396/96, os agricultores das áreas urbanas passariam a pagar IPTU, mas este seria diferenciado, com alíquotas mais baixas do que o cobrado a residências, as quais variariam segundo a produtividade das unidades agrícolas. No entanto, havia o requisito que o produtor se cadastrasse junto à Secretaria da Fazenda Municipal e comprovasse produtividade. Todavia, muitos agricultores, ou não informados desta determinação ou não acatando a mudança, continuaram pagando, junto à Receita Federal, o ITR. Passados alguns anos, seja por meio do recebimento de cartas informativas enviadas pela Secretaria Municipal da Fazenda ou seja através dos meios de comunicação, é que alguns agricultores foram ficar cientes de que tinham débitos de valores consideráveis junto à Prefeitura Municipal:

... porque eu sempre fui aqui inscrito no INCRA, sempre paguei o INCRA. Como o imposto federal se sobrepõe a todos os outros, eu sempre estive seguro de que pagando o INCRA, pagando um imposto federal, eu estaria coberto. *E a Prefeitura sempre continuou faturando em cima. Tanto é que se eu for buscar ali e for te mostrar, eu devo 124 mil reais pra Prefeitura.* (entrevista concedida, 14/02/03 – agricultor e aposentado como comerciante, 68 anos, participante eventual da Festa do Pêssego)

Após indas e vindas do projeto da Prefeitura até a Câmara de Vereadores, o qual sofreu várias alterações e reformulações, a isenção de IPTU e TCL aos agricultores foi conquistada, através da aprovação da LC 482/2002. Assim, ficaram isentos do pagamento do IPTU e TCL:

²⁴ Ao menos o foi com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de POA, pois segundo o então presidente desta entidade, ela participou ativamente na confecção desta lei.

proprietário(s) de imóveis, localizados na 3ª Divisão Fiscal, que sejam, comprovadamente, explorados economicamente com produção primária, com área igual ou inferior a 30 ha (trinta hectares), inclusive as construções utilizadas como residência do proprietário e familiares, excetuadas as demais construções não vinculadas à produção; (LC 482/2002, art. 70, parág. XVIII)

No entanto, até a conquista da isenção total, houveram muitas alterações nos projetos e leis aprovados sobre esta questão. O próximo subcapítulo explorará melhor o que diz respeito aos interesses envolvidos e como eles foram conformando, de 1996 a 2002, os textos elaborados pela Prefeitura. Já, no que concerne a reformulação do Plano Diretor de Porto Alegre, o que se pode dizer é que, ao que parece, ela não foi tão impactante aos agricultores. Nas entrevistas, nenhum deles fez algum comentário que se referisse à famosa extinção da zona rural de Porto Alegre. Talvez porque, além de não lhes causar diretamente maiores impactos, visto que desde 1959 o bairro Vila Nova é considerado residencial, esta mudança, diferentemente da do imposto, não lhes causa nenhum tipo de inconveniente econômico, ao menos de modo tão direto e incisivo como a questão do ITR/IPTU.

Apesar disto, tanto nos setores municipais (Fazenda, Turismo, Câmara Municipal) como em outras instituições estatais (EMATER, por exemplo) e em setores privados, como o imobiliário e o próprio Sindicato Rural de POA, os debates, referentes às alterações que seriam feitas no Plano Diretor de 1979, emergiram muitas vezes de forma conflituosa e segundo diferentes pontos de vista. Até a sua aprovação, em fins de 1999, o PPDUA gerou muitas controvérsias, sendo que uma das principais foi a extinção ou não da então zona rural do Município. As posições tomadas pelos diferentes agentes envolvidos, em relação a esta questão, assim como os interesses relacionados a ela, serão parte do que vem a seguir.

2.2 A favor ou contra: mais que uma simples opção

O espaço social, como foi dito no primeiro capítulo, pode ser descrito como um espaço multidimensional de posições, no qual os agentes sociais se distribuem, primeiramente, de acordo com o volume global de seu capital e, após, segundo a composição qualitativa do conjunto das diferentes espécies de capital que possuem. Em meio a este espaço, cada agente ou grupo dominante tenta impor seus interesses em detrimento aos dos dominados do campo. Neste momento do estudo, tentar-se-á esboçar

como, na situação em questão, podem estar distribuídos os agentes dela participantes, relacionando-se a posição de cada um com os capitais (econômicos, culturais, simbólicos) que detém e com os interesses que visam atender.

Numa posição hierarquicamente superior, pode-se visualizar a Prefeitura Municipal, representada pelas Secretaria Municipal da Fazenda e do Planejamento, o qual, no campo de disputas enfocado, apresenta considerável aporte de capital político e social. Cabe a ela, enquanto instituição responsável pela administração municipal, demarcar os limites geográficos da cidade, bem como definir os grupos sobre os quais incidirão seus impostos e tarifas. Claro que isto condiciona-se à aprovação ou não da Câmara de Vereadores, instituição esta formada por indivíduos e grupos portadores de opinião e interesses, na maior parte do tempo divergentes, onde cada um deles possui uma dada quantidade e qualidade de capitais próprios.

No entanto, os interesses do Executivo Municipal, no caso aqui estudado, por vezes, apresentaram-se internamente tão discrepantes e dissonantes quanto os do poder legislativo. No que concerne à Prefeitura Municipal, percebemos pelo menos dois posicionamentos contraditórios sobre o assunto: um que diz respeito ao discurso da Secretaria da Fazenda e outro ao Escritório Municipal de Turismo.

Enquanto que o representante da SMF, conforme o trecho da entrevista destacada acima, alega que a extinção da área rural de Porto Alegre, pelo novo Plano Diretor, era procedente, pois possibilitava à Administração Municipal ter o gerenciamento de todo o Município, a opinião de uma representante do Escritório Municipal de Turismo revelou-se diferente:

Na verdade, a gente não entra no mérito da questão da área ser considerada rural, pelo Plano Diretor, é uma área rurbana²⁵. Isso a gente conversa muito como eles, que... a questão da visibilidade, que quando o centro conseguir enxergar a produção que eles têm lá, *de repente eles até consigam retomar essa denominação, porque característica eles têm, rural.* (entrevista concedida, 29/7/03 - Turistóloga do Escritório Municipal de Turismo)

²⁵ Pelo PDDUA/1999, parte da área estudada está na Macrozona Cidade Jardim e parte na Cidade Rurbana (ver figura 4). No entanto, na divisão feita, segundo a Estratégia de Promoção Econômica, nem na área considerada Cidade Rurbana ela se encontra e sim na Cidade Consolidada e Área de Proteção ao Ambiente Natural (ver figura 2).

Neste trecho, pode-se perceber a posição da Turistóloga, que em vista de seu interesse de implantar um projeto de Turismo Rural na Vila Nova e em outros bairros da Zona Sul, mostra-se contrária ao fim da denominação rural. Aqui, fica observável o desalinhamento de posições internas da Prefeitura Municipal, fato já notado por um representante da EMATER:

... hoje, as ações estão muito verticais, *cada um quer ver o seu lado*. O pessoal do DMHAB (...). O pessoal da SMIC (...). O outro da SMAM (...). E a horizontalidade, que deveria ter, então, ainda é frágil. (entrevista concedida, 18/7/03 – Chefe do Escritório da EMATER de POA)

Entretanto, apesar de posições divergentes dentro da Administração Municipal, o que acabou inserida na reelaboração do PDDUA/1999 foi a proposição acerca do fim da área rural, feita pelas Secretarias Municipais da Fazenda e do Planejamento. Já no que diz respeito às posições inerentes à Câmara de Vereadores, como se deveria esperar de um órgão pluripartidário, elas são ainda mais plurais. Recolhemos, neste trabalho, o depoimento de um vereador, citado pelo presidente do STR de POA, como “o nosso embaixador” na Câmara. Suas palavras demonstraram a opção por um discurso que usa da estratégica de sobrepor a extinção legal à uma extinção real do rural:

... o Plano Diretor, eu nem tava aqui na Câmara²⁶, *acabaram com a área rural. Isso aí foi uma coisa ruim que fizeram*. Eu tentei, mas no fim os vereadores, não sei o que é que houve, votaram por um... que tem poucos vereadores, eu não quero desfazer de ninguém, mas a área rural aqui de POA não tem muitos vereadores que conhecem tudo, a profundidade, o problema da área pro rural. (entrevista concedida, 31/3/03 - vereador da Câmara de Vereadores, do PDT)

Este vereador, que além de ser descendente de agricultores de Casca/RS, foi diretor da CEASA, entre os anos de 93 a 95, mantém relações com os agricultores da Vila Nova desde os anos 60, posicionou-se, mesmo não tendo mandato na Câmara, como um defensor da preservação da área rural de POA. Em mais um trecho de seu depoimento, pode-se observar novamente a utilização da estratégia de relacionar o fim de uma classificação “rural” ao fim objetivo da área rural:

Nós fizemos uma reunião lá na Cristiano Kraemer. (...) Então, todo mundo falou e pediu: “*Olha, gente, vocês têm que ajudar, porque não pode, a área rural tem que permanecer em POA*”. Então, todo mundo... tava o Darci,

²⁶ Este vereador, após um primeiro mandato (de 1989 a 1992), não se reelegeu na eleição seguinte. Só voltou à Câmara para o mandato de 2001 a 2004. Devido a isto, não participou das votações referentes à reformulação do Plano Diretor, em 1999.

estava o Dib, tava o Luís Darci, ih, tava um monte de vereador. Eu não era vereador. Eu digo: “Olha, se vai esse projeto pra Câmara, pra acabar com a área rural, vocês analisem, visitem. (entrevista concedida, 31/3/03 - vereador da Câmara de Vereadores, do PDT)

Diferentemente, posicionaram-se os vereadores da bancada governista municipal. Segundo eles, o fim do rural era somente conceitual, não se efetivando na realidade:

O vereador Guilherme Barbosa (PT) diz que *a alteração é apenas conceitual*, e o plano tem dispositivos que garantiriam a produtividade das áreas.

- No nosso conceito, *a área rural não será extinta. Vai apenas receber um novo tratamento* – defende o vereador João Motta (PT). (Jornal Zero Hora, 15/9/99)

Contudo, o que se teve foi uma correlação direta entre a extinção da zona rural proposta pelo novo Plano Diretor e a incorrência do imposto municipal sobre as propriedades agrícolas, o que acabou por gerar uma forte postura de oposição por parte das entidades sindicais rurais:

Somos veemente contra a extinção da zona rural. Nosso Município é um dos maiores pólos de produtores de hortigranjeiros do Estado. (...) Se nós tivermos que pagar IPTU, teremos que vender as propriedades. (Paulo Antônio Bettio, então presidente do Sindicato Rural de POA, possuidor de propriedade no Campo Novo – Jornal Zero Hora, 02/9/99)

O embate começou a se desdobrar em uma nova questão: a ameaça da venda das propriedades agrícolas ou de parte delas, para empresas do setor imobiliário, na maioria das vezes realizado por meio do parcelamento do solo²⁷. Vários agricultores citaram a incidência, sobre eles, de uma forte pressão imobiliária e também que outros, muitos temerosos em relação ao endividamento crescente com a Prefeitura e pressionados pelo contundente interesse imobiliário²⁸, acabaram por vender parcial ou integralmente suas terras:

Porque o que acontecia muito aqui é que, *pressionado pelo imposto, e o custo da propriedade, as pessoas vendiam.* (entrevista concedida, 14/02/03 – agricultor e aposentado como comerciante, 68 anos, participante eventual da Festa do Pêssego)

²⁷ Segundo consta no PPDUA/1999 (cap. III, art. 134), o parcelamento do solo é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento e fracionamento, sempre mediante aprovação municipal.

²⁸ Vale citar que os agentes imobiliários, conforme vários depoimentos, chegam a oferecer mais de 100 mil reais/ha pelas terras dos agricultores da Vila Nova e arredores.

Eu acho que a especulação imobiliária vai acabar com o produtor na cidade grande, *porque não vale mais a pena produzir, certo, com uma terra com um valor monstruoso* (entrevista concedida, 07/04/03 – empresário rural, 53 anos, ex-participante da Festa do Pêssego)

Num mesmo sentido, há a compreensão, por parte de outro agricultor, que o espaço agrícola é diferente do da cidade, pois conforme suas palavras, um não se mistura com outro e sim a cidade, “pulando” o espaço agrícola, acaba localizada antes e depois dele, o que redundaria numa pressão muito grande dela sobre os agricultores e suas propriedades:

Porque a cidade vem e ela pula. Então, fica uma pressão muito grande. Vem o pessoal assim: “Ah, vão lotear, vão lotear”. Enquanto, a Prefeitura não, a Prefeitura diz: “Não, vamos tentar manter”. Mas só ela tenta manter sem dar incentivo. Aí, fica difícil, *fica só essa pressão de querer lotear isso aqui, vender isso aqui*. (entrevista concedida, 23/04/03 – agricultor e agrônomo, 29 anos, ex-participante da Festa do Pêssego)

Esta incisiva pressão imobiliária, denunciada por alguns produtores, contudo é negada pelo setor imobiliário, que conforme depoimento abaixo, não teria, atualmente, interesses nas áreas da Zona Sul:

Nós defendemos que se possa construir onde já há estrutura ociosa nas áreas mais próximas ao centro da cidade, como nos bairros Glória, Partenon, onde já existem água, luz, esgoto, escola. Nossa tese é de adensamento dessas regiões. *Não temos interesse em construir onde hoje se planta alface*. Para que levar as pessoas para lá? Em 20 ou 30 anos, quando todas as regiões tiverem estrutura instalada, é possível abrir novas fronteiras. Então, certamente, vamos pedir espaço por lá. (Zalmir Chwartzmann, presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil – Jornal Zero Hora, 02/9/99)

Deste modo, que força de mobilização, que poderes para alterar os rumos dos acontecimentos poderiam ter os agricultores? De um lado, a Prefeitura e seus setores de Planejamento e Fazendário, detentora de um grande aporte de capital político e social, ansiosos por reger a totalidade da área municipal e/ou, conforme alguns, aumentar a arrecadação tributária municipal; também a Câmara, composta, na sua maior parte, por vereadores pouco ligados às questões dos agricultores; os empreendedores imobiliários, detentores de consideráveis capitais econômicos, ávidos pela aquisição de áreas para a construção de luxuosos condomínios²⁹. De outro lado, os agricultores, descapitalizados economicamente, possuidores de baixo capital político e social, enquanto uma minoria

²⁹ Segundo depoimentos, numa área próxima à Vila Nova e Campo Novo, está sendo construído um dos maiores condomínios residenciais da América Latina, um AlfaVille.

“rural” em uma cidade grande, e seus sindicatos, enfraquecidos economicamente³⁰. Como, nesta conjuntura, impor sua voz, fazer respeitar o seu espaço?

Apesar desta conjuntura aparentemente contrária, se não se pode evitar a “extinção” da zona rural, a isenção tributária foi alcançada. Como explicar este fato, esta vitória, por parte dos agricultores, hierarquicamente posicionados numa parte inferior deste campo de disputas? Analisando-se melhor os fatos, poder-se-á notar que vários fatores, que não se limitaram aos interesses dos agricultores, foram responsáveis pela formulação e aprovação da lei que os dispensou do pagamento dos dois tributos municipais.

Primeiramente, uma das razões da conquista da isenção, pode ser encontrada na própria impossibilidade, constatada pela Secretaria da Fazenda, de se proceder à comprovação da produtividade agrícola, com fins de cobrar um IPTU diferenciado (de alíquotas menores) aos agricultores:

Mas essa lei ainda tinha uma extrema dificuldade que tu tinha uma alíquota maior, que o produtor era enquadrado, que poderia sofrer descontos em função da produtividade que ele tivesse. E essa produtividade teria que ser comprovada através de notas fiscais. Isso começou a ser inviável pra nós aqui. *Começou a ser inviável pra nós aqui.* (entrevista concedida, 05/9/03 – Agente Fiscal da Secretaria Municipal da Fazenda, agrônomo).

Um outro fato que favoreceu a isenção foi o de que uma das propostas enviadas pela Prefeitura à Câmara Municipal, onde se pretendia isentar a área produtiva, mas fazer incidir imposto sobre a moradia³¹, acabou sendo mal compreendida por boa parte dos vereadores e foi rejeitada:

... a taxa zero do IPTU. Eu, até a princípio tava contra (...), não custa pagar um impostozinho pra garantir aquilo. (...) Mas quando eu vi que a coisa tava um pouco dificultando, então, o que é que nos fizemos? A princípio a Prefeitura mandou esse pacote pra cá delimitando as áreas produtivas. Então, a pessoa pagava em isenção de IPTU zero, mas a propriedade em cima

³⁰ Conforme entrevista do representante da EMATER, o atual enfraquecimento dos sindicatos rurais de POA se deveria à diminuição do número de agricultores e ao fim do repasse direto do Governo Federal, dos fundos arrecadados devido à Contribuição Confederativa, junto ao ITR, aos sindicatos rurais. Atualmente, o recebimento desta verba depende de pagamento direto, por parte do agricultor, ao Sindicato.

³¹ Acontecia que, em vista de que na propriedade de muitos agricultores, residências foram construídas por seus filhos (na maioria das vezes não ocupados na agricultura), esta proposta da Prefeitura visava impedir que estas moradias ganhassem também isenção. Há um caso em que a propriedade de um agricultor contém, dentro de seus limites, quatro casas, pertencentes a quatro filhos seus não agricultores, que, desta forma, acabaram indiretamente isentos também.

pagava IPTU. *Mas não, pára aí, como é que funciona isso? Aí tem coisa no trampolim.* Porque não adianta... se tu tem uma área de terra, aqui tu constrói a tua casa em cima, tu é isento a tua área produtiva e aí vou te taxar a tua moradia do IPTU. *Aí, não, pára. Eu tô te dando de um lado e tirando do outro.* (...) Mas a gente conseguiu, depois de muita discussão, então, eu entrei com uma emenda, então, se essa área é isenta, então, vamos isentar a moradia. Porque o que quê é a moradia? É um acessório em cima da tua área isenta. Então, a gente conseguiu isso aí, nós conseguimos. (entrevista concedida, 31/3/03 - vereador da Câmara de Vereadores, do PDT).

Em meio ao embate de discussões sobre como ficaria a questão do IPTU, um acontecimento ficou marcado como “o grito da independência”³² dos agricultores: o “tratoação”. Este constituiu-se de uma manifestação, com vistas a pressionar os vereadores para que votassem a favor da isenção total de IPTU às propriedades agrícolas com menos de 30 ha, em que os agricultores de Porto Alegre partiram, em tratores e caminhões, do bairro Vila Nova em direção ao Centro, onde foi realizado um ato público em frente à Câmara. Assim, tem-se o bairro Vila Nova como local de referência para produtores agrícolas do Município, pois foi escolhido entre tantos outros bairros como o da partida do “tratoação”. É também determinante na avaliação da importância deste bairro como símbolo do “rural” e da influência de seus agricultores nas questões pertinentes ao agrícola, o fato de que, no período das entrevistas, os presidentes dos dois sindicatos rurais de Porto Alegre serem produtores agrícolas de famílias tradicionais da Vila Nova.

Já a organização deste evento, que poderia ser registro do poder de mobilização dos agricultores e seus sindicatos, em prol de seus direitos, segundo um depoimento, parece também ter tido a participação de outros mediadores, como por exemplo, a de um agente individual, não agricultor:

Quando o prefeito mandou esta lei, projeto de lei pra Câmara, olha, não tinha um vereador que nos ajudasse. Tivemos que ir lá pra Câmara e fizemos uma sessão plenária na Câmara (...), fizemos uma plenária lá pra defender o nosso caso (...). Fomos lá e liderados aí pelo, como é o nome dele...³³(...) (• O que ele pretendia?) Não sei, mas *ele é um grande líder.* Ele é... como é que eu vou te dizer... *ele soube arrancar a gente da letargia, sabe? Ele é um futuro político. Talvez seja essa a finalidade dele.* (entrevista concedida, 14/02/04 – agricultor e aposentado como comerciante, 68 anos, participante eventual da Festa do Pêssego).

³² Assim denominado por um dos agricultores entrevistados.

³³ O nome de tal liderança foi lembrado e citado, logo a seguir, pelo agricultor. Entretanto, neste trabalho, optou-se pela não revelação do mesmo, a fim de se evitar qualquer tipo de constrangimento ao entrevistado.

Contudo, há indícios que talvez não tenham sido apenas razões eleitoreiras as que ocasionaram a participação de mediadores, não relacionados diretamente com as causas agrícolas, na mobilização feita pelos agricultores a favor da isenção de IPTU e TCL. Ao que tudo indica, havia um outro importante interesse relacionado com a aprovação da isenção tributária aos agricultores: o de se ver aprovada, concomitantemente, a isenção destes tributos às áreas ambientais. Assim, o que se teve foi que esta isenção, às áreas ambientais, acabou sancionada pela mesma lei que isentou os agricultores, visto que esta determinou, da mesma sorte dispensado do pagamento destes tributos:

o imóvel, ou parte dele, reconhecido como Reserva Particular do Patrimônio Natural (...); as Áreas de Preservação Permanente (...) e as *Áreas de Proteção do Ambiente Natural* (...); e outras áreas de interesse ambiental; desde que se mantenham preservadas de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (...). (LC 482/2002, art. 70, parág. XIX, grifo meu).

O interessante a ser ressaltado, pelo apresentado até aqui, é que foi uma convergência de fatores, os quais não se restringem a um legítimo “poder de fogo” por parte dos agricultores e suas entidades representativas, que conduziu à tão ansiada aprovação da isenção de IPTU e TCL aos agricultores de Porto Alegre, com propriedades de até 30 ha. O que se quer demonstrar, a partir do acima exposto, é que interesses múltiplos fomentaram esta conquista e que os mais afetados pela alteração, os agricultores, enquanto grupo organizado e autônomo, foram os que menos participaram e influenciaram no andamento do processo que redundou na tal isenção.

2.3 Quando o simplesmente “conceitual” e o real se encontram: “vai virar tudo cidade”

A extinção da denominação “zona rural” de POA, bem como o fim do pagamento de Imposto Territorial Rural (ITR), por parte dos agricultores da capital, acabaram referindo-se a muito mais que uma simples mudança conceitual, no primeiro caso, e que uma readequação tributária, no segundo. Isto, porque estas transformações não se restringiram só ao plano teórico, à nível de uma mera classificação institucional. O que se tem, na verdade, é que uma gradual extinção real do “rural”, enquanto extensão de área e quantidade de produção agrícola, vem ocorrendo há pelo menos três décadas:

... *isso aqui a 30 anos atrás era tudo rural*. Até sou capaz de te enumerar aqui as casas que haviam a 30 anos atrás (...). (entrevista concedida, 14/02/03 – agricultor e aposentado como comerciante, 68 anos, participante eventual da Festa do Pêssego).

Até porque isso aqui, esse morro que tu tá vendo, isso aqui era tudo pessegal, *era tudo fazenda de pêssego (...)*. Há 20 anos atrás. (entrevista concedida, 06/08/03 - morador, 31 anos, comerciante e atuante no ramo de publicidade).

Assim, o “rural”, na área estudada, enquanto noção materializada na existência de agricultores, de propriedades agrícolas e de produção, vem, a cada ano, sendo progressivamente extinto. No que diz respeito à produção de pêssegos (ainda o principal produto da Vila Nova e arredores), o Município de POA, que no ano de 1990 era responsável por 76,65% do total produzido na RMPA³⁴, passou a 20,37%, sete anos depois (Girando e Miguel, 2002, p. 116).

No que se refere à ocupação espacial da área, a cada vez menor presença física do “rural”, em termos de propriedades agrícolas, é nítida. Conforme o VI Censo Imobiliário de Porto Alegre, divulgado pelo Sinduscon/RS³⁵, dos oito bairros que concentram 48,50% das ofertas de empreendimentos imobiliários, o bairro Vila Nova ocupa o primeiro lugar na oferta de casa de três quartos, entre R\$ 93 mil a R\$ 158 mil (jornal O Sul, 13/8/03).

Muito mais que o fim de uma classificação oficial, “zona rural”, e uma reorganização tributária, pela substituição de um imposto territorial *rural* por um territorial *urbano*, o que se tem é a concretização, na forma da lei, de uma realidade que já vem se manifestando a décadas. Em Porto Alegre, a cidade está progressivamente ocupando os espaços não construídos e, em especial, os espaços destinados à produção agrícola. No entanto, esta cada vez mais recorrente realidade empírica, agora adquiriu um caráter oficial, sendo como que formalizada. Vale recordar que as evocações criadoras do Estado, ao impor uma nova visão das divisões, só “fazem advir aquilo que anunciam, novas práticas, novos costumes e, sobretudo, novos grupos, porque elas anunciam aquilo que está em vias de advir, o que se anuncia; elas são mais oficiais do registro civil do que parteiras da história (...)” (Bourdieu, 2002, p. 238).

³⁴ Região Metropolitana de Porto Alegre

³⁵ Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Rio Grande do Sul.

Assim, o Município de Porto Alegre, ao sancionar a lei que extingue a classificação rural de parte do Município, acabou também por ratificar o fim do “rural” como fato real, que mesmo ainda não totalmente concretizado, já passa, em função disto, a ser algo visto como inevitável:

Vai, não só a Vila Nova, como todo Porto Alegre, todo que eu conheço a palmo, ele vai, ele vai, *vai virar tudo cidade*, vai virar tudo asfalto e concreto (...). O crescimento imobiliário vai ser assim... vai explodir. (...) Ah, isso não vai 10 anos, não vai dez anos. (entrevista concedida, 07/04/03 – empresário rural, 53 anos, ex-participante da Festa do Pêssego).

Neste momento, pode-se observar como o poder de instituir passa a ser o de notificar com autoridade, “o que esse alguém é e o que deve ser” (Bourdieu, 1982, p. 101). Ou seja, Porto Alegre, segundo sua legislação atual, é predominante urbana e virá a ser totalmente urbana, “vai virar tudo cidade”. O bairro Vila Nova, desde 1959, apesar de neste período conter muito mais chácaras que nos dias de hoje, é considerado bairro residencial. Deste modo, ao se nomear de área residencial um local onde a paisagem era preponderantemente agrícola, já se intencionava e se projetava, para aquele espaço, uma ocupação composta cada vez mais residências e cada vez menos de propriedades agrícolas. Assim, tem-se, neste momento, a possibilidade de se poder vislumbrar o poder da nomeação:

... ao estruturar a percepção que os agentes sociais têm do mundo social, a nomeação contribui para constituir a estrutura desse mundo, de uma maneira tanto mais profunda quanto mais amplamente reconhecida (isto é, autorizada). (Bourdieu, 1982, p. 81)

Atualmente, as nomeações dadas à área estudada, à Vila Nova e parte do bairro Campo Novo, conforme pode ser visto nas figuras 2, 3 e 4, dividem-na ao meio, conferem a ela um caráter fronteiro. No atual Plano Diretor, parte da área recortada por este estudo corresponde à classificação de Cidade Consolidada e outra parte à de Área de Proteção do Ambiente Natural (fig. 2), no que se refere à Estratégia de Promoção Econômica a ser desenvolvida pelo Município. Já na divisão referente à delimitação das Macrozonas (fig. 4), parte dela é considerada Cidade Jardim e parte Cidade Rururbana, e na de Estratégia de Produção da Cidade (fig. 3), uma parte é denominada Área Intensiva e outra, Área de Interesse Ambiental.

O que se pode deduzir disto? Bem, primeiramente, que o Poder Público Municipal tende a reconhecer o caráter rural ainda presente nesta área, pois na diferenciação espacial feita na delimitação por Macrozonas (fig. 4), parte da Vila Nova e Campo Novo encontra-se demarcada como Cidade Rurbana. Ou seja, esta denominação indica o reconhecimento de que, no momento atual, ainda o rural se mescla espacialmente com o urbano, que estas duas categorias coexistem em parte destas áreas.

Agora, no que se refere a um planejamento futuro, enquanto estratégias de ação, o que se pode visualizar é que os recursos e incentivos econômicos, referentes ao local aqui focado, projetam duas classificações onde o rural é completamente abstraído. Conforme o que pode ser visualizado na figura 2, no que diz respeito às ações prioritárias que serão desenvolvidas com vistas à Promoção Econômica das diferentes áreas do Município, o bairro Vila Nova e arredores passa a ser designado numa parte como Cidade Consolidada³⁶ e noutra, como Área de Proteção do Ambiente Natural. Já a classificação de Cidade Rurbana³⁷ fica abrangendo áreas mais ao sul do Município.

Pode-se notar que estas classificações, mais do que simplesmente nomear por nomear, têm em vista projetar e determinar um bairro Vila Nova cada vez menos “rural”. A arbitrariedade desta determinação (da política municipal) reside, principalmente, no fato de que os que estão sendo gradativamente “excluídos do mapa”, os agricultores, enquanto uma minoria populacional, além de não terem nem voz e nem vez para reverter este quadro, na maioria das vezes percebem sua própria bancarrota como algo natural, como algo inerente ao “progresso”:

Olha, é isso aí. É o progresso, o progresso. *O progresso cresceu, não adianta, é isso aí.* A cidade vai inchando e a gente... fica espremido. (entrevista concedida, 01/09/03 – agricultor em tempo integral, 55 anos, participante tradicional da Festa do Pêssego)

O que se tem, atualmente, é uma Porto Alegre onde área alguma é classificada como “rural”³⁸, onde nenhum agricultor paga mais o Imposto Territorial Rural (ITR) e

³⁶ Onde se prevê como ações prioritárias: abastecimento; ocupação/renda/consumo para os excluídos; fomento atividades econômicas (fig. 2).

³⁷ Para ela se designando como ações prioritárias: fomento da produção primária, turismo ecológico, implementação dos instrumentos para ocupação adequada, manejo de bacias hidrográficas (fig. 2).

³⁸ Apesar de haver o uso da classificação rural para as propriedades. Irônica e contraditoriamente, o mesmo Plano Diretor que extinguiu a área rural, ainda define uma propriedade *rural*: seria “aquela

que projeta, em seu plano diretor, para um local onde pelo menos 20 propriedades rurais³⁹ ainda persistem, nem ao menos uma conformação de cidade “rurbana”. Contudo, apesar desta supressão da ruralidade, a nível heurístico, e do fato da extinção real do “rural” ser dada como certa por muitos, a questão de como a ruralidade está sendo construída pelos agentes sociais, neste quadro tão adverso, ainda é pertinente. Conforme o apresentado até o momento, o bairro Vila Nova e arredores apresenta-se como um espaço social ambíguo, onde a complexidade das disputas estabelecidas, em torno das classificações rural e/ou urbana, acabam por permear a forma como se dá a construção social da noção da ruralidade.

Deste modo, algumas perguntas ainda se mantêm oportunas: será que ruralidade está também sendo extinta na subjetividade dos agricultores? E os moradores e mediadores atuantes na Vila Nova e arredores, como se referem à ela, a que a associam? Afinal de contas, como a ruralidade, neste contexto tão pouco favorável, continua sendo confeccionada socialmente? São estas e outras questões relativas à forma como se dá a construção social da noção da ruralidade, pelos agentes investigados, bem como a influência desta noção sobre as conformações identitárias elaboradas pelos agricultores, que os próximos capítulos se propõem a responder.

explorada para a produção agropecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, que assegura a conservação dos recursos naturais e possua produção satisfatória, conforme legislação específica”. (PDDUA, 1999, § 2º do artigo 32, p. 12).

³⁹ Na maior parte, existentes no local há mais de 100 anos.

3 A RURALIDADE VISTA DE “DENTRO”

Após demonstrar como os agricultores da Vila Nova e arredores foram envolvidos, junto com os demais agricultores de Porto Alegre, num campo de disputas, que teve como centro das discussões a questão da definição da noção da ruralidade, agora, com este capítulo, pretender-se-á mostrar como a ruralidade está sendo percebida e construída segundo a ótica de alguns dos agricultores e moradores do local. Para tanto, procurar-se-á verificar em cada discurso como “os pontos de vista são apreendidos enquanto tais e relacionados à posição dos respectivos agentes na estrutura” (Bourdieu, 1990, p. 152).

Inicialmente, será feita uma etnografia da área estudada, o bairro Vila Nova e parte do bairro Campo Novo, em um dos seus dias de Festa do Pêssego⁴⁰. Nela, procurar-se-á descrever como está composta a paisagem e demonstrar as sensações que seu caráter de fronteira entre o Centro, com seus prédios e seu intenso movimento de pessoas e carros, e a Zona Sul, com suas chácaras e matas, pode despertar. Também, será retratada e comentada a Festa do Pêssego, enquanto evento tradicional do bairro e momento de maior interação entre os agricultores e os demais, bem como discutido o posicionamento que os produtores assumem dentro dela.

A seguir, serão exploradas as entrevistas feitas a moradores não agricultores do bairro, a fim de se investigar como eles percebem os agricultores, se semelhantes ou diferentes a eles, e também sondar a que estes atores estariam associando a ruralidade.

Após, e principalmente, será demonstrado como os agricultores vêm a conformar a própria identidade social, no espaço estudado. Do mesmo modo, será examinado a que estes agentes sociais associam a ruralidade e como eles acabam por

⁴⁰ Etnografia feita num dos sábados que ocorreu a 19ª Festa do Pêssego, dia 15/11/03, festa esta que foi realizada em três fins de semana do mês de novembro. Encontram-se, em anexo, fotos retiradas do evento, nesta data.

construir esta noção. Ao fim, resgatar-se-ão as idéias de hibridismo e de fronteiras, com vista a relacioná-las com o restante do capítulo.

3.1 A disposição na paisagem: os agricultores, da periferia ao centro

A primeira impressão que tem o trausente que se desloca pela Avenida Nonai em direção à Avenida Vicente Monteggia, umas das “portas de entrada” do bairro Vila Nova, é de que progressivamente a cidade, enquanto um misto de ruídos, multidões e concreto, vai dando lugar à uma paisagem cada vez mais verde, horizontal e ampla. Apesar de se continuar percorrendo movimentadas avenidas, o sentimento de se estar cada vez mais fora da cidade vai ficando mais intenso.

Bem adentro da Avenida Vicente Monteggia, costeada de muito mais residências do que de prédios, pode-se ter uma visão panorâmica de boa parte do bairro Vila Nova, através da qual se pode observar a vegetação das matas misturando-se com os telhados de algumas casas e com a sobressaliência de alguns condomínios verticais. Apesar das placas pela estrada indicarem que se está a caminho da Festa do Pêssego, não há vestígios nem dos agricultores nem de suas chácaras. Contudo, ao se chegar perto do final desta avenida, ao lado da estrada, começam a surgir as primeiras bancas de madeira, onde agricultores, seus familiares e ou simplesmente intermediários expõem caixas de pêssego para a venda.

Já se aproximando do “coração”⁴¹ do bairro Vila Nova, no encontro da avenida Rubens da Fonseca com a rua João Salomoni, apesar de se ter cada vez mais presente a sensação de se estar numa cidadezinha do interior, uma pergunta paira no ar: onde estão as chácaras dos agricultores, onde estão os pessegais? Percorrendo-se as ruas e ruelas do bairro⁴², a resposta vem facilmente à tona: a maior parte das propriedades rurais, ainda remanescentes no local, acham-se dispersas em áreas periféricas do bairro. Elas encontram-se escondidas em ruelas e em becos: umas no Beco do Paladino, outras no Beco do Império ou no do Petenuzzo. É curioso o fato de que até mesmo algumas vilas

⁴¹ Área central, onde estão localizados a igreja, uma escola, um supermercado e outros estabelecimentos comerciais, sendo que na João Salomoni, em frente ao posto da Brigada Militar, situa-se o terreno onde são montadas as instalações da Festa do Pêssego.

⁴² Compreendendo-se também, como integrante do “bairro”, a parte do bairro Campo Novo que foi objeto deste estudo.

instaladas na área⁴³ acabaram por ter uma localização mais central que a da maioria das propriedades rurais.

Esta dispersão periférica, no entanto, não se repete no mais importante evento do bairro: a Festa do Pêssego da Vila Nova. Além das instalações do evento se localizarem numa das ruas principais da Vila Nova (na João Salomoni), nesta festa, os agricultores são encontrados numa posição central e suas frutas são, literalmente, os centros das atenções. Além de suas bancas estarem dispostas no espaço central do evento, a razão de ser e de existir da própria Festa são os agricultores e seus produtos. As bancas destinadas à venda das frutas⁴⁴ e flores situam-se num toldo central, enquanto as destinadas a outros produtos (artesanato, roupas, etc.) e a praça de alimentação localizam-se em outros dois, um em cada extremidade do terreno. Cada banca de frutas ou de flores é identificada por uma placa que designa ou o nome do produtor, de sua família ou de sua propriedade (Sérgio Moresco, Irmãos Bettio, Bertacco e Filhos, Granja Bertacco, etc.), chamando atenção o fato de que algumas destas placas possuem uma apresentação mais ostentosa do que as outras.

Separados fisicamente do público por suas bancas, mas em contato com ele, por meio da venda das frutas, o que distingue os agricultores dos outros participantes da Festa não é nem seu vestuário ou sua aparência, mas o sotaque diferenciado com que a maioria deles se expressa, aliado à condição de estar vendendo as frutas. Esta condição, a de um produtor que está comercializando seus produtos, juntamente com seus familiares, através de uma venda direta configura um momento especial, onde o agricultor se apresenta enquanto tal diante de todos. Nos rostos de muitos deles é nítida a expressão de alegria, alegria esta talvez derivada não só do fato de estarem escoando sua safra, mas também da vivência de um instante onde seus produtos, resultantes do trabalho de um ano inteiro, são procurados, demandados, valorizados.

Em meio a um ambiente descontraído e tranqüilo, um flagrante de uma situação provavelmente incomum em grandes centros urbanos: na ala dos brinquedos, um menino, que vê seu amigo com medo de descer de um tobogã inflável, satiriza-o: “Oh,

⁴³ Como a localizada ao lado da Estrada Cristiano Kraemer.

⁴⁴ Além de produtos derivados do processamento das frutas, tais como sucos e geléias.

colono!”. Assim sendo, esta associação entre colono/medo pode vir a representar um pouco da inferiorização que a condição de “colono” por vezes é suscetível.

No entanto, na Festa do Pêssego, o agricultor não teme se expor. Nela, o produtor não expõe somente as caixas de pêssego, mas também sua própria figura, pois sua identidade, enquanto agricultor, é revelada pela presença atrás da bancas e pela posse de um sotaque diferenciado, como já foi mencionado. Também, é interessante notar que o fato de cada agricultor estar ali, disponível para dar explicações sobre a produção ou embalando cuidadosamente as frutas, é um dos grandes atrativos do evento. A Festa do Pêssego é um desses momentos onde se pode encontrar o que Carneiro (2001, p. 15) menciona como a “manifestação de práticas culturais entendidas como “rurais” em espaços definidos como “urbanos”(...)”.

Entretanto, não se pode negar que esta identificação de um agricultor, em meio aos demais, esteja bem condicionada ao fato dele estar comercializando seus produtos, ou seja, se ele estiver longe de sua banca, esta distinção se torna mais difícil. Afora seu sotaque, quase nenhuma outra característica (na aparência ou no comportamento) revela a identidade de um agricultor enquanto tal. É possível se afirmar que há a ocorrência, pelo menos na Festa do Pêssego, de uma certa homogeneização entre os modos de expressão dos agricultores e o dos não agricultores. Essa homogeneização poderia estar relacionada a concomitante tendência à uniformização dos modos de vida entre os habitantes do “campo” e da “cidade”, em razão da cada vez menor distância – física e social – destes atores sociais nas sociedades que se desenvolveram economicamente (Wanderley, 2000, p. 97). Tendência esta que, no caso da Vila Nova e arredores, poderia ter sido intensificada em função dos “habitantes do campo”, os agricultores, estarem habitando a cidade.

Esta difícil diferenciação entre os agricultores e os demais participantes, devido à posse de modos de expressão semelhantes (como o vestuário, por exemplo), é suplantada, na Festa, pelo fato dos agricultores se deixarem ver, perceber e se identificar como agricultores. Contudo, esta manifestação identitária pode estar relacionada à adoção de uma postura estratégica por parte destes atores sociais. Ou seja, na Festa do Pêssego, a exposição do agricultor na condição de agricultor poderia ser estrategicamente interessante, pois preencheria uma das principais atrações deste

evento: o de, ao se comprar diretamente de quem produz, se poder contemplar a figura do agricultor.

Esta postura estratégica poderia corresponder àquilo que Lyman e Douglass (*apud* Poutignat e Streiff-Fenart, 1998, p. 168), referindo-se no caso à identidade étnica, citam como os traços étnicos que “nunca são evocados, atribuídos ou exibidos por acaso, mas manipulados estrategicamente pelos atores, como elementos de estratagemas, no decurso das interações sociais, (...) para vantagens imediatas que o ator espera obter pela apresentação de uma identidade étnica particular”. No caso, estas vantagens imediatas obtidas pelo agricultor, na Festa do Pêssego, poderiam referir-se à atração de um maior público e a um maior volume de vendas, por meio da exposição não somente do pêssego, mas também de sua própria identidade.

Entretanto, este momento de manifestação identitária por parte dos produtores não se daria somente em função da obtenção de vantagens imediatas, mas também em virtude da manutenção de um certo reconhecimento social do grupo em si, enquanto produtores de pêssego da Vila Nova. Teríamos, desta forma, a ocorrência do que Bourdieu (1996, p. 112) chama de a oficialização que “encontra sua plena realização na *manifestação*, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto, tanto para outros grupos como para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido (...)”. Ou seja, é mediante a prática de rituais, como o da Festa do Pêssego, que os agricultores alcançam o reconhecimento de seu próprio grupo como um grupo social diferenciado: os dos produtores da Festa do Pêssego da Vila Nova.

Contudo, a busca por uma não diferenciação em relação aos outros moradores do bairro também acontece. Bourdieu (2002, p. 124) menciona que em certas situações, os dominados nas relações de forças simbólicas tendem a optar pela “busca da assimilação a qual supõe um trabalho que faça desaparecer todos os sinais destinados a lembrar o estigma (no estilo de vida, no vestuário, na pronúncia, etc.) (...)”. Desta sorte, aspectos que sinalizariam uma possível tendência à uma assimilação⁴⁵ dos modos de expressão dos agricultores (como no vestuário, por exemplo) aos dos demais moradores do bairro,

⁴⁵ Esta suposta tendência à assimilação será melhor explorada no próximo subcapítulo.

podem ser encontrados na dificuldade existente para se distinguir eles dos demais⁴⁶, quando os mesmos estão longe de suas bancas.

Por outro lado, Friedman (2001, p. 09) coloca que, ao atravessar as fronteiras identitárias de um lado ao outro, constantemente, “busca-se o poder que permite sobreviver contra uma força dominante”, ou seja, de que o transitar por diferentes identidades poderia ser estrategicamente interessante e que isto permitiria “sobreviver contra uma força dominante”. Assim, pode-se dizer que os agricultores estariam num franco “processo de construção das múltiplas identidades” que conformam os indivíduos na sociedade contemporânea (Carneiro, 2001, p. 14), sendo que cada uma delas se adequaria aos interesses inerentes a cada situação. Pode-se ter que, em certos contextos, como no do “tratoção”, seja interessante uma ênfase em aspectos fortemente relacionados com a ruralidade (como o uso de caminhões e tratores, na carreatá até a Assembléia), o que ocorreria também na Festa do Pêssego, onde a postura do agricultor, de comerciante da sua própria produção, seja exatamente o que o consumidor procuraria encontrar neste evento.

Há indícios que a postura tida pelos agricultores presentes na Festa do Pêssego etnografada corresponda a uma ação estratégica feita por parte dos mesmos. Entretanto, esta apresentação da figura do produtor de pêssegos como vendedor de seus produtos⁴⁷ pode dizer respeito a bem mais do que a um simples estratagema econômico (o de se aumentar os ganhos, evitando-se a participação de atravessadores), visto que há lucros também simbólicos⁴⁸ em jogo na questão. Divagações à parte, o que se tem, na verdade, é um grupo, que pela posse de um sotaque diferenciado e pelo fato de estar posicionado atrás das bancas, comercializando suas frutas, são distinguidos, em meio à Festa, como os personagens centrais dela, ou seja, como agricultores.

3.2 A ruralidade segundo os agentes internos: agricultores e demais moradores

⁴⁶ Sendo que os signos mais fáceis de serem dissimulados corresponderiam exatamente aos signos exteriores ao corpo (como o uniforme) do que os signos incorporados (relacionados à maneira de falar, os sotaques, as pronúncias, o jeito de andar, etc.) (Bourdieu, 1996, p. 103).

⁴⁷ O que conformaria também, diga-se de passagem, uma função pluriativa, pois os agricultores estão a “estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento familiar” (Wanderley, 2000, p. 122-123).

⁴⁸ Como, por exemplo, o reconhecimento e a admiração de quem adquire os produtos, ou até mesmo o angariamento de apoio popular às causas (atuais e futuras) dos agricultores.

A etnografia acima procurou ressaltar como a localização espacial dos agricultores e suas propriedades, na área estudada, diverge da que eles possuem dentro das estruturas físicas da Festa do Pêssego. De uma disposição periférica, no bairro, eles passam a ocupar uma posição central, no evento, espacialmente falando. Também, buscou-se salientar que, ao menos durante a Festa do Pêssego, os agricultores se deixam perceber e identificar como tais.

Neste momento da dissertação, objetivar-se-á evidenciar como os agricultores se posicionam em meio às redes de relações sociais tecidas dentro da Vila Nova e arredores, para que se possa realizar uma análise mais completa sobre como a ruralidade é percebida e tratada na área estudada. Inicialmente, serão sondados alguns moradores não agricultores do bairro, a fim de que se possa responder as seguintes questões: como os agricultores são vistos e percebidos pelos demais moradores do local? Eles conformam um grupo diferente? E a ruralidade, como é notada e a que é relacionada por estes atores sociais?

3.2.1 A distinção que ecoa do passado

As opiniões de alguns moradores não agricultores do bairro mostraram-se convergentes em muitos aspectos. Num primeiro deles, é fácil observar como estes moradores conservam, em suas memórias, a lembrança de um local, que há bem pouco tempo atrás era visto e percebido por eles como uma zona rural. É interessante notar, nos depoimentos recolhidos, que mesmo se tendo evitado o uso do termo “rural” (nas perguntas feitas), a questão de uma condição antes rural do bairro emerge espontaneamente. Também, pode-se observar como a categoria “rural” é entendida como uma categoria oposta à de “urbano” e como ela está associada à existência de agricultores, enquanto atores sociais distintos dos demais:

Eu acho que preserva tudo aquilo que a gente foi habituado aqui no bairro. E eu acho assim que diminui bastante, *em função do grande número de moradores urbanos, não mais rurais, mas ainda assim a gente percebe um pequeno número de agricultores aqui no bairro.* (moradora, 46 anos, há 26 anos residente no bairro, parente de agricultores)

Da mesma forma, é bem comum o estabelecimento de uma relação direta entre a antiga predominância de agricultores no local e a condição “rural”⁴⁹ que o bairro antes tinha. Também, pode-se notar, no depoimento abaixo, que frutas, como o pêssego e a uva, acabam tornando-se símbolos demarcadores da ruralidade:

Esse aqui sempre foi considerado um bairro bem... até agora tá menos, mas sempre foi... *pessegueiro, uva, sempre foi um bairro considerado bem rural.* (morador, 31 anos, há 31 anos residente no bairro, sem parentesco com os agricultores).

Já a diferenciação rural/urbano não seria somente devida à posse de chácaras repletas de árvores frutíferas, por parte dos agricultores, mas também por estes apresentarem modos de expressão e de comportamento característicos:

A maneira de conversar, de se vestir, de viver, é completamente diferente dos verdadeiros e dos que não são. É muito diferente, porque o agricultor que tem cancha de agricultor, *ele tem o seu caminhão, ele tem aquele porte de dono de seu nariz, sabe como é que é, ele fala alto, fala grosso.*(...) É, tem muita diferença do verdadeiro agricultor e pro agricultor que não é agricultor. Pro morador urbano (...), ele deve chamar assim: pô, aquele cara é grosso! *Porque tem um jeito, aquele jeito forte de gesticular* (...). (moradora, 64 anos, residente a 64 anos no bairro, parente de agricultores).

Além da posse de gestos e comportamentos distintos, pode-se observar um veículo, o caminhão, sendo utilizado, em ambos discursos, como um outro símbolo demarcador da ruralidade:

Sim, a gente nota que eles moram. (• Como é que a senhora nota? A senhora conhece alguns ou vê alguns passar?) É, *os caminhões que passam*, né, e levam pra CEASA. A gente vê quando eles passam, que a gente conhece quem mora por aqui e a pessoa fala: “*Ah, esse aí é o caminhão de fulano, caminhão de fulano.* (• E a senhora percebe diferença no comportamento de quem é agricultor e de quem não é?) É, a gente nota, claro. (...) *Sim, o jeito de se vestir, às vezes, de falar, ... , dá pra notar.* (moradora de vila antiga, 52 anos, residente a 29 anos no bairro, sem parentesco com os agricultores)

Segundo os moradores inqueridos, os agricultores são percebidos como tais por um modo de falar, de se vestir e de andar diferente, ou seja, por apresentarem modos de expressão distintos dos demais e, também, pelo uso de caminhões, com os quais transportam seus produtos. Além disto, como se pode notar num dos depoimentos acima, há os que vêm a posse destas diferenças como condição necessária para se ser

⁴⁹ Rural, ao menos segundo o senso comum, pois como já foi citado, desde 1959, o bairro Vila Nova é classificado como bairro residencial, pelo poder municipal.

um “verdadeiro agricultor”. Para alguns dos moradores entrevistados, os agricultores mais jovens já não se apresentariam como seus pais. Por isto, haveria, na geração atual, uma tendência à suavização dos modos de expressão próprios, que tornaria cada vez mais difícil a identificação de um agricultor em meio aos demais. Também, é feita menção à contraposição antigamente existente entre o fato de se andar bem vestido, ter bons carros, enfim, ter-se um status social mais alto e a condição de ser um agricultor:

Hoje já não é tão fácil. (...) Então, hoje, *a geração de filhos é estudada, são pessoas bem vestidas, tão sempre de carros bons*. Então, tu já não dizes: “aquele ali é agricultor!”. Até pelo contrário, quem realmente vive da agricultura, ele já é uma pessoa de melhor nível. (...) *Antigamente, eles eram mais simplórios, se vestiam mais simplórios, tinham uma vida mais... como eu posso te dizer? Mais da terra mesmo. Eles eram simples, chegavam aqui com roupa de serviço*. (morador, 31 anos, residente há 31 anos no bairro, sem parentesco com os agricultores)

Pode-se observar aqui indícios da busca de uma assimilação, por parte dos agricultores mais jovens, de meios de expressão cada vez mais semelhantes aos dos demais moradores do bairro Vila Nova. O que a geração de seus pais não tinha receio de expor, como, por exemplo, uma aparência mais rude, mais simples, seus filhos, nos dias de hoje, não teriam interesse em realçar.

Também, parece não existirem mais alguns dos costumes que caracterizavam as relações entre os produtores e os demais moradores do bairro, os quais compunham uma rede de reciprocidade estabelecida entre eles. Conforme as entrevistas, um destes hábitos atualmente extintos, seria relativo ao costume, por parte dos agricultores, de presentear cordialmente alguns moradores (em especial, os prestadores de serviços) com alguns de seus produtos:

Até, antigamente, o meu pai⁵⁰ recebia muitas caixas de... coisa que hoje a coisa tá mais difícil, não tem mais essa facilidade que tinha, *mas eu cansava de ver os clientes chegar aqui com a carreta carregada e largar uma caixa de uva, uma caixa de pêssego*. Isso era normal. (morador, 31 anos, que sempre residiu no bairro, sem parentesco com os agricultores)

Tinha um japonês ali do lado, vizinho, ele plantava só flores. Cravos. (...) Só cravos. Os cravos, as hastes eram deste tamanho. Eu me lembro que quando eles voltavam do mercado, eles paravam aqui prá fazer as *compras e ele*

⁵⁰ Que há mais de 30 anos tem uma barbearia no bairro.

presenteava o meu pai⁵¹ com um buquê de cravos. (moradora, 64 anos, residente há 64 anos no bairro, parente de agricultores)

O que é ressaltado nos depoimentos acima é a ausência, no período atual, de um espírito de reciprocidade, que marcava as relações existentes entre agricultores e seus prestadores de serviço. Ao que tudo indica, este espírito acabou, nos dias de hoje, subjogado pelo seu opositor⁵², o espírito da mercadoria, construído pela modernidade individualizante, ou seja, pela sociedade capitalista.

Esta perda também pode ser visualizada nas transformações que a Festa da Uva sofreu até se tornar a atual Festa do Pêssego. Nos tempos do evento vinícola, além da doação, por parte dos agricultores, dos brindes sorteados na festa (como bandejas de frutas, leitões e galinhas), a renda do evento era comumente destinada às obras da igreja local (Malmann, 1996, p. 39,40). Nos dias atuais, a renda do evento acaba por corresponder a uma das principais fontes de renda dos agricultores nele participantes. É desta forma que os produtores agrícolas da Vila Nova e arredores foram perdendo, ao serem envolvidos, objetiva e subjetivamente, pelo grande centro urbano de Porto Alegre e devido à crise econômica instaurada na agricultura do local, o costume da prática da reciprocidade⁵³.

Afora esta menção à mudança nos modos de expressão e nos hábitos de reciprocidade dos agricultores da Vila Nova, com o passar do tempo, um outro ponto contido nos depoimentos é merecedor de destaque: a ligação, feita por eles, entre a diminuição de propriedades agrícolas e a instalação de vilas populares no bairro. A chegada das vilas seria vista como o principal fator da saída de muitos agricultores, não sendo feitas maiores referências a outros aspectos que o processo de urbanização poderia apresentar⁵⁴:

Bom, eu acho assim a situação mais, digamos assim, mais prejudicial à vida dos agricultores, aqui do bairro, foi essa do campus do Cristal⁵⁵, aqui no

⁵¹ O qual tinha um armazém na João Salomoni.

⁵² Oposição esta sugerida por Woortmann (1990, p. 57).

⁵³ A reciprocidade pode corresponder tanto à troca obrigatória como ao espírito que se opõe ao da mercadoria, ao do negócio (Woortmann, 1990, p. 57-60).

⁵⁴ Como o da construção de condomínios residenciais de luxo, como o Alfa Ville, o qual deslocou muitos agricultores para fora da área, ou como a especulação imobiliária que incide sobre as propriedades agrícolas.

⁵⁵ A moradora entrevistada se refere à transferência dos moradores residentes na vila, onde foi edificado um hipermercado (o Big Cristal), para um condomínio popular construído no Campo Novo.

Campo Novo. *A instalação deles ali que ficou assim atrás de todas... de uma série de chácaras, né.* E todo mundo pediu que não permitissem, que arrumassem um outro lugar pra eles. *Ninguém é contra eles*, mas ali não era o local ideal, né, e isso não foi ouvido, né. E aí aquilo ali ficou uma coisa horrível. *Terminou com a chácara de quem tinha.* As pessoas não podem nem morar mais ali, não é nem questão de ter chácara, eu acho que nem morar mais não dá. (---) Muito menos produzir alguma coisa, né. Então, esse caso foi realmente bem triste eu acho pro bairro, *foi um retrocesso muito grande aqui pra nós*, nesse aspecto, né, essa teimosia. E realmente trouxeram e não tem nada a ver aquilo ali com aquele pessoal, nada. (moradora, 46 anos, há 26 anos residente no bairro, parente de agricultores)

E agora tão fazendo esses conjuntos habitacionais. *Tu vês ali a Vila Cristal... vocês foram ali no Campo Novo?* (---) Um lugar tão lindo que era. Tinha até fonte natural, de água cristalina, natural, que brotava ali. *Que pena.* (moradora, 64 anos, residente a 64 anos no bairro, parente de agricultores)

É interessante notar que a idéia de que as vilas mais recentemente instaladas prejudiquem os espaços agrícolas é encontrada também no discurso de uma moradora de uma vila, só que bem mais antiga⁵⁶:

É que tão fechando muito eles com as vilas que tão colocando prá cá. Não sei se já falaram isso. É, tão colocando as vilas de outro lugar tudo prá cá e tão fechando eles. *Aí, eles não têm como plantar, por causa da contaminação, dos roubos, das invasões.* É, eles invadem muito e aí quando conhecem uma coisa assim, já vão logo invadindo, entrando, pegando. (moradora de vila antiga, 52 anos, residente há 29 anos no bairro, sem parentesco com os agricultores)

Este quadro onde moradores das vilas instaladas mais recentemente seriam vistos pelos mais antigos do local como intrusos indesejáveis configuraria um típico caso de uso da dicotomia “Nós/Eles”. A dicotomização antes referida entre “Nós”, os moradores, e “Eles”, os agricultores, passa a ser substituída por uma outra, mais conveniente para a ocasião: “Nós”, os residentes tradicionais (agricultores e não agricultores) e “Eles”, os das vilas transferidas para o bairro.

Diante deste fato, é interessante notar como as nomeações e classificações variam segundo o estado e a forma da organização social estabelecida em um dado lugar, através de “processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base da dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum (...)” (Poutignat e Streiff-Fenart, 1998). No entanto, esta dicotomia, agora, abrange

⁵⁶ Isto porque não são os moradores de vilas em geral, que são tidos como “problema”, mas os das vilas mais recentes.

outros sujeitos: não mais a antes referida oposição “Nós e Eles, os agricultores⁵⁷”, pois este outro “Nós” passa a unir os agricultores aos moradores mais antigos, em oposição a “Eles”, os novos moradores advindos das vilas.

Assim, pode-se visualizar como a composição de um grupo identitário varia segundo o contexto social do qual ele emerge: “diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais” (Woodward, 2000, p. 46). Então, aqui, pode ser encontrada mais uma das facetas identitárias dos agricultores: além de produtores, de comerciantes, eles também podem ser vistos como pertencentes ao grupo dos antigos moradores do bairro (o qual englobaria tanto agricultores como não agricultores), ou seja, como também possuidores de uma identidade referente à localidade. Ao menos é isso que indicam os discursos de seus vizinhos mais antigos.

3.2.2 Conformando a própria identidade

O ponto de partida desta seção será a apresentação das perspectivas dos agricultores entrevistados sobre a instalação de vilas populares, pela Prefeitura, próximas às suas chácaras. A presença de novos vizinhos coloca os produtores diante de mais uma nova situação. Além da chegada do “progresso”, com o asfalto e o concreto, agora, chega também a ameaça que os moradores das vilas lhes impõem. A maior parte dos agricultores entrevistados demonstrou-se inconformada com a instalação de vilas, integradas por moradores de baixa renda, nas proximidades de suas propriedades:

Por que nós aqui, quando acontece daquela gurizada estar no açude ali embaixo, fazendo uma algazarra, que aquela água hoje tá limpa, mas quando ela tá desse jeito ela tá preta, não dá nem pra puxar água dali. O barro vinha todo pra cima. Chama a Brigada, nem a Brigada não atendia o cara. (...) Nem a Brigada não dá apoio pra gente, pomba! *Quando foi pra assentar essa gente aqui*, ó, veio a Brigada, veio a Civil aqui, os chefões aí: “Olha, qualquer coisinha, vocês ligam pra nós lá que nós prontamente estamos aqui”. Agora, nem aparece, a gente chama e não aparecem. E daí? (agricultor em tempo integral, 55 anos, com propriedade vizinha à uma vila)

A cidade vir prá cá não é ruim. *Ruim é as vilas que eles tão botando, a marginalidade.* (• Vila popular que chamam, né?) É, porque *os que vêm assim, que tão com mais educação, mais estudo, tudo isso, não incomodam. Agora, as vilas sim.* Os coitados precisam ter onde... (• Mas tem que cuidar onde colocar, né?) *Não perto de chacara. Quantos venderam aqui no Campo*

⁵⁷ Ou ainda, “Eles”, os agricultores da Festa do Pêssego, “Eles”, os agricultores com seu modo de falar, vestir e andar diferenciados, “Eles”, os passíveis de isenção de IPTU.

Novo, quantos que eu conheço? Porque planta prá levarem? Então, não adianta. (agricultora e dona de casa, 60 anos)

É violência. Violência, roubo muito alto. Tu vais... como aqui é já... toda redondeza é casa, é vila, então, tu fica já meio sem opção pra plantar distante da casa, porque daí vem o pessoal fazer colheita. (agricultor e agrônomo, com uns 30 anos)

Desta forma, pode-se notar que o conflito, que a instalação de vilas populares na área detonou, é bem mais do que resultado de um processo de estranhamento ao novo, ao diferente. Ele representa muito mais do as tensões que Wanderley (2000, p. 99) cita como possíveis em situações onde, no meio rural, grupos distintos se aproximam, devido ao fato dos habitantes mais antigos, diante da presença de “estranhos”, terem “sentimentos de que o seu ambiente de vida não corresponde mais a um espaço de interconhecimento, no qual está inscrita sua própria identidade social”. Na Vila Nova, este contato com “estranhos”, com novos moradores, devido à expansão da cidade, já se dá há bastante tempo.

Em um artigo sobre a questão da identidade, Woodward (2000, p. 46) menciona que o uso das oposições binárias “locais (insiders)/forasteiros (outsiders)” pode corresponder a uma estratégia de se manter um certo controle social, visto que a classificação simbólica estaria intimamente relacionada à ordem social. No caso aqui estudado, mais do que uma atitude de estranhamento, esta reação negativa à presença dos moradores das vilas parece estar mais ligada à uma tentativa, por parte dos moradores mais antigos, de manter a ordem e a hierarquia social estabelecida no local.

Deste modo, configura-se um quadro onde outros novos moradores, “que tão com mais educação, mais estudo”, não seriam inoportunos, mas os da vila sim, não se levando em conta que alguns deles possam também ter algum tipo de estudo. Isto porque, o que está em jogo, neste caso, não é uma divisão do mundo social, pelo uso da oposição “Nós/Eles”, conforme critérios educacionais ou por meio de uma sensação de “estranhamento/reconhecimento”. O que acontece, na verdade, é a utilização da dicotomização “Nós”, agricultores e “Eles”, os das vilas, para construir uma divisão, no espaço social, baseada não somente em critérios culturais, mas também econômicos, com vistas a discriminar, excluir socialmente, os agentes detentores de menores níveis de capital econômico. Ou seja, neste caso: “dividir e classificar significa (...) também hierarquizar” (Silva, 2000, p. 82).

Quando os agricultores, em seus discursos, verbalizam os temores que sentem em relação aos moradores das vilas, que além do roubo das frutas incluem até mesmo a ameaça de invasão de suas terras, simultaneamente, eles procuram naturalizar estes agentes como socialmente inferiores: são ladrões, são mal-educados. É bem conveniente comparar a boa educação dos vizinhos, também possuidores de terras, com a má educação dos novos, ou até mesmo rotulá-los como preguiçosos e aproveitadores:

Olha, eu moro... eu tenho chácara no interior e tenho aqui. É que a ... aqui, o que eu acho é que lá é muito mais calmo que aqui. Aqui, a vizinhança, é a incomodação do cara. É isso aí que... que é a diferença, tá. Que é: povo mal educado, não respeita o que é dos outros e no interior aí, tu sabe que respeitam. Tem cerca, se ele é um vizinho que... ele faz a volta, ele não atravessa ou ele atravessa no meio e não dá nada. Agora, aqui, se eles passarem no meio, eles te levam o ... já vão levando, já vão limpando. (agricultor, em tempo integral, 55 anos, com propriedade vizinha à uma vila)

Por exemplo, a gente tem uma área ali, né, que a gente tá querendo até vender, a gente fica sempre com medo de invasão, assim, que o pessoal tão tudo invadindo aí as áreas. Quando vê vai um lá faz um terreninho lá, invade e daí como é que a gente fica? Tu vai lá expulsar a pessoa de lá... (• Vocês produzem nessa área aí?) Não. Até essa área nossa lá não é produtiva, aí que tá, né, daí fica perigoso. (...) Ela tá um capoeirão, numa altura... São 12 hectares até que a gente tem lá, uma baita duma área (...). Tem uma área, daí a gente fica com medo, um pouco mais nesse lado aí que a gente tem medo só, que eu acho que a Prefeitura... (• Vocês não pretendem produzir ali, pretendem vender então?) É, mais é venda. É e nesse lado aí é que eu acho que tinha que ter um pouco mais de proteção, porque o pessoal tá invadindo muito. Hoje todo mundo quer ter o seu terreno, eles não querem comprar, eles não querem trabalhar prá pagar o que eles querem ter, daí fica difícil. Eles querem se apossar das coisas dos outros, daí fica brabo. (agricultor em tempo integral, 21 anos)

Este último depoimento deixa nítido que a posição defensiva dos agricultores em relação aos moradores das vilas não é devida somente ao perigo de roubo de suas frutas e hortaliças, mas igualmente é devida ao receio de invasões e ocupações de suas terras. É também este temor que os leva a construir um discurso de oposição a estes moradores, onde os mesmos são desqualificados, por meio de insinuações estigmatizantes, as quais os enquadram como marginais e mal-feitores.

Entretanto, estes mesmos agricultores, que consolidam sua própria identidade (e superioridade) através de sua distinção dos moradores da vila, revelam, em alguns dos depoimentos, uma certa tendência a inferiorizar a sua própria condição. Isto pode ser demonstrado, em parte, na afirmação feita pela maioria dos entrevistados de que não incentivariam seus filhos a serem agricultores:

(• O senhor incentivaria suas filhas a serem agricultoras?) *De jeito nenhum.* Elas nem querem, nem sabem como dá o rabanete, se dá embaixo ou se dá em cima. Mas de jeito nenhum. (empresário rural, 53 anos).

Não. Não incentivaria, porque é muito braba essa profissão. Se um dia eu tiver filhos, vou ter, é claro, né, mas eu não incentivaria, porque é brabo. *O meu pai não teve condições de me pagar mais estudos.* Se eu quiser alguma coisa mais, eu vou ter que batalhar, vou ter que batalhar, vou ter que estudar mais, né. (agricultor em tempo integral, 21 anos).

É, eu não incentivaria um filho a fazer esse trabalho, não incentivaria. (...) A profissão primária não dá nada. Não dá. (agricultor e comerciante aposentado, 68 anos).

Para alguns, a agricultura, por não necessitar de estudo para ser exercida ou por não gerar uma renda satisfatória, nem poderia ser considerada uma profissão:

(• E ser agricultor pro senhor, é uma profissão ou um modo de vida?) Acho que é um modo de vida, sim, *porque hoje eu me arrependo de não ter estudado*, porque os meus pais me empurrando. Arrependo-me, porque hoje eu estaria, de repente em melhores condições... não, mas mais tranquilo. (empresário rural⁵⁸, 53 anos)

É um modo de vida. (• Por quê?) Porque a gente às vezes não gosta, mas se mantém naquilo, porque precisa daquilo, de no caso a agricultura. *Agora, eu acho que como profissão já foi. Hoje em dia não é mais profissão. Tá muito difícil, não dá renda, é muito cara, é quase tudo importado.* Então, como profissão tá ruim. Agora, que já tá vai agüentar. (agricultora e dona de casa, 60 anos)

Já os agricultores que vêem a agricultura como uma profissão, ou tendem a considerá-la uma profissão inferior ou revelam serem agricultores por não terem uma outra opção melhor no momento:

Eu... todos eles aprenderam a trabalhar, quando eram crianças. Aprenderam a trabalhar como se planta as coisas, mas não deu, porque o lugar aqui é pequeno e eles têm que fazer o futuro deles. *Eles foram todos estudar prá pegar uma profissão melhor.* (agricultora e professora aposentada, + de 60 anos)

Hoje, *eu posso dizer que é a única opção.* (• Opção?) É, porque só viver da agricultura não dá, mas eu como tenho que administrar essa propriedade, eu não posso sair. Então, tem que trabalhar aqui. (agricultor e agrônomo, ± 30 anos)

⁵⁸ Visto que parte de sua mão-de-obra é terceirizada, através de contratos de parceria com outros agricultores, os quais, em troca da compra de sua produção, fornecem seu trabalho e sua terra.

No entanto, merece aqui realce o fato de que o único agricultor que considerou a agricultura uma profissão como qualquer outra, não a subestimando em relação às demais, é detentor de um razoável capital econômico investido na agricultura⁵⁹:

Não, eu acho que é uma profissão, né. *Eu acho que é uma profissão.* A gente trabalha nisso, se criou na agricultura, trabalha nisso aí, é uma profissão. *Não tem uma profissão o cara que é um advogado, é um médico? Eu sou agricultor. Ele exerce a profissão dele, eu exerço a minha.* Cada um tem o seu ramo de vida. (agricultor em tempo integral, 55 anos).

Apesar de um dos entrevistados, identificado neste trabalho como empresário rural, também possuir grandes quantias de capital econômico investido na produção agrícola, mas não ter classificado a agricultura como uma profissão, é relevante o fato de que nos últimos seis anos ele tenha tido prejuízos na ordem de 500 mil reais⁶⁰. O que se quer destacar aqui, é uma estreita relação que pode existir entre a compreensão que estes atores sociais têm da sua própria condição, ou seja, de serem agricultores, e sua situação sócio-econômica. Ao que tudo indica, uma maior ou menor valorização da agricultura é estreitamente dependente da posição e do *status* social⁶¹ que ela pode ou não gerar para aquele que a exerce.

Assim, um agricultor mais capitalizado economicamente se inclinaria a estimar sua condição de agricultor, enquanto que os mais descapitalizados tenderiam a desvalorizar o exercício da agricultura. Também, é relevante o fato de que o produtor, cujo depoimento foi citado acima, ser o único dos entrevistados que possui todos os seus filhos trabalhando com ele, como agricultores. Cabe aqui lembrar que a posse de maiores recursos econômicos, neste caso, não só é garantia de um maior *status* social, como também viabiliza a própria reprodução social dos produtores agrícolas⁶².

Entretanto, o que se tem é o fato de que boa parte dos produtores inqueridos demonstram-se insatisfeitos com a condição de serem agricultores, construindo uma

⁵⁹ Ele é um dos maiores produtores da área, possuindo até mesmo uma câmara fria, equipamento caro e que os demais entrevistados não têm.

⁶⁰ Mesmo abastecendo um hipermercado como o Carrefour, os prejuízos tidos nos últimos anos, o levaram a vender alguns equipamentos e a estar loteando, na época da entrevista, dez hectares de sua propriedade.

⁶¹ Não se podendo esquecer, como já foi dito, que “em nossas próprias sociedades, o capital econômico é a espécie dominante, em relação ao capital simbólico, ao capital social e mesmo ao capital cultural” (Bourdieu, 1990, p. 133). Deste modo, as posições sociais mais elevadas são em muito devidas à posse de um capital econômico maior.

⁶² Ou seja, os herdeiros percebem que há capital econômico suficiente para que os mesmos se mantenham na função.

imagem pessimista em relação à agricultura. Parece acontecer, na área estudada, algo semelhante àquilo que Bourdieu (2000, p. 116) demonstrou ocorrer no mundo camponês francês: a unificação do mercado dos bens simbólicos, entre os valores “urbanos” e os “rurais”, favorecendo o surgimento, na consciência dos camponeses, de “uma imagem catastrófica de seu futuro coletivo”.

Esta imagem pode muito bem ser observada nas diversas manifestações de descontentamento com a agricultura, nas lamentações sobre as dificuldades que a vida de agricultor traz e, principalmente, nos desestímulos dados aos filhos para entrar ou seguir na atividade agrícola, presentes na maior parte dos depoimentos. Contudo, além de estar bem presente na consciência dos agricultores entrevistados, esta visão catastrófica sobre sua própria condição parece ser intensificada, no local estudado, pela existência de um forte sentimento de que a expansão contínua da cidade vai, cedo ou tarde, expulsar as propriedades agrícolas ainda restantes:

Então, isto tudo aqui vai ser... o futuro é um grande bairro residencial aqui. (...) Essa nossa zona sul está fadada a desaparecer. *Como produtor rural, como produtora rural ela tá fadada a desaparecer.* (agricultor e aposentado em comércio, 68 anos).

Portanto, pode-se dizer que a maior parte dos agricultores da Vila Nova e arredores constrói um discurso de descrédito em relação à sua própria atividade, a agricultura, e de crença no fim da área agrícola ainda existente no local. Afora esse pessimismo em relação ao próprio futuro, a maior parte dos entrevistados mostrou-se relutante em vender a sua propriedade e deixar o bairro. Os agricultores mais velhos foram os que demonstraram a maior relutância, principalmente, porque seus filhos fixaram residência dentro da propriedade. Entretanto, houve um entre eles, cujas colocações indicaram a existência de uma relação com a terra, na qual a mesma é vista não como uma simples mercadoria, mas como algo de valor imensurável:

(• E o senhor já recebeu oferta de compra da sua propriedade?) Já recebi, mas não tem negócio. (• E por que não aceitou mesmo?) Não, porque não é pra vender. Não tem valor agora. Não tem valor. Não tem preço. Agora não é pra vender. Agora não se vende. (• Quando é que vai ser pra vender?) Não se sabe. Eu espero que nunca. Eu vou morrer, eu já disse pros meus irmãos aí: “Eu não morro, agora, eu não assino isso aqui. Só se eu morrer pra vocês venderem. Eu não assino”. *A parte de cima só, os 7 ha que tem aqui em cima, que era do meu avô.* (• Por que os caras oferecem bastante, né?) Não, não tem preço, não interessa. Deixo pro meus filhos aí. Futuramente, se eles quiserem vender, vendem, meus sobrinhos aí, mas eu sou o último a assinar

aqui. Essa parte aqui de cima, pra ser vendida, se precisar da minha assinatura, não sai. (agricultor em tempo integral, 55 anos)

Mesmo que este agricultor não tenha se negado a vender “terras mais novas”, a colocação acima, que refere à aversão à idéia da venda das terras mais velhas, onde residiram seus antepassados, demonstra ainda a permanência da idéia da terra como patrimônio da família, carregada de valorações éticas e sentimentais. Tal concepção da terra foi constatada também nos estudos de Woortmann, sobre o campesinato:

Vê-se a terra, não como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto das valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho do grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. (Woortmann, 1990, p.12)

Já os mais jovens revelaram-se bem mais receptivos à idéia de venda da propriedade, num futuro não muito longínquo⁶³:

É porque a gente quer ficar aqui. A gente até tem outra propriedade que a gente quer vender, que fica a 1 km, 2 dessa que a gente tem aqui. A gente tá querendo vender lá, porque aqui a gente reside, *aqui a gente não quer se desfazer no momento, a não ser futuramente, quando eu não tiver mais o meu pai, a minha mãe, daí eu queira abrir um outro negócio*. Como vale bastante aqui, eu tiro um bom dinheiro e boto um negócio na rua prá mim, entendeu, uma loja, alguma coisa, mas isso daqui uns 20 ou 30 anos. (agricultor em tempo integral, 21 anos)

É, eu assim tô sem futuro. Tô remando, tô vendo o que é que vai dar. Se vier algum comprador prá terra eu vendo. Se continuar assim, eu vou continuar plantando. Vai ser o que vier, né. Por isso não tem futuro. É no que melhor vier. (agricultor e agrônomo, ± 30 anos)

Ao que parece, as propriedades agrícolas ainda restantes no bairro ou serão ocupadas pelas moradias dos filhos dos proprietários, sendo que a maioria deles tem atividade não-agrícola, ou serão loteadas e vendidas para empreendedores imobiliários. Diferentemente das propriedades localizadas nas regiões mais interioranas, onde a venda de uma propriedade se dá, na maior parte das vezes, de um agricultor para outro, na área investigada, o alto valor da terra acaba por inviabilizar a perpetuação da atividade agrícola no local.

⁶³ Processo semelhante ao encontrado por Woortmann nas colônias do Sul do Brasil, onde na geração de jovens estudada, iniciava-se o rompimento com os valores tradicionais, o que levava a introduzirem-se, “no universo da colônia e da família, os projetos individuais dos filhos, em oposição ao projeto coletivo da família, pedra de toque da organização social” (2000, p.53-54).

A sensação de que a agricultura vai, cedo ou tarde, ser extinta local, aliada ao fato de que sua terra tem potencial de ser transformada em um montante razoável de dinheiro, torna compreensível o fato de que os agricultores não manifestem maiores interesses em formar uma associação ou uma cooperativa. Por que interessaria a eles investir tempo, dinheiro e trabalho num empreendimento destes, se em algum momento de maior crise há a possibilidade de venda de parte ou de toda a propriedade a valores, por hectare, que superam ao de qualquer propriedade agrícola localizada no interior do Estado? Em razão disto, a afirmação feita em boa parte das entrevistas de que os agricultores da Vila Nova e arredores são desunidos e formam um grupo pouco coeso não deve causar espanto:

O agricultor é só ele e acabou. Não tem esse negócio de participação, isso e aquilo, aquilo outro. Vou dizer: “Olha, vamos fazer uma greve?”. “Vamos.” Bah, mas se tu sabe que vai fazer uma greve, o meu vizinho vai fazer o dobro da carga, porque vai vender melhor, entendeu? Então, não tem, eles são muito desunidos. Não existe união. Desunião é a palavra certa. (empresário rural, 53 anos).

Nós temos carências enormes aqui, em comercialização principalmente, né, e não temos uma cooperativa que receba o nosso produto, que comercialize o nosso produto, que estoque o nosso produto, não é? Isto é uma carência muito grande, *mas não há maneira de tu juntar esta gente aqui*, se não há maneira de juntar na AMEAFRUTI, que pagava lá dez pila por mês de mensalidade, tu imagina numa cooperativa que tem arcar com quotas! E sempre tem aqueles espertos, né, não vou nem botar entre aspas, espertos mesmo, que acabam comendo a coisa boa (...). *E aqui nós não temos uma liderança capaz de sobrepujar isto tudo aí e botar ordem na coisa toda, não tem.* (agricultor e aposentado em comércio, 68 anos).

Ao mesmo tempo que estes agentes tendem a construir um grupo social próprio ao reivindicar um tratamento especial por parte do poder municipal, através da isenção de IPTU, por exemplo, esta configuração de grupo é desfeita quando a questão é trabalhar em conjunto. Ou seja, tudo indica que a conformação identitária dos agricultores é um tanto ambivalente: quando o grupo segue em direção a uma reivindicação que o coloque diante de uma estrutura externa (como a Prefeitura), ele tende a se mostrar coeso, unificado. No entanto, internamente ao grupo dos agricultores da Vila Nova e arredores, os depoimentos indicam que há uma forte desagregação e falta de união. Também corrobora com a idéia de que os agricultores do local em estudo não chegam a formar um grupo corporado o fato de que, dos entrevistados, nenhum

deles declarou estar participando ativamente de seu sindicato, apesar de estarem (ou alguém de dentro da propriedade) associados a um dos dois sindicatos existentes⁶⁴.

Esta desunião enquanto grupo não impede que haja a formação de subgrupos que detenham maior poder e exerçam maior controle nas decisões pertinentes aos agricultores. A existência de diferentes níveis de poder e influência entre os agricultores, determinados pela posse, maior ou menor, de capitais produtivos e econômicos, pode ser claramente observada no discurso abaixo:

Sim, eu acho que a Festa do Pêssego é ajeitadinha, tudo lá, mas lá dentro prá participar é uma panelinha. E essa mesma panela tá se tornando a Festa da Uva. Dão-se bem com a gente, mas enquanto estamos de visitante. No momento que... a gente sente a diferença deles. Que eu notei em Belém, quando eu disse: “Oh, a panela tá formada”. (...) São amigos da gente, mas é aquele momento. São amigos, mas chega na hora do trabalho, não são inimigos, mas também te acorrentam. Eles botam, como eles têm grande produção, eles botam gastos, gastos, gastos, que... como a gente que é pequeno produtor não dá, não compensa. Quem é que vai lá prá trocar moeda? (agricultora e dona de casa, 60 anos)

Em função do apresentado acima, pode-se verificar a existência da construção estratégica de um hibridismo identitário, por parte dos agricultores. Conforme a conveniência do momento, há esforço em moldar, ou não, um grupo ou subgrupos específicos e diferenciados. Inversamente, em outras circunstâncias, o grupo ou subgrupo formado é desfeito, ficando o trabalho de cada produtor tão isolado como estão isoladas, espacialmente, as suas propriedades, umas em relação às outras.

3.2.3 “É urbano agora aqui”: as diferenciações feitas, pelos agricultores, entre o “rural” e o “urbano”

A que estes agricultores, homens e mulheres que perseveraram a exercer a agricultura, a plantar, cultivar e colher alimentos em meio a uma cidade grande, relacionam a ruralidade? Esta será, para eles, uma noção associada ao espaço, a locais distantes, ao tempo, presente ou passado, à própria condição ou identidade, a tudo isto ou a nada disto?

Primeiramente, cabe ressaltar que, especialmente falando, há uma grande inclinação, por parte dos agricultores entrevistados, a relacionar a existência de uma

⁶⁴ Vale lembrar: ou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de POA ou do Sindicato Rural de POA.

paisagem composta por uma grande densidade de casas, carros e pessoas, próxima a suas propriedades, como um dos principais indicativos da condição “urbana” do local onde residem. Com exceção de uma só agricultora, todos os demais entrevistados não tiveram dúvidas em classificar o lugar onde estão morando como um meio urbano, não rural:

Eu tô morando no meio urbano. Na frente da minha casa tem lotação, tem NET, tem tudo, então, eu tô morando num centro urbano, eu tô morando no urbano, não adianta. (empresário rural, 53 anos)

Ah, eu diria que num meio urbano, porque... bom, eu olho prá cá tem casa, eu olho prá lá tem casa, então, quer dizer, eu tô morando na cidade. Agora, se eu, por exemplo, esses dias eu fui, passei, fui lá pro Lami, lá eu considero área rural, porque lá não tem casa, lá é só mato, a gente olha, eu não sei se tu já foi prá lá? (• Já fui sim.) Lá é só mato. Tu olhas assim, não tem casa, não tem nada, agora, mais prá cá, passando ali Restinga, prá cá já começa já a aumentar a população. (agricultor em tempo integral, 21 anos)

Pode-se perceber que a construção da noção do rural, pelos agricultores inqueridos, é feita em contraposição à do urbano, sendo que enquanto a primeira é relacionada ao despovoado, pouco habitado, onde predomina o “mato”, a segunda é associada à densa habitação, à proximidade de serviços de comunicação e de transportes. Desta forma, uma das diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano elencadas há quase cem anos atrás, por Sorokin *et al* (1930) ainda é integrante das representações feitas sobre a ruralidade pelos agricultores do local analisado. Isto, porque estes autores também usaram das diferenças de densidade populacional para distinguir o “rural” do “urbano”, tendo como regra geral que “as comunidades de agricultores tem uma densidade populacional mais baixa do que as comunidades urbanas” (Sorokin *et al*, 1930, p. 203).

Contudo, é importante notar como a ruralidade está associada, pelos agricultores, não só ao baixo número de habitantes de um local, mas também à presença de atividade agrícola. Além da condição de baixa densidade populacional, um outro quesito, a preponderância de chácaras/propriedades agrícolas, seria também conformadora da ruralidade de um espaço:

Olha, eu acho que tô morando no meio urbano. (• Mas a senhora já morou num lugar diferente?) Sim, isso aqui era tudo chácara. Isso aqui era tudo chácara e agora, e é urbano agora aqui. (agricultora e dona de casa, 60 anos)

Segundo a percepção da maior parte dos agricultores, a condição “rural” de um local está relacionada a uma menor densidade populacional, ao baixo número de veículos e à ocupação majoritária por propriedades agrícolas. Esta compreensão do que venha a ser a ruralidade, como se pode notar, assemelha-se em muito à apresentada pelos moradores do bairro.

Entretanto, somente um dos agricultores entrevistados, de maneira semelhante aos moradores inqueridos, fez relações entre uma condição “rural” e a apresentação de uma aparência mais rude e humilde, por parte do agricultor, assim como a prática de um modo de vida mais simples. Também, foi esta agricultora a única a considerar o local onde mora como um meio ainda “rural”. Da mesma forma que os demais, ela relacionou a ruralidade à presença de chácaras e à sensação de “menor aperto”, de menor ocupação espacial:

Aqui, ainda é rural. Eu acho. Sim, porque aqui tu podes andar o jeito que tu quiser, *tu pões uma roupa velha*, anda ali, ninguém vai te criticar, porque aqui, é lugar de trabalho. (• Esse seu canto aqui a senhora acha que é no meio rural?) Eu acho. O meu canto e o dos vizinhos. *Têm várias chácaras aqui em roda.* Lá em cima tem o seu Arduíno, tem aqui a chacara... a Chacara das Pedras, chama-se, né. Ali, eles não plantam, mas é uma baita duma terra ali, é grande. (• A senhora acha isso pelo tipo de vida?) Sim, o tipo ainda é mais simples, ainda é tipo rural, *porque o urbano ainda é uma casa pertinho da outra, tudo apertado. Aqui, todo mundo está folgado ainda.* (agricultora e professora aposentada, + de 60 anos).

Assim, esta agricultora tanto relacionou a ruralidade a um tipo de vida mais humilde, mais rude, como classificou o local onde reside como um meio rural, o que corresponde à construção de uma representação do rural impregnada de certo bucolismo. Esta representação diferenciada e até, em certos pontos, contraposta às demais, demonstra como a ruralidade, em espaços sociais ambíguos como o da Vila Nova e arredores, pode ser construída de diferentes maneiras e sob diversas perspectivas e apresentar delimitações constituídas por fronteiras fluídas e permeáveis.

Pelo que foi até agora apresentado, pode-se verificar como a noção da ruralidade é normalmente construída em oposição à de urbanidade, através do uso de relações (como por exemplo, povoado/despovoado, moderno/atrasado), as quais acabam sendo inseridas em um sistema de relações homólogas e interconectadas, para converter a

arbitrariedade do *nomos* social em algo tido como óbvio, quase indiscutível⁶⁵. Desta forma, como é no “mundo urbano” onde estão concentrados os maiores níveis de capitais econômico e cultural existentes na sociedade atual, é também dele que emanam tanto as regras e normas, como os princípios construtores das classificações, denominações e noções nela predominantes.

Quando a maior parte dos agricultores e moradores entrevistados associam a ruralidade ao despovoado/pouco habitado, ao atraso, ao pouco letrado, ao humilde/rude/simples, ao tranquilo/pacífico, ao sem futuro/sem perspectivas, e relacionam o urbano ao contrário de tudo isto, eles estão, na verdade, consagrando simbolicamente, objetiva e subjetivamente, todo um discurso produzido pelo “mundo urbano”. Por sua vez, este discurso busca, de modo quase invisível e oculto, legitimar a superioridade da sociedade dita “urbana” em relação à sociedade dita “rural”:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação de dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (Bourdieu, 1999, p. 22).

Quanto mais próximo ao centro da dominação, no caso o “mundo urbano”, mais fortemente tende a incidir, sobre os agentes dominados, as determinações e sanções feitas pelos dominantes. Desta forma, aos agricultores da Vila Nova, cada vez mais envolvidos e sufocados, simbólica e fisicamente, pelo espaço dito “urbano”, não restaria senão a alternativa de repudiar e denegrir aquilo que os possa relacionar ao que o “mundo urbano” classifica como inferior. Este inferior, no caso, muitas vezes pode estar relacionado com algumas das características, costumes e hábitos do mundo dito “rural”.

3.3 O hibridismo e as fronteiras móveis da ruralidade

Diante do que já foi apresentado até o momento, não é possível negar o caráter fronteiro que a área estudada possui. Caráter este que pode ser encontrado tanto a nível temporal, como espacial. No que diz respeito ao *front* relativo ao tempo, pode-se observar que tanto o bairro Vila Nova e arredores, como os seus moradores mais

⁶⁵ Este trecho foi elaborado, e até mesmo adaptado, a partir das colocações feitas por Bourdieu (1999, p. 22) sobre como a “dominação masculina” usa deste sistema de relações e oposições para naturalizar diferenças que acabam por legitimar o masculino como superior ao feminino.

antigos, estão vivenciando, atualmente, uma transição entre duas etapas distintas: numa primeira, a bem poucas décadas, havia a certeza de se residir num local tipicamente rural. Numa segunda, nos dias de hoje, apesar de já ser mais bem aceita a classificação urbana do bairro, a presença tanto dos agricultores e suas propriedades, como a realização de um evento, a Festa do Pêssego, que tem o potencial de trazer ao presente toda a memória de um passado entendido como rural, torna a urbanidade como que ainda não integral, como que algo ainda a ser realizado em sua plenitude. Também, a nível espacial, este cunho fronteiro é visível: a Vila Nova e arredores localiza-se numa zona intermediária entre o centro, nomeadamente urbano, e a zona sul, ainda há pouco denominada de rural, mas atualmente chamada de área rurbana.

O local escolhido por este estudo tem a característica de estar localizado, tanto no tempo, como no espaço, na fronteira, fornecendo ao pesquisador aquilo que pode ser chamado de “contexto de fronteiras”, sendo por isto, um cenário privilegiado (Oliveira, 2000). Este privilégio, por sua vez, advém do fato que é exatamente em cenários como este que emergem as mais complexas tessituras sociais, onde a variedade de interações permite que as formas identitárias nele contidas e originadas apresentem-se fluídas, mutantes, móveis e, conseqüentemente, híbridas.

É neste contexto híbrido que os agricultores e as agricultoras enfocados por este estudo modelam e remodelam sua própria identidade. Entretanto, o ambiente social, diversificado e também móvel, aliado à paisagem em constante transformação que constituem o bairro, não são os únicos fatores de uma conformação identitária híbrida que estes agentes possam apresentar. Como foi visto, também as intervenções institucionais (como o Plano Diretor e a lei do IPTU) tem o poder de fazer emergir este ou aquele formato identitário, proveniente do realce nesta ou naquela característica, enfatizando ora a ruralidade ora a urbanidade.

Desta forma, o ser “rural” ou ser “urbano”, ou ambos, acaba sendo resultado de uma ambivalência identitária, que por sua vez, é em muito devido à necessidade e aos interesses das circunstâncias. Um depoimento registra bem esta maleabilidade identitária que os agricultores do bairro Vila Nova e arredores possuem:

Aqui o bairro é Ipanema⁶⁶. Nós já fizemos parte de Ipanema. Vila Nova fica mais lá depois de Campo Novo. (---) Faz fronteira com Campo Novo. (• E Campo Novo com Ipanema?) Isso. (• Mas vocês se consideram produtores rurais da Vila Nova ou...) É, mais é da Vila Nova, porque antigamente se falava muito: “Ah, os produtores da Vila Nova, etc.” (• E a tua família é, né?) *E como a minha família já vem de antigo, daí sempre eu falo: “Tu é da Vila Nova, tu é produtor de lá?”*. *Aí, eu digo: “é, eu sou produtor de lá”*. *Prá não confundir*. Senão eu vou dizer: “é eu sou produtor de Ipanema”. (---) “Bom, o cara tem uma chácara ali na beira da praia!”. Daí vai ficar ruim. (agricultor, 21 anos).

Aqui, o fato de ser pertencente a uma das famílias tradicionalmente relacionadas com a produção de pêssegos da Vila Nova fornece subsídios para que mesmo morando em um local fora dos contornos oficiais do bairro, este agricultor possa enquadrar-se como um de seus produtores. Deste modo, em um momento conveniente, este vínculo identitário temporal (“a minha família já vem do antigo”) serve como uma referência identitária espacial (“é, eu sou produtor de lá”, da Vila Nova). É justamente assim que a posse de uma identidade ambivalente abre um leque de possibilidades de realce numa ou em outra característica, conforme exija a ocasião.

Neste momento, a noção de operadores simbólicos passa a ser interessante para este estudo. Os operadores simbólicos corresponderiam às características que delimitariam a pertença ou a exclusão, seriam como que “marcadores do jogo de exclusão e inclusão que expressa a natureza da identidade contrastiva”, característica das situações de fronteira (Oliveira, 2000). Na Vila Nova, no que diz respeito aos agricultores, pode-se verificar a ocorrência de alguns destes operadores. Um deles seria relativo à *terra*, enquanto propriedade agrícola, pois ela configura uma recorrente delimitação entre os agricultores e os demais. Após, teríamos o *sangue*, a descendência, onde mesmo um agricultor atualmente residente fora dos limites físicos do bairro, por pertencer a uma família historicamente ligada ao local, pode ser enquadrado como pertencente “ao grupo dos produtores da Vila Nova”. Também, a *história*, a tradição, teria uma função demarcadora, pois mesmo um agricultor não descendente de uma das famílias centenárias do local, não produtor de pêssegos e nem morador do bairro, pelo fato de ser um participante da Festa do Pêssego, um evento tradicional, já se torna digno

⁶⁶ Aqui ocorre a mesma confusão mencionada na introdução: conforme a classificação contida no guia telefônico da Listel, esta propriedade estaria localizada no bairro Aberta dos Morros. Já segundo a lista de endereços fornecida pela EMATER, ela estaria situada no bairro Campo Novo. Entretanto, num mapa de 1987, fornecido pela SMOV, este bairro estaria sem nenhuma denominação oficial.

de ser distinguido como um produtor da Vila Nova⁶⁷. E, por fim, ter-se-ia o *lugar*, o território, como um operador simbólico, onde alguns se vêem e são vistos como “nós”, os moradores antigos do local, enquanto os “outros” são os recém-chegados.

Sendo assim, estes marcadores simbólicos, por meio da terra, do sangue, história, do lugar, determinariam o grupo dos produtores da Vila Nova. Grupo este que, como se pode notar, corresponde a agricultores que devido ao fato de residirem na “cidade grande”, consideram-se, em sua maioria, como moradores “urbanos”. A presença onipotente da cidade impõe a estes agentes tal classificação. No entanto, a denominação “urbanos” apresenta-se tão arbitrária e, ao mesmo tempo, tão frágil, quanto qualquer outra classificação que se encontre em um ambiente tão fronteiriço, maleável, movediço.

Esta seção buscou apreender toda a ambigüidade que nomeação rural/urbano possa possuir no local estudado, assim como se empenhou em relacionar os diversos posicionamentos tidos pelos agricultores com a trajetória e a respectiva posse de capitais (econômicos, culturais) pelos mesmos. Já no capítulo seguinte será verificada como se dá a construção social da noção de ruralidade pelos “de fora”, ou seja, pelos mediadores atuantes nas questões pertinentes aos agricultores do bairro Vila Nova e arredores. Nele, será dada ênfase às representações que os mediadores têm sobre a ruralidade, bem como serão destacados os interesses que os mesmos possam ter com tais representações. Também, será sondado se os agricultores estão sendo alvo de um processo de desterritorialização, originado pelas mudanças ocorridas no bairro nas últimas décadas.

⁶⁷ Como o caso da produtora de flores entrevistada, que apesar de não descender de uma das famílias tradicionais do bairro e residir no bairro Campo Novo, foi classificada, pelo técnico da EMATER que forneceu a listagem dos produtores da Vila Nova, como um deles.

4 A RURALIDADE, CONFORME OS AGENTES EXTERNOS

A última seção destinou-se a apresentar como a ruralidade é vista e construída pelos agentes internos à área analisada e a averiguar como os agricultores se posicionam em meio à rede de relações existente num local tido como híbrido, elaborando e reelaborando suas próprias identidades sociais. Já neste capítulo, investigar-se-á tanto as opiniões como as tomadas de posições dos mediadores atuantes em questões pertinentes aos agricultores estudados.

Proceder-se-á à exposição e análise das opiniões e posicionamentos dos mediadores, sobre os temas em questão, e, nos momentos em que parecer necessário, será feita uma contraposição (ou complementação) de suas colocações com a dos agricultores. Desta forma, procurar-se-á compreender como mediadores e agricultores, segundo seus interesses, posições e capitais acumulados, situam-se no contexto social analisado. Isto, com o objetivo de se obter um quadro de análise mais complexo, que possibilite uma melhor compreensão das disputas em jogo em torno tanto da noção da ruralidade, como da conformação identitária dos produtores agrícolas.

4.1 O meio ambiente e suas implicações sobre a ruralidade

A idéia de que a agricultura, devido à sua subordinação aos ciclos da natureza, seria uma atividade diferenciada em relação às demais da esfera econômica, ainda predomina nos dias atuais. Assim, a compreensão de que “as particularidades naturais da agricultura” (Abramovay, 1992, p. 246-247) impedem que este setor siga no mesmo compasso dos demais setores econômicos, como ao da indústria, com sua produção em série, por exemplo, continua presente na consciência tanto dos agricultores como dos mediadores. No depoimento de alguns mediadores, pode-se constatar a percepção de que a atividade agrícola tem um ritmo próprio, onde o momento de se realizar um ou outro procedimento é dependente da “natureza”:

Eu acho que daí essa... várias pessoas se entenderiam, *porque o tempo da agricultura, ele é diferente do tempo do urbano*. Um pomar, por exemplo, que vai ser implantado, ele vai sair do vermelho, porque o agricultor esse ano ele planeja, ele investe, compra as mudas e prepara e tal e tal, e vai sair do... vai começar a dar retorno em 3, 4 anos, ele vai sair do vermelho e começar a entrar no azul, vamos dizer assim. *Então, é um tempo diferente. (---) O ritmo é diferente, a relação com o clima é diferente.* (sociólogo/EMATER, filho de agricultores, 40 anos)

Principalmente, num equipamento que lida com biologia, agronomia, zootecnia, veterinária, *que tem tempo prá tudo, se tu perder o tempo já era*. Se tu não conseguir comprar a semente na época certa, tu não consegues plantar, aí, tu perdeste o ano. (agrônomo/SMIC, ex-agricultor, ± 40 anos)

Neste mesmo sentido, um dos agricultores também ratificou a estreita relação existente entre a agricultura e o clima, o que diferencia esta atividade das demais:

Ao contrário dos outros, que o trabalho deles é diferente. É uma forma mais simples, assim, vamos dizer...eu tenho que... é o clima, eu dependo muito do clima. Se vem alguma chuva de pedra, se vem algum temporal, assim, que me destrói a minha produção, eu estou ralado. Daí eu tenho que começar tudo de novo, do zero, começar a plantar, prá depois, mais dois ou três meses começar a vir o retorno. (agricultor em tempo integral, 21 anos)

Deste modo, parece que a relação de dependência entre agricultura e natureza continua indissociada não somente na prática do dia-a-dia, na realidade objetiva da atividade agrícola, mas também permanece inculcada subjetivamente nestes agentes. Ainda perdura a crença de que o exercício desta atividade diferenciada leva o agricultor a ser, em consequência, um agente social “naturalmente” diferenciado. Neste sentido, não importaria o local onde esta atividade agrícola estaria sendo desenvolvida, se na cidade ou no interior, pois a “natureza” continuaria a impor o seu ritmo, tanto num como noutro ambiente. Por isto, a vinculação da agricultura e do agricultor a um ritmo de vida distinto de outros grupos, mais lento e calmo, ainda é componente da forma como esta categoria social é vista e percebida, pelos demais e por si mesma:

Aqui ainda parece... como... por mais que a gente esteja do lado... aqui, a gente ainda é mais parecido com o interior. *É calmo, o pessoal só trabalha na agricultura, não faz muito agito*. Enquanto que ali, do outro lado da cerca, é aquela assim bagunça. (agricultor e agrônomo, ± 30 anos)

Além desta ênfase no caráter de subordinação da agricultura à natureza e as implicações disto na construção da figura do agricultor, como a posse de um ritmo de trabalho e de vida mais lento em relação aos dos demais agentes, o reverso também é destacado. Para a maioria dos mediadores inqueridos, a preservação da natureza, na área

estudada, seria em muito dependente da existência dos agricultores e de suas propriedades na Vila Nova e arredores. Ao que tudo indica, existe a tentativa de se construir um discurso onde ocorreria o reverso da situação citada acima. Nesta nova situação, a natureza seria a parte dependente, pois haveria uma estreita relação entre a sua preservação e a conservação e manutenção da atividade agrícola no local:

Então, veja bem, além disso aí, tá conservando aquilo que a natureza colocou nas nossas mãos e ele não vai colocar a segunda vez, hein, então isto tem que preservar. E o produtor preserva. (...) *E pode ver, vai nos produtor ver como eles preservam as vertentes*. Eles não poluem, eles cuidam das coisas. Então, o governo só ganha, além deles produzir, o governo ganha, a cidade, a qualidade de vida que essa gente coloca no mundo das pessoas. (vereador/POA, filho de agricultores, ± 40 anos).

Compreender essas atividades rurais como também de preservação ambiental é extremamente importante. À medida que um agricultor, por exemplo, desiste da produção, aquela área ali ela passa... é um passo pro loteamento ou prá especulação imobiliária, que é o que não se quer também ou pro loteamento. (sociólogo/EMATER, filho de agricultores, 40 anos).

Da mesma forma, há o uso do termo “guardiões da natureza”, por parte de outro mediador da EMATER, o qual tem sido apontado por alguns estudiosos (Camargos & Moreira, 2003; Wanderley, 2000) como uma das novas imagens construídas acerca do rural⁶⁸:

Então, ações principalmente que visem fazer com que o produtor permaneça têm atingido não só o produtor, mas também a produtora, né. E a gente tá dentro deste contexto, principalmente, *no intuito de conservar o cinturão verde da cidade*, que muitas vezes o Plano Diretor, ele contempla isso, mas se não houver mobilização da comunidade... (...) Então, a gente tenta fazer com que eles também percebam a importância de permanecer, já que de certa forma ou são os jovens que resolveram comprar briga *ou são pessoas de idade que tão ali e querem preservar, buscando que eles sejam assim, como é que se diz...* “guardiões da natureza”. (agrônoma/EMATER, ± 40 anos)

Pode ser percebida, nos depoimentos destes mediadores, uma tentativa de inserir, no *senso comum*, a percepção dos agricultores como potenciais “guardiões da natureza”, ao passo que suas propriedades conteriam, além das áreas cultivadas, matas remanescentes e vertentes de água. Assim, a saída destes agricultores, por meio da venda de suas propriedades para outros agentes sociais, seria entendida como o provável

⁶⁸ Em Camargos & Moreira (2003, p. 07), há a proposição de que a construção de novas imagens do rural, como a de agricultores correspondendo a jardineiros da natureza, é resultado de uma forma de resistência à globalização hegemônica, resistência esta embasada na questão do patrimônio comum da humanidade e que se dá, por exemplo, por meio das lutas ambientais e pela preservação da biodiversidade.

extermínio da “natureza” ainda ali existente. É através da emergência da visão dos agricultores como legítimos defensores da natureza, que alguns dos mediadores, relacionados com a questão agrícola, vêm a conformar uma das justificativas da manutenção dos agricultores e de suas propriedades no local.

Neste momento, poder-se-ia presenciar o recebimento, pelos agricultores, de uma parte dos dividendos oriundos da “invenção do meio ambiente como problemática ambiental relevante” (Gerhardt & Almeida, 2002, p. 03). Esta invenção, visando alterar “a forma como a sociedade se organiza, pensa e elabora seus valores, suas prioridades e seus desejos” (ibidem, 2002, p. 03), ao delegar ao grupo dos agricultores da Vila Nova e arredores a conotação de “guardiões da natureza”, teria a capacidade de tornar a necessidade de sua permanência no local um dos desejos e prioridades da opinião pública municipal. Por sua vez, o fato de se tornar uma prioridade política e social, por meio da questão ambiental, poderia até mesmo delegar recursos econômicos aos agricultores, segundo um dos entrevistados:

Tem que mexer nos valores subjetivo da população, prá população querer isso, querer manter essa área lá. Os custos do produtor, se tivesse que pagar prá manter o cara lá, seria interessante. (...) Se o Município, se a população tiver convencida de que aquela área é importante, ela pode chegar ao ponto de pagar prá pro cara, pro cara ficar ali produzindo. A gente paga, a população paga prá manter essa área de reserva ecológica, de reserva de recursos de flora e fauna. (agrônomo/SMIC, ex-agricultor, ± 40 anos)

Contudo, é interessante observar como a questão ambiental incide de diversas formas sobre o grupo de agricultores da Vila Nova e arredores. Ela se apresenta como “uma faca de dois gumes”: se de um lado vem a possibilitar uma maior valorização e estima, da população em geral, pelos agricultores, de outro, ela acaba por subsidiar a exclusão deste mesmo grupo, por parte dos mediadores atuantes no local. Isto, em razão da pouca adesão, por parte destes agricultores, aos princípios agroecológicos difundidos (e defendidos) pela maioria dos mediadores entrevistados. O fomento à chamada “produção agroecológica” (e à necessária “conversão” a ela) surge, no momento atual, como um das principais prioridades em instituições vitais para o setor agrícola da capital, como a EMATER e a SMIC:

E outra proposta que nós temos é a reconversão ecológica. Então, trabalhar mais com insumos orgânicos... (• A EMATER continua com esta proposta?) A EMATER, no governo passado, foi uma determinação, né. Neste, agora, foi uma opção. Então, nós, em POA, em função do convênio com a

Prefeitura, do debate que existe, nós estamos buscando esse extra. (sociólogo/EMATER, filho de agricultores, 40 anos).

Quais são as nossas prioridades? *As prioridades são: as plantas medicinais, os agricultores ecologistas, que nós temos uma política forte de conversão para a agroecologia, a fruticultura ocupa um pouco do tempo de pessoal, mesmo porque eles também não fazem muita questão da assistência técnica.* (agrônomo/SMIC, ex-agricultor, ± 40 anos).

No depoimento acima, é facilmente constatável o quanto a pouca adesão dos agricultores da Vila Nova e arredores à proposta de “conversão agroecológica”, feita pela SMIC, tem como consequência um certo abandono, por parte dela, a estes agricultores: “eles não fazem muita questão da assistência técnica”. Entretanto, a maior parte dos produtores agrícolas entrevistados revelou estar sentindo, atualmente, a falta da assessoria técnica de alguns órgãos governamentais:

A gente precisa de agrônomo prá vir visitar. A EMATER mandava, agora não manda mais. Não tem mais nada, nada, nada. (agricultora e dona de casa, 60 anos)

Aqui, antigamente, já vou dizer pra vocês: aqui a EMATER, antigamente, quando tinha 2 ou 3 agrônomos, nem vou citar o nome deles, davam assistência pra nós aqui. Hoje, a EMATER, zero. Pra nós aqui é zero. Pra mim, aqui praticamente é zero a EMATER, é uma vergonha. É uma vergonha, a EMATER hoje. *Agora, EMATER, é isso aí, nós aqui estamos assim ó: atirado às traças com a EMATER. Não aparece um.* (agricultor em tempo integral, 55 anos)

Assim, enquanto uns vinculam a responsabilidade de prestação de assistência técnica à EMATER, outros atribuem esta responsabilidade à Prefeitura Municipal:

Antigamente, até a gente tinha, até a gente tinha mais agrônomos que vinham freqüentemente à nossa casa, fazer visitas, mas hoje, hoje não tá tendo muito. (...) Na década de 90, década de 80 até 90, assim, *a gente tinha agrônomo vindo aqui freqüentemente nas nossas casas.* Hoje, a gente tem, por exemplo, uma doença que não tem muito conhecimento, né, e aí, como é que nós vamos fazer? Vamos adivinhar o que é aquilo lá? Isso daí que um pouco a Prefeitura tá... (• Meio que abandonou vocês?) Meio que abandonou, exatamente, meio que abandonou. (agricultor em tempo integral, 21 anos)

Já no que se refere a esta menor assessoria técnica por parte da EMATER, pode-se dizer que ela é admitida e justificada pelo técnico entrevistado. Segundo o mesmo, nos últimos anos esta instituição tem alterado sua forma de atuar juntos às comunidades agrícolas, diminuindo a ênfase dada à assistência técnica direta ao agricultor (por meio de visitas periódicas às propriedades) e investindo mais na promoção de debates e discussões, acerca dos problemas e soluções do setor, para a melhor elaboração de

políticas públicas. Também, conforme este técnico, a EMATER tem diversificado o seu público alvo, que antes priorizava os produtores de frutas e verduras de Porto Alegre:

A EMATER, ela tem mudado o seu jeito de trabalhar. Por um lado, procurando se envolver mais no social, nas políticas públicas, na construção das políticas públicas, que é esse debate todo da agricultura de POA. Ajudando a construir esse debate, convocando reuniões, debates, fazendo a aproximação com os órgãos competentes. E no passado, ela era muito assistência técnica. Tinha um extensionista com um carro que ia de propriedade em propriedade e tinha uma visão muito tecnicista, a gente chamou então dentro da nossa própria avaliação, a gente foi mudando o jeito de trabalhar. (...) E aí, o caso, então, da VN, havia, por parte da EMATER, uma atenção... era quase que intensa ali, era uma atuação muito intensa. Então, à medida que, lógico, mesmo que ampliando a força de trabalho, nós nos envolvemos mais com políticas públicas e com outros grupos, que eram desassistido total. Nós nem sabia que tinha índio em POA, mas à medida que veio a determinação pra nós trabalhar, hoje nós estamos também fazendo... (sociólogo/EMATER, 40 anos)

É possível se observar que tanto uma ou outra instituição acabam por reconhecer que a “atenção” dada aos produtores agrícolas da Vila Nova e arredores tem realmente diminuído nos últimos anos: nos dias de hoje, estes agricultores não estão entre as “prioridades” das ações e políticas da SMIC, nem mais da EMATER. Diante dos depoimentos citados, parece não haver dúvidas que boa parte desta “maior desatenção” tem relação direta com a resistência dos produtores do local em adotar práticas agrícolas “mais ecológicas”, dentro de suas propriedades.

Neste momento, pode-se perceber a maneira ambígua com que a questão ambiental se insurge na área estudada. Ao mesmo tempo que a “bandeira” do meio ambiente é utilizada, pelos mediadores, em prol da permanência dos agricultores da Vila Nova e arredores, ela também serve como justificativa de uma atual falta de investimentos na prestação de assessoria técnica, pela SMIC (mais declaradamente) e pela EMATER, a estes mesmos agricultores. Segundo diferentes perspectivas, conforme os interesses em jogo, os agricultores são vistos e percebidos, no que tange à problemática ambiental, de duas formas ambivalentes e até mesmo contraditórias: de um momento a outro, passam de verdadeiros “guardiões da natureza” a detentores de práticas agrícolas não toleráveis.

4.2 A resistência à mudança: mera defasagem do *habitus* ou reflexo de uma violência simbólica?

Ao se investigar as percepções tidas pelos mediadores entrevistados sobre os agricultores da área estudada, pode-se dizer que uma se realçou ante as demais: a de que estes produtores seriam resistentes a mudanças. A construção da imagem do agricultor da Vila Nova como um autêntico “cabeça-dura”, de um ser “naturalmente” avesso a “propostas novas”, esteve presente em alguns dos depoimentos:

A gente tentou também introduzir aquela vespinha que é a predadora da mosca-das-frutas com eles, mas eles não querem. Preferem usar o “Dicrex”. (• E por que tu achas que eles têm essa reação?) *Todo o ser humano é resistente à mudança, todo, todo, principalmente o agricultor e principalmente o agricultor italiano e principalmente o agricultor italiano da Vila Nova, entendeu. É extremamente... eles sempre fizeram assim. A vida inteira eles fizeram assim.* (agrônomo SMIC, ex-agricultor, ± 40 anos).

E, ali na VN, eles têm mais resistência pra receber do que no Lami, por exemplo. O pessoal do Lami se entrega. Chega gente, eles interagem mais e tal. (...) É... eu não sei se é preconceito, mas eu posso falar, porque eu também sou de origem italiana... eu acho que é esse, esse ranço, mais de desconfiança: “Opa, o quê que esse pessoal tá nos propondo aqui, que é uma coisa diferente do que eu tô acostumado”. Então, é um estranhamento a uma proposta nova, de que eles estranharam mais, ficaram mais receosos em, de repente, a alguma alteração. (turismóloga/Escritório Municipal de Turismo, ± 25 anos)

Estes depoimentos acabam por propor que houve um comportamento de relutância, por parte dos agricultores da Vila Nova e arredores, tanto em relação às propostas da SMIC (como a de conversão à agroecologia, por exemplo) como em relação aos planos, do setor turístico da Prefeitura Municipal, de implantar um projeto de Turismo Rural nas propriedades agrícolas da Vila Nova. Por sua vez, este comportamento resistente parece ter desestimulado maiores investimentos em extensão rural a estes agricultores, por parte da SMIC:

Isso é... os cara não tão... *não adianta fazer extensão rural com alguém que não quer, que não quer mudar. Eu parto do princípio de que se tu não quer ajudar a mudar, eu não vou tentar, se tu não quer, não tem o que fazer. A pessoa tem que se convencer de que precisa mudar. E aí é que eu te digo que a extensão rural de mudar é diferente da outra: de convencer que tu queres mudar. E aí é um trabalho muito mais demorado, muito mais visitas. É muito mais complicado, com certeza.* (agrônomo SMIC, ex-agricultor, ± 40 anos).

No discurso acima, pode-se observar que a oferta de novas propostas, por parte desta instituição, equivale praticamente a uma imposição da adoção de novas técnicas. Neste discurso, fica clara a postura radical do mediador segundo a qual “a pessoa tem que se convencer de que precisa mudar”. Nada melhor para justificar sua própria perspectiva do que tentando referenciar o comportamento resistente destes agricultores a

uma condição inerente à maior parte deles: a de ser um “agricultor italiano da Vila Nova”. É assim que estes agentes, passando a ser rotulados com o estigma de “teimosos”, são desqualificados e vistos como naturalmente “limitados”:

Todos os destinos sociais, positivos ou negativos, consagração ou estigma, são igualmente fatais (...) porque encerram aqueles assim distinguidos nos limites que lhe são atribuídos, impondo-lhes o reconhecimento de tais limites. (Bourdieu, 1996, p. 102)

É por meio de expressões que visam ressaltar como “natural” a referida postura de teimosia, que o mediador da SMIC busca legitimar seu próprio discurso, tentando impor a sua representação como a verdadeira e, ao mesmo tempo, limitando, objetivamente, o acesso destes agricultores à assessoria técnica. Entretanto, é justamente esquivando-se da tentação de aceitar o comportamento de aversão à mudança, que os agricultores apresentariam, como “natural”, como algo “inerente” a eles, que se pode perceber toda a carga de violência simbólica a que os mesmos estão expostos.

Numa primeira situação, pode-se observar os produtores agrícolas da Vila Nova e arredores rejeitando a proposta de conversão à agroecologia feita pela SMIC, principal instituição municipal em assuntos que dizem respeito à agricultura⁶⁹. Uma interpretação inicial deste fato poderia sugerir que tal comportamento estivesse relacionado a uma postura política de oposição⁷⁰ ao atual governo municipal. Esta interpretação poderia ser fundamentada pelo fato de que o único dos agricultores entrevistados a se dizer praticante da agroecologia corresponder exatamente ao único que disse ser simpatizante do partido que detém o Poder Executivo do Município. Portanto, esta possibilidade não poderia ser descartada.

De outro lado, um enfoque mais microeconômico poderia justificar a citada atitude de relutância, dos agricultores, como produto de um típico comportamento de aversão ao risco, inerente a esta categoria social: “o traço decisivo do campesinato é justamente o constrangimento a uma permanente subutilização de sua potencialidade produtiva com o objetivo de evitar o risco” (Lipton *apud* Abramovay, 1992, p. 89). Assim sendo, a não adesão dos agricultores às novas práticas propostas pelos

⁶⁹ O setor responsável pelas questões dos agricultores do município, pertencente à SMIC, é denominado Supervisão de Abastecimento.

⁷⁰ Dos sete agricultores entrevistados, somente um revelou-se ser simpatizante do PT, partido há quatro mandatos consecutivos gestor do Poder Executivo Municipal e, conseqüentemente, também da SMIC.

mediadores seria mais devida ao temor de arriscar, ao medo de que a inovação venha a converter-se em prejuízos na produção. Esta interpretação parece integrar o discurso da mediadora envolvida com o Turismo Rural:

E parece que eles não acreditam muito nisso, *porque eles têm um certo receio em investir, porque eles vão ter que investir alguma... em alguma infraestrutura ou em promoção.* (turismóloga/Escritório Municipal de Turismo, ± 25 anos)

Contudo, esta não parece ser a melhor resposta a esta questão, pois se os agricultores da Vila Nova são agricultores como os do Lami⁷¹, tanto estes como aqueles deveriam ter a mesma reação, segundo a perspectiva mais economicista: ambos teriam que apresentar um semelhante comportamento de aversão ao risco. Então, de que maneira pode-se entender a reação dos agricultores, da Vila Nova e arredores, ante às duas propostas mencionadas?

Mesmo não se descartando o peso que a opção político-partidária pode ter na questão, pode-se dizer que esta justificativa explicaria apenas em parte a lógica da prática de resistência a mudanças, adotada pelos agricultores. Isto, porque uma adequada explicação da lógica desta prática não poderia abrir mão do uso da noção de *habitus*:

O *habitus* é a mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. (...) Os agentes de algum modo *caem* na sua própria prática, mais do que escolhem de acordo com um livre projeto, ou do que são empurrados para ela por uma coação mecânica. Se isso acontece dessa maneira, é porque o *habitus*, sistema de disposições adquiridas na relação com um determinado campo, torna-se eficiente, operante, quando encontra as condições de sua eficácia, isto é, condições idênticas ou análogas à aquelas de que ele é produto. (Bourdieu, 1990, p. 158-130).

Quando as condições adequadas ao funcionamento de um certo *habitus* são alteradas, seja por mudanças político, econômica e/ou sociais, num dado campo social, o que acontece é que começa a haver uma defasagem entre as novas condições do campo e *habitus* que os agentes possuem. Desta forma, o que sucede é que as práticas demandadas pelo campo (renovado) e as práticas resultantes do *habitus* (ainda antigo)

⁷¹ Visto que os agricultores do Lami, assim como os da Vila Nova, possuem pequenas propriedades. Segundo a mediadora inquerida, os do Lami seriam “pequenos produtores, algumas propriedades com 2,3 hectares”, os quais trabalhariam com hortícolas, não com frutíferas.

ficam como que desencontradas, “desafinadas”. Parece ser exatamente a existência de uma defasagem entre *habitus* e campo, a melhor explicação para a recorrente atitude de resistência a mudanças, apresentada pelos agricultores do local estudado.

Segundo esta perspectiva, o que se teria é que tanto a EMATER como a SMIC, ao definirem e redefinirem suas novas prioridades, não levaram em conta que os agricultores da Vila Nova, antes tidos como uma “prioridade”, continuaram ainda a agir e reagir conforme a condição anterior. Por estarem acostumados a uma extensão rural do tipo “paternalista” por parte da EMATER, onde os técnicos os visitavam periodicamente, acompanhavam de perto o manejo e o estado dos seus pomares, indicavam os insumos e produtos químicos mais adequados, é de certa forma compreensível que estes produtores continuassem a agir como agiam: à espera dos técnicos, dos mediadores, das instituições.

Desta maneira, poder-se-ia dizer, pelo menos ao que concerne à EMATER, que na elaboração e implantação de uma nova forma de extensão, através da qual esta instituição mudou “o seu jeito de trabalhar”, não foi considerada a possível ocorrência de um descompasso entre o ritmo da mudança da atuação e a mudança no *habitus*, incorporado pelos agricultores, na situação anterior. Portanto, ao não levar isto em conta, ela também não tomou as medidas cabíveis para minimizar os impactos de sua nova prática extensionista sobre os agricultores⁷².

Entretanto, no caso da proposta de conversão agroecológica feita pela EMATER, a compreensão de que todo o processo de mudança precisaria ser conduzido lentamente e de que haveria necessidade de se dar um tempo de absorção da alteração por parte dos produtores, foi admitida pelo próprio técnico da EMATER⁷³:

E os agricultores também, eles também... eles entendem e aceitam, só que... que, às vezes, o problema é... atropela, a necessidade... a urgência do problema acaba atropelando o manejo. *É toda uma cultura*. Essa educação foi durante muitos anos pra tecnologia conseguir usar veneno mais moderno, mais isso e mais aquilo. Então, e a ... repensar isso com o manejo, *com a produção ecológica requer um tempo de adaptação, de modificar o manejo e tal. Amadurecer*. (sociólogo/EMATER, 40 anos)

⁷² Tal como, por exemplo, diminuir o ritmo desta mudança, introduzindo esta nova prática gradualmente, de modo que os produtores agrícolas pudessem ir readequando o seu *habitus* a essa nova condição.

⁷³ O qual se demonstrou mais compreensivo diante da relutância dos produtores que o técnico da SMIC. Visto que possui um bom suporte da capital cultural, que é sociólogo e seu cargo não exige uma postura ideológico-partidária tanto como o do outro, esta postura menos radical é bem justificável.

Contudo, no que diz respeito ao projeto de Turismo Rural, a questão da inadequação do *habitus* parece ter menos influência na resistência apresentada pelos agricultores da Vila Nova à idéia, do que a dos efeitos da violência simbólica que o meio dito “urbano” exerce sobre o meio dito “rural”, mencionada no último capítulo. Isto em razão de que a estratégia de implantação deste projeto, conforme o depoimento da turismóloga entrevistada, seguiu moldes de ação até certo ponto paternalistas:

O que... claro que dentro do objeto do turismo, o que a gente quer tentar fazer é construir um negócio, que eles vejam com isso a possibilidade de gerar renda também. (...) Porque, como eu comecei falando, desde o início do projeto, nós, do Programa Turista Cidadão, nós levávamos, nós pagávamos ônibus e guias e levávamos as pessoas do centro até lá, dentro da propriedade deles pra conhecer. *Então, foi bem paternalista, como negócio, para eles.* (turismóloga/Escritório Municipal de Turismo, ± 25 anos)

Se a ação dos mediadores envolvidos com o Turismo Rural foi, de certo modo, paternalista, tal como os agricultores estavam “acostumados”, então, o que poderia justificar a resistência a esta nova proposta, tida por parte dos mesmos? Uma resposta a esta questão pode ser encontrada retomando-se um pouco da explanação sobre a noção de violência simbólica e os efeitos que a dominação simbólica do mundo dito “urbano” poderia ter sobre o mundo dito “rural”, feita no capítulo anterior.

No referido capítulo, houve a menção de que a existência “urbana”, mais poderosa, econômica, social e simbolicamente que a existência “rural”, tenderia a impor, aos agricultores, uma visão de mundo que repudiaria e inferiorizaria algumas das características comumente associadas ao rural. Entretanto, esta imposição seria feita de um modo muito tênue, quase imperceptível, de maneira que os produtores agrícolas da área estudada tenderiam a suprimir, de seu ser e do seu agir, certas características tidas como inferiores. Esta perspectiva é partilhada por um dos mediadores entrevistados, onde é citada esta tendência a fugir dos estigmas que a conotação de “rural” comumente carrega, no centro urbano:

É que existem questões macro também, estaduais e nacionais, *como, por exemplo, a própria visão, a própria identidade do agricultor.* Durante muitos anos, *o agricultor foi tratado com uma visão do Jeca, do sem estudo e tal. Então, isso aí ainda permanece muito.* Então, por exemplo, um filho de um agricultor, *o sonho do pai dele é que o filho seja médico, advogado. Então, dificilmente ele prepara aquele filho pra ser um agricultor, não tem essa... Ou por exemplo se ele vai estudar... como no meu caso mesmo, eu sou filho de agricultor... Mas o sonho deles não é que vá ficar na atividade.* (sociólogo/EMATER, 40 anos)

Assim sendo, não seria possível entender a maior relutância, tida pelos agricultores da Vila Nova e arredores, em aderir às propostas do projeto de Turismo Rural, como também uma consequência da violência simbólica que recai sobre os mesmos? Ou melhor, este projeto ao sugerir que o agricultor permita que visitante conheça sua rotina, seu dia-a-dia, não estaria a sugerir algo que o produtor tenderia a evitar: a visão de sua própria figura segundo a ótica “urbana” da ruralidade? Este vislumbramento da figura do agricultor, conforme uma concepção “urbana”, é justamente uma das propostas do projeto acima citado, como pode ser observado no depoimento abaixo:

A exploração que nós vislumbramos e que a gente gostaria que tivesse nesses lugares é a vivência da... no cotidiano do agricultor. É que o produtor abra a sua propriedade pra receber visitantes, mas que ele não descaracterize o seu trabalho por isso e que ele não vá maquiar nada também pra receber as pessoas. Que ele vai estar lá trabalhando, capinando, daí, claro, pára um pouquinho pra conversar com quem chega e isso realmente encanta as pessoas... aqui do centro de POA. (turismóloga/Escritório Municipal de Turismo, ± 25 anos)

Visto que o agricultor residente da Vila Nova, estando num local muito mais próximo do centro da cidade que o Lami, situado mais ao sul do Município, apresentar-se-ia bem mais exposto à incidência dos valores, normas e padrões oriundos da “cultura urbana”, parece ser devido a isto que o agricultor da Vila Nova se comporta de uma maneira mais esquiva e reticente em relação ao projeto turístico rural, do que o do Lami. Desta forma, seria por considerar que na exposição de sua figura, no trabalho da lavoura, seria colocado também, à vista de todos, a representação de si como um ser mais rude e simples, menos educado e letrado, o motivo pelo qual este agricultor apresentaria tal resistência.

Assim, o que o projeto de Turismo Rural propõe corresponderia justamente àquilo que o produtor da Vila Nova não deseja: que o cidadão urbano, que vem do centro da capital, reconheça e contemple nele tudo aquilo que a sociedade “urbana”, a qual pertence, por vezes, inferioriza, denigre, ridiculariza: o caráter arcaico, inculto, retrógrado que o mundo dito “rural” seria possuidor.

4.3 A mediação, suas representações e o processo de desterritorialização

O exercício da mediação, como elo que liga dois pólos diferentes, é uma prática que requer um duplo olhar: os mediadores por vezes necessitam olhar “em duas direções ao mesmo tempo” (Wolf, 1971). Contudo, este olhar, na maior parte das vezes, resulta em uma mistura desigual das percepções tidas, onde a composição final da mesma será definida pelos interesses em jogo, pelas estratégias usadas por cada um dos lados de uma questão, pelo peso dos capitais disponíveis por cada grupo e, principalmente, pelas intenções e “obrigações” do mediador inserido na disputa.

Neste estudo, pode-se averiguar os mais diferentes posicionamentos dos mediadores em relação ao grupo dos agricultores, assim como no que diz respeito à noção da ruralidade, motivados pelos mais variados e diferentes interesses. Então, faz-se importante levar em conta que a posição tida por um agente interventor, além de conter as representações de seu grupo de origem ou instituição, as quais virão (ou não) a se impor sobre os agricultores, também acaba por absorver, de um modo ou de outro, parte das percepções tidas pelo grupo ao qual incide:

Os mediadores não atuam como elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabilizar este modo específico de interligação. Múltiplos significados vão se ordenando para viabilizar a mediação. (Neves, 1998, p. 155).

Entretanto, não se pode compreender os efeitos das representações, que cada agente mediador elabora, e das quais acaba portador, sobre a realidade social na qual este agente atua, sem se considerar que o que está em jogo, na verdade, é a imposição da visão de mundo de um ou de outro grupo:

A ação propriamente política é possível porque os agentes, por fazerem parte do mundo social, têm um conhecimento (mais ou menos adequado desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele. Esta ação tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito. Ou melhor, tal ação visa fazer ou desfazer os grupos – ao mesmo tempo, as ações coletivas que esses grupos podem encetar para transformar o mundo social conforme seus interesses – produzindo, reproduzindo ou destruindo as representações que tornam esses grupos visíveis perante eles mesmos e perante os demais. (Bourdieu, 1996, p. 117).

A ação mediadora, para garantir a existência e a unicidade do grupo, por vezes, influencia diretamente na produção das representações tidas pelo grupo sobre o qual ela

incide. Quando se toma as colocações feitas pela representante da Associação dos Moradores da Vila Nova, acerca de suas relações com os agricultores do bairro, enfatizando que eles são iguais aos demais, poder-se-ia muito bem entender esta postura como uma opção pela imparcialidade:

(• E nas relações entre as pessoas, tem diferença?) Nenhuma, nenhuma, é tudo igual. As pessoas são tudo amigas, são parceiras. O pessoal na VN é muito unido. Vejo, noto, pelas regiões, que também sou Conselheira do OP, noto que tem regiões que tem muitas brigas, muitas rixas, enfim... *mas aqui na VN não. O povo é unido, é amigo, todos são parceiros.* (• *Inclusive os agricultores?*) *Inclusive os agricultores. São maravilhosos e eu gosto muito de todos eles, não tenho queixa de nenhum.* E sempre trabalhamos juntos, é o segundo ano. Agora, vou pro terceiro ano, trabalhando junto com eles e *são muito legais, todos eles, sem diferença de nenhum.* (presidente da AMVN, 49 anos, empregada doméstica aposentada).

Entretanto, esta postura aparentemente neutra e conciliatória carrega, na afirmação de que o “povo é unido, todos são parceiros”, uma estratégia de subtrair, da representação construída, todos os conflitos oriundos, por exemplo, da implantação de vilas populares no local. Deste modo, esta mediadora estaria a construir a visão dos moradores da Vila Nova como um único grupo, sem distinções e até mesmo internamente pacífico, demonstrando ter um discurso integrador. Contudo, em um outro momento, é nítida a sua postura de defesa dos moradores das vilas:

Olha, quanto a assalto, a Associação vê assim: não vamos dizer que são pessoal de vila que são assaltantes, não. Várias vezes aqui, nós temos a Brigada Militar, aqui no pátio do CONCEPRO, várias ocorrências são atendidas aqui no nosso bairro, muitas vezes não são moradores aqui das vilas que tão assaltando. *São moradores do outro lado da cidade, enfim, de outras vilas que não estão aqui dentro da Vila Nova. Acho que se eu te disser que os assaltos são de moradores daqui, acho que eu estaria cometendo uma injustiça. Isso jamais eu iria fazer, porque acho que os moradores são pobres, mas não são assaltantes. São pessoas que lutam pra sobreviver.* (presidente da Associação de Moradores da Vila Nova, 49 anos, empregada doméstica aposentada).

Apresentando os agricultores como “iguais” aos demais moradores, inclusive aos das vilas, esta mediadora, na verdade, procura deslocar a ênfase nas diferenças e atritos existentes entre eles, para realçar a unicidade do grupo de moradores do bairro. Isto porque é de seu interesse, como representante de um bairro que disputa com outros, verbas, projetos e orçamentos, que a Vila Nova seja vista e percebida como formada por um povo unido e amigo, onde “todos são parceiros”.

Diferente, no entanto, é a postura de alguns dos mediadores entrevistados que afirmam perceber uma situação de “*stress*” na Vila Nova e arredores, originada pela instalação de vilas populares nas proximidades das propriedades agrícolas. Além desta percepção, no depoimento abaixo, há uso da diferenciação urbanos/rurais, bem como a menção de que os urbanos veriam os rurais, enquanto possuidores de terras, como latifundiários:

Então, tem dado um stress bastante grande. Por exemplo, a fruta, a fruticultura, que naquela região é bem... uma atividade mais forte, vamos dizer, aí com a *vizinhança urbana* e tal fica prejudicada, em função do roubo, da depredação, o pessoal, o agricultor não bota tela em tudo, cerca elétrica e tal. As cercas são bem simples. Aí, o pessoal bota um loteamento do lado ali, o pessoal vai lá comer as frutinhas deles. *E aí começa o stress, porque os urbanos vêem os rurais como latifundiários, como isso, como aquilo e os rurais vêem as vilas, os loteamentos e tal como depredadores.* (• Um stress social?) É, um conflito. (sociólogo/EMATER, filho de agricultores, 40 anos).

É em discursos como este que se pode notar como os conflitos entre os agricultores e os novos moradores servem para a demarcação de uma fronteira entre eles, onde a classificação de urbano *versus* a de rural emerge espontaneamente.

Nos discursos dos mediadores, também é possível observar como a noção da ruralidade pode ser percebida de diferentes maneiras. Assim, em certos momentos, tem-se a ruralidade relacionada a um grupo, o dos agricultores, através do uso da expressão produtor “rural”:

Nunca tinha espaço para os produtores. Tem espaço pro camelô, tem espaço pro ambulante, tem espaço prá tudo, mas para os produtores de POA, *pros produtores rurais* não tinha espaço. (presidente STR/POA, agricultor da Vila Nova).

Claro que isso ainda tem alguns probleminhas quanto à questão da aposentadoria, do INSS, né. Isso o Município tem condições de emitir certidões e dizer que o cara tá cadastrado como *produtor rural*. (agente fiscal da SMF, agrônomo e descendente de agricultores).

Já em outros momentos, a ruralidade surge associada a espaços físicos:

É a vontade do povo é continuar invadindo *a área rural*. A gente vê a todo momento. A preocupação, inclusive no OP, a prioridade número um é habitação, eu já te falei isso. (agrônomo/SMIC, ex-agricultor em POA)

Também, há a utilização do termo “rural”, onde este termo acaba especificando um todo, o qual pode abranger tanto uma atividade, como um espaço ou como a agentes

(os agricultores), que se contrapõe a outro todo, o “urbano”. Nestes casos, a ruralidade é representada através de um jogo de oposições e de contrastes entre o “rural” e o “urbano”:

A questão não é apenas o *urbano*. Talvez o *urbano* não seja exatamente o problema. *É como o urbano chega avançando sobre o rural, né*. Na verdade, acabando um pouco com a tradição na VN, da agricultura familiar, que é histórica, é mais que centenária na cidade. (chefe da SMIC, ex-vereador, descendente de agricultores).

Então, o nosso papel é um pouco tentar ajudar a compor uma cidade assim com o *rural*, com o *urbano* tendo relações melhores, de convívio. (sociólogo/EMATER, descendente de agricultores).

Além desta contraposição, pode haver a união destes dois termos num só, o “rurbano”, designando assim os casos onde o rural é absorvido pelo urbano:

Hoje, a gente tem em POA o *rurbano* bem caracterizado, o rural dentro do urbano. E a EMATER, evoluindo nesse sentido também, tem propostas que têm abrangido não só o *rural* de POA, mas também o *urbano*. (agrônoma/EMATER, antes extensionista na Vila Nova).

Desta forma, mesmo que estes mediadores estejam informados e conscientes de que, no último PPDUA, foi extinto o uso da classificação “rural” a qualquer área de Porto Alegre, a utilização deste termo permanece presente em seus discursos, para diferenciar o grupo dos agricultores, e o local onde se situam suas propriedades, dos demais grupos e lugares. É interessante notar como a existência de agricultores e da propriedade agrícola, no bairro Vila Nova e arredores, ainda está vinculada à noção da ruralidade, sendo que esta norteia as construções elaboradas por estes mediadores, segundo os interesses e as estratégias de cada um deles.

No entanto, é importante se observar como o universo de significações, do qual cada mediador é oriundo, contribui para a inserção da ligação entre agricultura e ruralidade em seus discursos. De todos os depoimentos recolhidos junto aos mediadores, somente em um deles não foi usado o termo “rural” para referenciar nem os agricultores nem suas propriedades. Não deve ser visto como puro acaso que esta entrevista corresponda à da representante dos moradores do bairro (AMVN), justamente a única entre todos os mediadores que em sua trajetória não possui nenhum vínculo direto com a agricultura. De origem humilde, órfão desde os doze anos, a citada mediadora trabalhou desde esta idade na casa de uma família da alta classe de Pelotas.

Chegou à Porto Alegre quando esta família se transferiu para a Capital, passando a residir na Vila Nova há 22 anos, após ter casado.

Esta mediadora, por não citar o termo “rural” em sua entrevista, parece ter presente a visão de que os agricultores são moradores como todos os outros, não distinguindo a ruralidade em meio à urbanidade. Entretanto, uma interessante correlação entre agricultores e Festa do Pêssego foi feita por ela. Em uma das reuniões preparatórias deste evento, num momento onde alguns agricultores e mediadores (da AMVN, da SMIC, dos sindicatos) discutiam a realização ou não do tradicional baile de abertura da Festa, a presidente da AMVN intervém dizendo aos agricultores⁷⁴: “a Festa é de vocês!”. Esta colocação foi seguida pela do representante da SMIC, que conduzia a reunião (“a Festa é de todos!”), para, após, um agricultor concordar: “agora, é de todos!”.

Ou seja, a presença do termo “agora”, na frase de tal produtor, diferencia dois tempos: um, no qual, eram agricultores os principais organizadores da Festa do Pêssego, quando esta era realizada no pátio da igreja do bairro. Outro, o dos dias atuais, em que a SMIC organiza, coordena e patrocina o evento⁷⁵, realizado em toldos alugados e instalados em um terreno adquirido pela Prefeitura.

Deste modo, apesar da representante da AMVN ter assimilado a percepção de que a Festa do Pêssego da Vila Nova está relacionada diretamente com os agricultores, a progressiva intervenção da Prefeitura Municipal, através da SMIC, na preparação e realização do evento, acabou por impor a representação de que ele é “de todos”, não mais dos agricultores, em especial. Parece ser interessante, para tal instituição, a “democratização” da Festa, ou melhor, que a mesma seja cada vez menos percebida e associada aos produtores. Isto, porque com a menor presença dos agricultores no local, pela venda de suas propriedades, é bem estratégico, para se evitar um fim “simbólico” deste evento, que ele não seja mais visto como “a festa dos agricultores”, mas, sim, como a de todos os moradores da Vila Nova.

⁷⁴ Como que remetendo a eles o poder de decisão, na questão.

⁷⁵ Destinando, de acordo com o representante da SMIC, presente na reunião etnografada, um total de quarenta e um mil e cem reais, no ano de 2003, ao evento.

Em razão disto, pode-se dizer que o uso da estratégia de se referenciar cada vez menos os agricultores à Festa do Pêssego, aliada a cada vez menor presença dos agricultores e de suas propriedades no local, sinalizam a ocorrência de um processo de desterritorialização destes agentes. Se o fenômeno de territorialização está vinculado à existência de uma memória, que no “ato de reconhecer uma origem, estabelece delimitações, coloca o passado sobre o presente”, criando um “nós, os da origem” (Anjos, 1993, p. 77), o que se tem, em relação aos agricultores da Vila Nova e arredores, é a ocorrência de um processo inverso a este. Ou seja, pode-se afirmar que estes agentes sociais, assim como a noção da “ruralidade” correlata a eles, estão submetidos a um gradual processo de desterritorialização, a qual, por sua vez, pode ser entendida como:

... um processo em que uma linha societal - de etnicidade, religião, classe, sexo, linguagem, raça ... -, ao carregar outra completamente diferente, não deixa de se metamorfosear, mudando-se a “natureza” de ambas, sem se produzir, necessariamente a fusão de uma síntese. (Anjos, 1993, p. 26)

Assim sendo, pode-se argumentar que a substituição gradual de moradores agricultores por moradores não agricultores, configurando uma menor presença deles no local, aliada a uma correspondência cada vez menor entre os agricultores e a Festa do Pêssego, tenderia a reduzir, na memória coletiva, a relação comumente feita entre agricultores, ruralidade e bairro Vila Nova. Deste modo, não estaria sendo progressivamente extinta somente a paisagem agrícola do lugar, mas também o recurso da delimitação do local como “rural” e da Festa como um evento dos agricultores.

Ou seja, os agricultores estariam sendo atingidos pelo processo de desterritorialização em suas três dimensões: o pensamento, as práticas e as estrutura de organização social (Anjos, 1993, p. 26). A nível do pensamento, enquanto memória, visto que os novos moradores mal percebendo a existência de agricultores⁷⁶, tenderiam a não relacionar o local à existência dos mesmos e de suas chácaras como moradia. Também, a citada “democratização” da Festa tenderia a diminuir a presença dos produtores agrícolas na memória coletiva dos moradores do bairro. Quanto às práticas, pode-se dizer que a venda das propriedades, a perda da autoria da Festa, entre outras, indicariam uma perda gradual de espaço e de poder dos agricultores, ou seja, uma perda

⁷⁶ Ao se procurar moradores para conceder a entrevista, alguns dos abordados, residentes a poucos anos no bairro, mencionaram nem saber da existência de agricultores e de suas chácaras no local.

de “território”. Já no que concerne às estruturas de organização social, pode-se observar um bairro cada vez mais organizado em torno das questões dos moradores não-agrícolas: nas demandas eleitas para o Orçamento Participativo/2001⁷⁷, referentes ao bairro Vila Nova e arredores, por exemplo, tem-se solicitação de redes de esgotos, de construção de lotes urbanizados, de pavimentação e de construção de uma creche. Ou seja, nenhuma demanda que contemple diretamente os agricultores.

Diante disto, pode-se constatar que o processo de transformação que o bairro Vila Nova e arredores vem sofrendo, tanto a nível social como espacial, determinado pela expansão (física, populacional, política e institucional) da cidade, acabou por atingir diretamente o grupo dos agricultores residentes no local, desterritorializando-os. Estes, por sua vez, como já foi demonstrado, reagem a este processo de diferentes formas: uns optam pela mudança da atividade, outros, pela saída do local, outros pela permanência nele. Seja qual for a opção, qualquer uma delas acabará implicando na necessidade de o agricultor modificar, alterar e metamorfosear a própria identidade social, na tentativa de se readaptar à nova realidade que lhe é imposta.

⁷⁷ Em anexo.

CONCLUSÕES

No transcorrer desta dissertação, foram apresentados diferentes posicionamentos dos agricultores, do bairro Vila Nova e arredores, no que tange tanto à construção da noção da ruralidade quanto à formação de sua própria identidade. Assim, inicialmente, observando como se davam as lutas em torno da noção da ruralidade, derivadas das mudanças efetuadas no último Plano Diretor de Porto Alegre e da questão da isenção tributária, pode-se verificar que a variedade de representações que se possa ter do rural esteve estreitamente ligada aos interesses (políticos, ambientais, tributários, turísticos, imobiliários, entre outros) dos agentes envolvidas na disputa.

Também, foi possível averiguar que não só fatores econômicos (como o aumento do valor das terras, por exemplo) conformam a extinção progressiva da área agrícola da Vila Nova e arredores, visto que a redução deste espaço é consequência também de outros fatores, como os derivados do processo de construção de identidades. Seria um outro destes fatores, a crença na inevitabilidade da extinção da área agrícola, a qual acabou sendo fortalecida pela decisão, a nível legal, de se abolir a classificação “rural” dada a alguns locais do Município. Pode-se observar que a bancarrota dos espaços agrícolas, no local estudado, está atrelada a fatores derivados não só de uma economia monetária, mas também dos oriundos de uma economia moral.

Já num momento seguinte da dissertação, na etnografia feita e nos vários depoimentos recolhidos, pode-se constatar como se dá a construção social da noção da ruralidade, no bairro Vila Nova e arredores. Quanto às associações feitas à ruralidade, pode-se dizer que esta noção foi relacionada a lugares calmos, despovoados, com maior vegetação, constituídos predominantemente por chácaras, por pessoas portadoras de um modo de expressão específico (no falar, no andar, no vestir) e por práticas de reciprocidade. Também, a ruralidade foi demarcada com alguns símbolos: pelas chácaras e por frutas, como o pêssego e a uva. Entretanto, apesar destas associações e

demarcações, feitas pelos moradores e agricultores da Vila Nova e arredores, a ruralidade foi apresentada (na maior parte dos depoimentos), como algo pertencente mais a um passado vivido do que ao presente, mais a locais distantes, do que ao próprio bairro. Este deslocamento da ruralidade evidenciou a fase final de um processo de desterritorialização dos agentes relacionados a ela, os agricultores. Por sua vez, os agricultores reagiram a este processo de diferentes maneiras, ou abandonando o local ou ficando nele e moldando sua identidade estrategicamente, a fim de conviver com a nova realidade.

A manipulação estratégica da própria identidade social, por parte dos agricultores, determinou a ocorrência de uma série de práticas, por vezes divergentes e contraditórias. Assim, ao mesmo tempo em que se tem agricultores, na questão da isenção tributária, usando da apresentação de símbolos como caminhões e tratores (no “tratorço”) para demarcar uma identidade rural e ver atendidas suas demandas, pode-se também observar atitudes que conformam a posse de outras identidades. Na questão da crítica aos moradores das vilas, os agricultores, juntamente com os moradores mais antigos do bairro, construíram um discurso de inferiorização e subestimação em relação aos “recém chegados”, o que por si só demarcou a existência de uma identidade local. Já a identificação da “urbanidade” do local onde vivem foi atestado em muitos depoimentos, definindo assim a posse de uma identidade também urbana. É justamente esta possibilidade de moldar sua identidade social, conforme convenha a ocasião, usando do realce ora em características tidas “rurais”, ora nas tidas como “urbanas”, ora nas “locais”, que determina a existência de uma conformação identitária híbrida, por parte dos agricultores da Vila Nova e arredores.

Este hibridismo⁷⁸ acabou se constituindo, para este grupo, como “uma faca de dois gumes”, pois tanto fornece meios para a conquista de determinados benefícios (como o da isenção) e o estabelecimento de certas alianças (com os moradores mais antigos contra os das vilas, por exemplo), como sinaliza a submissão a um processo de desculturação e de violência simbólica. Como foi exposto, no decorrer deste trabalho, os agricultores, ao buscarem uma semelhança cada vez maior com os demais (nos modos de expressão, por exemplo) e ao, por vezes, subestimarem e inferiorizarem sua própria

⁷⁸ O qual é derivado do próprio processo de desterritorialização sofrido pelos agricultores, visto que o deslocamento de uma existência “rural” para uma “urbana” fornece condições propícias para a emergência de uma identidade híbrida.

condição (a de agricultor), demonstraram estar vivenciando a fase final de um processo de assimilação dos valores culturais tidos como “urbanos”, o qual vem se estendendo por algumas décadas.

Ao denegrirem e abolirem valores que lhes eram comuns (como o da reciprocidade, o de um vestir diferenciado, o de pensar a terra como um valor ético e moral, o da Festa como um evento filantrópico), estes agentes sociais estão, de certa forma, convertendo sua visão de mundo ao reconhecimento dos valores dominantes (urbanos), caracterizados por uma lógica fundamentalmente capitalista. É em função desta lógica que se tem a opção estrita pela venda, em vez da permuta, por uma aparência mais refinada, pelo pensar a terra exclusivamente como uma mercadoria, pelo perceber e conceber a Festa do Pêssego segundo a ótica do lucro, ocorrendo um processo semelhante ao apontado por Wolf, que ao avaliar o impacto da nova ordem capitalista sobre algumas sociedades camponesas do século XX, constatou que:

O que é extremamente significativo é que o capitalismo cortou os invólucros dos costumes, apartando as pessoas de sua matriz habitual, a fim de transforma-las em atores econômicos, independente do seu envolvimento social anterior com seus vizinhos e parentes. Elas tinham de aprender a maximizar as rendas e minimizar as despesas, a comprar barato e a vender caro, sem considerar as obrigações e os custos sociais. (Wolf, 1984, p. 335)

Contudo, a conversão a esta nova visão de mundo implicou também na adesão, concomitante, a novos valores, os quais freqüentemente relacionando o rural ao atraso, ao rude, ao sem futuro, ao pouco letrado, acabaram por fomentar, nos agricultores, uma certa aversão a uma identificação “rural”. Estaria, assim, produzida, na subjetividade dos agricultores, uma ruralidade urbanamente centrada, ou seja, moldada segundo os valores urbanos.

Também, a aversão de ser identificado e percebido conforme os atributos negativos da “ruralidade”, acabou por originar, nos produtores agrícolas, a dificuldade de explorar algumas oportunidades oriundas desta identificação (tal como a do turismo “rural”), além de fomentar um legítimo desinteresse no prosseguimento da atividade agrícola, através do não incentivo a que os filhos se tornem também agricultores. Tem-se, deste modo, que a inviabilização da atividade agrícola antes mesmo de se tornar uma realidade objetiva, já está subjetivada na consciência dos agricultores.

Foi buscando compreender como os agricultores (que seriam naturalmente identificados como “rurais”, em meios mais longínquos da cidade) acabam identificando-se e sendo identificados no meio citadino, que pudemos constatar a artificialidade da noção da ruralidade e o uso estratégico que se pode fazer dela. Por ser um construto social, que esta noção pode emergir socialmente até mesmo em um contexto considerado “urbano”, como o do Município de Porto Alegre. Contudo, é justamente como se deu a emergência da noção da ruralidade, no caso do bairro Vila Nova e arredores, a qual originou conflitos e controvérsias, identificações e desidentificações, que acaba por complexificar qualquer análise que se faça a respeito do processo de desaparecimento dos espaços agrícolas localizados dentro de ambientes citadinos.

Em função da importância da manutenção das áreas agrícolas, seja em prol da diversidade cultural (pela conservação de certas tradições) ou ambiental, da diversificação da paisagem ou da segurança alimentar, é que a preservação das mesmas necessita ser pensada de forma que tal complexidade seja levada em conta. Esta dissertação acabou por constatar que as ações e estratégias (como a não adoção de práticas agroecológicas), adotadas pelos agricultores da Vila Nova e arredores foram reflexos de condicionantes objetiva e subjetivamente produzidos. Por esta razão, tem-se que, para se compreender adequadamente o processo de desaparecimento dos espaços agrícolas contidos nos centros urbanos, qualquer estudo feito, a este respeito, deva considerar tanto as dimensões objetivas como também as dimensões subjetivas, conformadoras desta situação.

Neste trabalho, também foi possível observar como o uso da noção da ruralidade acaba sendo reforçado, quando emerge em contextos de fronteira, como o do bairro Vila Nova e arredores. Ficou nítida a persistência do uso do termo “rural” nos discursos dos mediadores, mesmo após a extinção legal da classificação rural efetuada no plano diretor de 1999. Também, pode-se notar a recorrência freqüente da utilização da oposição rural *versus* urbano na maior parte das representações elaboradas pelos entrevistados. O “rural” tanto foi percebido como um espaço sobre o qual outro avança (o “urbano”), como foi relacionado aos agricultores e às suas atividades.

Tem-se, desta forma, que uma agricultura fortemente vinculada à noção da ruralidade acaba por impor a existência de uma identidade territorializada, onde a necessidade de demarcação de espaço físico e a de espaço social apresentam-se interdependentes. Ou seja, a ainda existência de áreas agrícolas no bairro está atrelada à possibilidade de realce em uma identidade “rural” e na manutenção de uma memória coletiva, que resguarde, por exemplo, a relação entre Festa do Pêssego e agricultores do bairro. Já um fomento a uma agricultura “urbana” no local, desligada da ruralidade, teria como conseqüências a perda de parte da diversidade cultural e identitária e o desmantelamento de uma tessitura social complexa e, por isto mesmo, rica.

As políticas de preservação de espaços, como os do caso estudado, precisam levar em conta este fato: a agricultura do local está marcadamente vinculada à ruralidade e não pode ser vista e compreendida apenas como um sinônimo de atividade sócio-profissional. Também, deve ser considerado que a conservação de áreas agrícolas, como as do bairro Vila Nova e arredores, está inserida em quadro de disputas, como já foi apresentado, que estabelece uma difícil correlação de forças entre diferentes agentes, possuidores dos mais diversos interesses. Neste entremeio de disputas, os mediadores atuantes, junto aos agricultores destas áreas, necessitam estar comprometidos com um projeto “rurbano”, onde o rural seja entendido como algo mais do que simplesmente o agrícola, a fim de que tais espaços não estejam fadados ao completo desaparecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANJOS, J.C.G. **Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição de uma Identidade Nacional**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

ANJOS, J.C.G. **O Território da Linha Cruzada: rua Mirim vs. Avenida Nilo Peçanha**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

_____. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMARGOS, R. & MOREIRA, R.J. A inserção local e global das áreas naturais protegidas: refletindo sobre condomínios e turismo ecológico. **Ruralidades**. Cpda/UFRuralRJ, agosto, 2003. (www.ruralidades.org.br)

CARNEIRO, M.J. **Do rural ao urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reermegência da ruralidade**. II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, UNICAMP, outubro, 2001.

CASTRO, M.G. Transidentidades no Local Globalizado. Não-identidades, Margens e Fronteiras: Vozes de Mulheres Latinas nos E.U.A. In: BIANCO, B. & CAPINHA, G. (Orgs.). **Estudos de Cultura & Poder: Identidade**. Hucitec, 2000.

FAO. **Cuestiones de la agricultura urbana**. 1999. Site da Internet: www.fao.org/NOTICIAS/fotofile/ph990/-s.htm-5k (consultado em novembro/2002)

FRIEDMAN, S.S. O “falar da fronteira”, o hibridismo e a performatividade: Teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 61, dezembro, 2001.

GERHARDT, C. & ALMEIDA, J. **Invenção de uma “problemática ambiental”?** Artigo apresentado no XL Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Passo Fundo/RS, de 28 a 31/07/02.

GIRANDO, M.Z. & MIGUEL, L.A. **Agricultura na Região Metropolitana de Porto Alegre: Aspectos históricos e contemporâneos.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MALLMANN, A.M. **Vila Nova: Memória dos Bairros.** Porto Alegre: SMC, 1996.

NEVES, D.P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, A.D.D. & BRANDENBURG, A. (Orgs.) **Para pensar: uma outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

NEWBY, H. & SEVILLA-GUZMÁN, E. **Introducción a la sociología rural.** Madrid: Alianza Editorial, S.A., 1983.

OLIVEIRA, R.C. **Os (des)caminhos da identidade.** In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, fevereiro, 2000.

PMPA. **Agricultura Urbana: Orientações para a Formulação de Políticas Municipais.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre, outubro, 2003. www.portoalegre.rs.gov.br/fomezero

PEREIRA, M.T. Agricultura Urbana e Periurbana. **Qualidade de Vida**, USP, ano 2, n. 11, abril, 2000.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. *et al* (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

SOROKIN, P.A., ZIMMERMAN, C.C. & GALPIN, C.J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J.S. **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo. Hucitec, 1986.

WANDERLEY, M.N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, outubro, 2000.

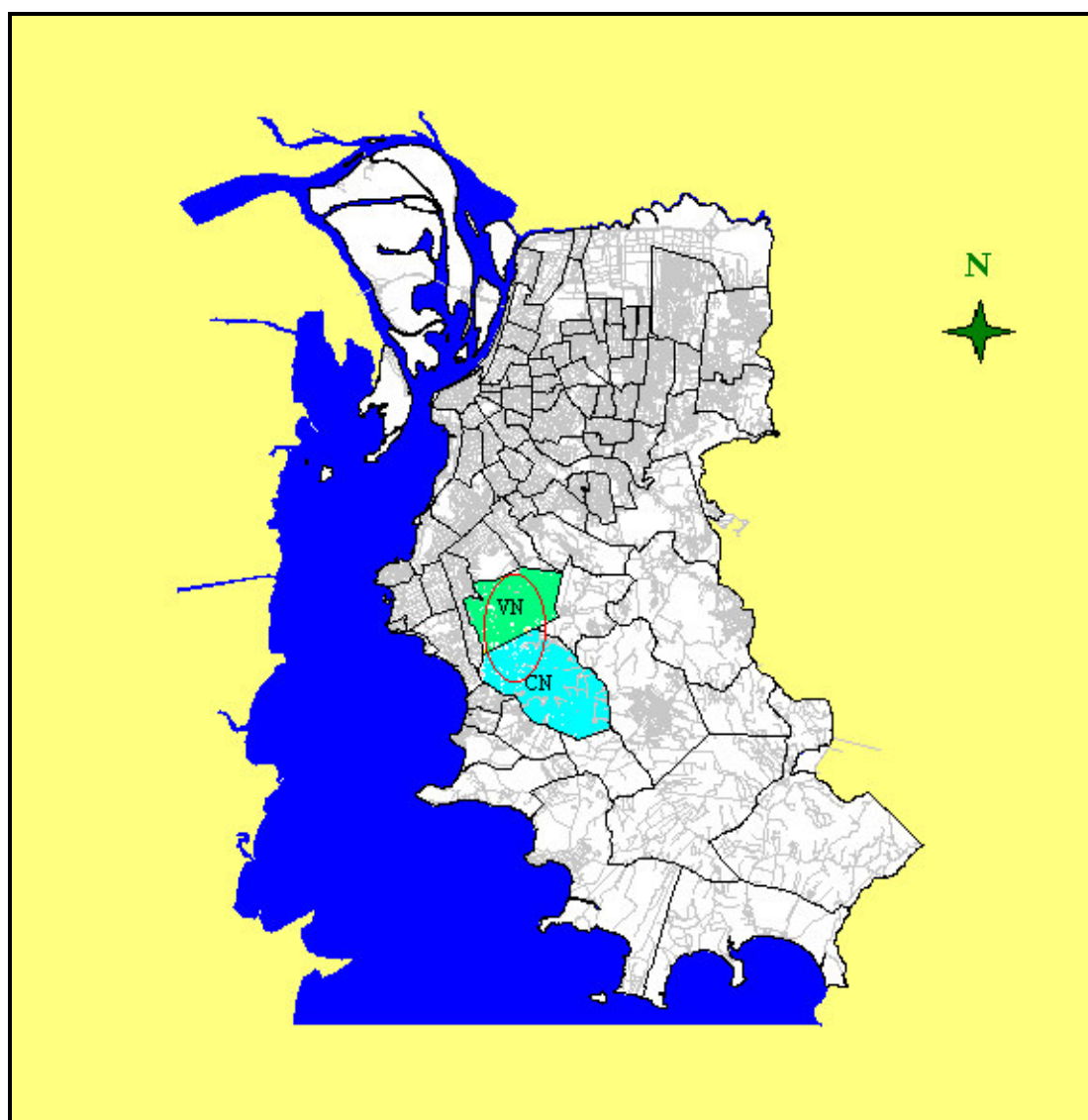
WOLF, E.R. Aspectos das Relações Grupais em uma Sociedade Complexa: México. In: SHANIN, T. (ed.). **Peasants and peasant societies: selected readings.** Harmondsworth: Penguin Books, 1971. Texto traduzido.

WOORDWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. *et al* (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

WOORTMANN, K. “**Com parente não se neguceia**”: **O Campesinato Como Ordem Moral**. Anuário Antropológico/87. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Localização da área estudada dentro do mapa oficial de Porto Alegre	111
ANEXO 2: Trechos do texto da legislação tributária municipal referente à isenção de IPTU e TCL	112
ANEXO 3: Trechos do texto do PDDUA, aprovado em 1999	118
ANEXO 4: Roteiros das entrevistas e do levantamento de dados	125
ANEXO 5: Diferentes classificações dadas à área investigada, pelo PDDUA/1999	128
ANEXO 6: Fotos referentes à Festa do Pêssego/2003	131
ANEXO 7: Demandas do OP/2001, referentes à área investigada	134

ANEXO 1: Localização da área estudada dentro do mapa oficial de Porto Alegre

Fonte: www.geoprocempa.com.br/geo

Figura 1

**ANEXO 2: Texto da legislação tributária municipal referente à isenção de IPTU e
TCL ⁷⁹**

⁷⁹ Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br/smf

TÍTULO VIII
DAS ISENÇÕES ⁸⁰

CAPÍTULO I

**DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE
PREDIAL E TERRITORIAL URBANA**

Art. 70 ⁸¹ - Ficam isentos do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana as seguintes pessoas físicas e jurídicas: ⁸²

I ⁸³ – os imóveis, ou parte dos imóveis, onde esteja instalada a sede ou a filial de entidade religiosa e maçônica, sem fins lucrativos, próprios ou alugados.

Redação anterior: LC 169/87:

I - entidade beneficente, hospitalar, religiosa ⁸⁴ e maçônica, sem fins lucrativos;

II ⁸⁵ – entidade cultural, recreativa, esportiva, sem fins lucrativos;

Redação anterior: LC 169/87:

II - entidade cultural, recreativa, sem fins lucrativos e a entidade esportiva, observada a exigência anterior e, quando for o caso, registrada na respectiva federação;

III ⁸⁶ - sindicato ⁸⁷ ou associação de classe;

IV ⁸⁸ - entidade educacional com fins lucrativos, quando coloque à disposição do município 5% (cinco por cento) de suas matrículas para concessão de bolsas a estudantes pobres;

V ⁸⁹ - associações ou clubes de mães e associações comunitárias;

VI ⁹⁰ - os imóveis, ou parte de imóveis, utilizados para editoração, distribuição, publicação, divulgação e venda de livros;

⁸⁰ Cabe ressaltar o disposto no art. 109 da Lei Orgânica do Município:

Art. 109 – A pessoa física ou jurídica com infração não regularizada a qualquer dispositivo legal do Município não poderá receber benefício ou incentivo fiscal.

Parágrafo único – Não se aplica o disposto no “caput” deste artigo nos casos de benefício fiscal concedido a pessoas físicas, para o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, em que renda, provento ou pensão sejam requisitos.

⁸¹ Art. 70 - Redação alterada pela LC nº 169/87.

⁸² Cabe ressaltar ainda a existência de isenções heterônomas, isto é, isenções concedidas pela União através de Lei Complementar, bem como as resultantes de tratados e convenções internacionais, nos termos do art. 98 do CTN, tais como a prevista no art. 32 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares objeto do Decreto Federal 95.711.

⁸³ Art. 70, I – Redação alterada pelo art. 1º da LC 484/2002.

⁸⁴ Observe-se que no caso de um templo, cabe então a imunidade prevista no art. 150, VI, b, da CF / 88.

⁸⁵ Art. 70, II – Redação alterada pelo art. 1º, inciso V da LC 482/2002.

⁸⁶ Art. 70, III - Redação alterada pela LC 169/87.

⁸⁷ Os sindicatos dos trabalhadores estão imunes a impostos conf. disposto no art. 150, VI, c, da CF /88.

⁸⁸ Art. 70, IV - Redação alterada pela LC 169/87.

⁸⁹ Art. 70, V - Redação alterada pela LC 169/87.

⁹⁰ Art. 70, VI - Redação alterada pela LC 169/87.

VII ⁹¹ - os imóveis de propriedade de empresas e editoras de jornais, de televisão e rádio, emissoras que tenham instalações e desenvolvam atividades permanentes em Porto Alegre;

VIII ⁹² - viúva ou órfão menor não emancipado, reconhecidamente pobres;

IX ⁹³ - pessoa portadora do “mal de Hansen”, uma vez comprovada a moléstia por atestado médico sanitaria oficial;

X ⁹⁴ - aposentado por motivo de doença contraída em local de trabalho e incapacitado para o exercício de qualquer outra atividade, reconhecidamente pobre;

XI ⁹⁵ - deficiente físico, deficiente mental, ou seus responsáveis legais, reconhecidamente pobre;

XII ⁹⁶ - proprietário de imóvel cedido gratuitamente, mediante contrato público, por período não inferior a 5 anos, para uso exclusivo das entidades imunes e dos descritos nos incisos I, II, III e V deste artigo.

XIII ⁹⁷ - ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei Federal nº 5.315, de 12 de setembro de 1967;

XIV ⁹⁸ - viúva de ex-combatente, conforme definido no inciso anterior e enquanto se mantiver neste estado civil;

XV ⁹⁹ - proprietário de terreno sem utilização, atingido pelo Plano Diretor ou declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, mesmo que sobre ele exista construção condenada ou em ruínas, ou na hipótese da parte remanescente não comportar edificação;

XVI ¹⁰⁰ - sedes de Partidos Políticos, próprias ou alugadas.

XVII ¹⁰¹ - aposentados, inativos, pensionistas, cuja renda seja igual ou inferior a 3 (três) salários mínimos, proprietário de um único imóvel no Município, utilizado exclusivamente como residência de seu beneficiário. ¹⁰²

(*Lei Complementar 260/91*)

⁹¹ Art. 70, VII - Redação alterada pela LC 169/87.

⁹² Art. 70, VIII - Redação alterada pela LC 169/87.

⁹³ Art. 70, IX - Redação alterada pela LC 169/87.

⁹⁴ Art. 70, X - Redação alterada pela LC 169/87.

⁹⁵ Art. 70, XI - Redação alterada pela LC 169/87.

⁹⁶ Art. 70, XII - Redação alterada pela LC 169/87.

⁹⁷ Art. 70, XIII - Redação alterada pela LC 32/90.

⁹⁸ Art. 70, XIV - Redação alterada pela LC 232/90.

⁹⁹ Art. 70, XV - Redação alterada pela LC 169/87.

¹⁰⁰ Art. 70, XVI - Redação alterada pela LC 169/87.

¹⁰¹ Art. 70, XVII - Redação incluída pela LC 285/92.

¹⁰² A LC 307/93 estendeu para os contribuintes beneficiados pela isenção do inciso XVII e § 70, a isenção relativa a taxa de lixo.

Art. 3º Os proprietários de imóveis residenciais, aposentados, inativos ou pensionistas, cujos proventos ou pensões sejam inferiores ou iguais a 3 (três) salários mínimos, ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Parágrafo único — Somente estará abrigado pela isenção prevista no "caput" deste artigo o contribuinte proprietário de um único imóvel utilizado exclusivamente como sua residência, ou inquilino que não seja proprietário de bens imóveis.

Art. 5º O proprietário de terreno, cuja área seja cedida à entidade desportiva amadora, sem fim lucrativo, com acesso livre ao público, fica isento de Imposto Predial e Territorial Urbano, relativamente ao espaço necessário para a prática e para a acomodação da assistência.

XVIII ¹⁰³ - proprietário(s) de imóveis, localizados na 3ª Divisão Fiscal, que sejam, comprovadamente, explorados economicamente com produção primária, com área igual ou inferior a 30ha (trinta hectares), inclusive as construções utilizadas como residência do proprietário e de seus familiares, excetuadas as demais construções não vinculadas à produção;

XIX ¹⁰⁴ - o imóvel, ou parte dele, reconhecido como Reserva Particular do Patrimônio Natural de acordo com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; as áreas de Preservação Permanente conforme a Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, a Lei Estadual nº 11.520, de 3 de agosto de 2000, e as Áreas de Proteção do Ambiente Natural definidas na Lei Complementar Municipal nº 434, de 1º de dezembro de 1999; e outras áreas de interesse ambiental; desde que se mantenham preservadas de acordo com critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

a) a isenção de que trata este inciso será concedida mediante formalização de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental municipal e averbado à margem da inscrição no registro público de imóveis;

b) caso descumprido o termo de compromisso, que conterà permissão expressa para vistorias periódicas do órgão ambiental municipal, será revogada a isenção, tornando-se exigível o imposto a partir do exercício seguinte ao do descumprimento;

XX ¹⁰⁵ - o imóvel, ou parte dele, tombado pelos órgãos de preservação histórico-cultural do Município, do Estado ou da União que não tenha sido doado ao Patrimônio Público e que esteja preservado segundo os critérios estabelecidos pelos órgãos responsáveis pelo tombamento.

§ 1º - Somente serão atingidos pela isenção prevista neste artigo, nos casos referidos:

¹⁰³ Art. 70, XVIII – Redação incluída pelo art. 1º, inciso V da LC 482/2002.

¹⁰⁴ Art. 70, XVIII – Redação incluída pelo art. 1º, inciso V da LC 482/2002.

¹⁰⁵ Art. 70, XVIII – Redação incluída pelo art. 1º, inciso V da LC 482/2002.

a) ¹⁰⁶ nos incisos I a V, o imóvel utilizado diretamente pela entidade beneficiada para o cumprimento de suas finalidades essenciais;

b) ¹⁰⁷ nos incisos VIII a XII, o imóvel utilizado exclusivamente como residência de seu beneficiário e cujo valor venal não seja superior a 230 (duzentos e trinta) Unidades de Referência Padrão (URP);

c) ¹⁰⁸ no inciso VII as áreas edificadas ocupadas pelas empresas:

1. editoras de jornais, como as oficinas gráficas, a gerência, redação e depósito de material de consumo, de reposição de peças, ou de manutenção de máquinas que carecem;

2. de rádio e televisão, com estações transmissoras e receptoras, estúdios, auditórios, sala de administração e redação.

§ 2º ¹⁰⁹ - Para gozarem da isenção prevista no inciso VII as empresas deverão publicar, gratuitamente, editais e outros fatos de interesse dos órgãos Executivos e Legislativos do Município, mediante convênio.

§ 3º ¹¹⁰ - A isenção do parágrafo anterior vigorará a partir da aprovação do convênio referido pela Câmara Municipal.

§ 4º ¹¹¹ - A isenção prevista nos incisos XIII e XIV cessa por ocasião da morte dos respectivos beneficiados.

§ 5º ¹¹² - Para gozarem da isenção prevista no inciso VI as empresas editoras e distribuidoras deverão reservar 50% (cinquenta por cento) de suas atividades para obras de autores nacionais e destas pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) para obras de autores gaúchos e as livrarias deverão reservar 50% (cinquenta por cento) de suas atividades para obras de autores nacionais.

§ 6º ¹¹³ - Para gozarem da isenção prevista no inciso XVI, os partidos políticos devem indicar, no máximo, duas sedes, uma de caráter municipal e outra de caráter estadual ou regional.

¹⁰⁶ Art. 70, § 1º, “a” - Redação alterada pela LC 209/89.

¹⁰⁷ Art. 70, § 1º, “b” - Redação alterada pela LC nº 169/87 . A LC 202/89 instituiu a URM e a LC 303/93 a UFM. A LC 366/96 eliminou a parte decimal.

1 URP = 1 URM = 23,7562 UFM; → Portanto, 230 URPs = 5.463 UFMs

¹⁰⁸ Art. 70, § 1º, “c” - Redação alterada pela LC nº 169/87.

¹⁰⁹ Art. 70, § 2º - Redação alterada pela LC 169/87.

¹¹⁰ Art. 70, § 3º - Redação alterada pela LC 169/87.

¹¹¹ Art. 70, § 4º - Redação alterada pela LC 232/90.

¹¹² Art. 70, § 5º - Redação alterada pela LC 169/87.

¹¹³ Art. 70, § 6º - Redação alterada pela LC 169/87.

§ 7º ¹¹⁴ - É estendido aos usufrutuários, locatários ou comodatários a isenção prevista no inciso XVII deste artigo, desde que não sejam proprietários de imóvel neste Município.

§ 8º ¹¹⁵ - É facultado ao contribuinte pagar a Taxa de Coleta de Lixo que acompanhar o carnê de pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para o qual requer isenção, com os valores e prazos originalmente estabelecidos pelo Município.

§ 9º ¹¹⁶ - Para efeitos do disposto no inciso XVII, considera-se renda o total dos proventos recebidos, deduzidas as contribuições para a previdência oficial.

§ 10 ¹¹⁷ - Os imóveis objetos dos benefícios previstos nos incisos XV, XVIII, XIX e XX deste artigo, bem como os enquadrados no § 4º do art. 5º desta Lei Complementar ficam isentos da Taxa de Coleta de Lixo.

§ 11 ¹¹⁸ - A isenção prevista no inciso XVII deste artigo não se interrompe quando o cônjuge sobrevivente requerer o benefício e comprovar que também preenche os requisitos legais, não se aplicando, neste caso, o disposto no art. 72, inciso I, alínea “a”, desta Lei Complementar.

¹¹⁴ Art. 70, § 7º - Redação incluída pela LC 285/92.

¹¹⁵ Art. 70, § 8º - Redação incluída pela LC 285/92.

¹¹⁶ Art. 70, § 9º - Redação incluída pela LC 437/99.

¹¹⁷ Art. 70, § 10º - Redação incluída pelo art. 1º, inciso V da LC 482/2002.

¹¹⁸ Art. 70, § 10º - Redação incluída pelo art. 1º, inciso V da LC 482/2002.

ANEXO 3: Trechos do texto do PDDUA, aprovado em 1999¹¹⁹

¹¹⁹ Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br

REDAÇÃO FINAL

Dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências.

PARTE I DO DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

- I - a gestão democrática, participativa e descentralizada;
- II - a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;
- III - a integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação;
- IV - o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;
- V - o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;
- VI - a articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitano de Porto Alegre;
- VII - o fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;
- VIII - a integração horizontal entre os órgãos e Conselhos Municipais, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, programas e projetos.

Art. 2º O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental incorpora o enfoque ambiental de planejamento na definição do modelo de desenvolvimento do Município, das diretrizes e das estratégias para a execução de planos, programas e projetos, enfatizando a participação popular, a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

TÍTULO II DAS ESTRATÉGIAS

Art. 3º O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental é o instrumento básico de definição do modelo de desenvolvimento do Município e compõe-se de sete estratégias, quais sejam:

- I - Estratégia de Estruturação Urbana;
- II - Estratégia de Mobilidade Urbana;
- III - Estratégia de Uso do Solo Privado;
- IV - Estratégia de Qualificação Ambiental;
- V - Estratégia de Promoção Econômica;
- VI - Estratégia de Produção da Cidade;
- VII - Estratégia do Sistema de Planejamento.

Parágrafo único. Para a implementação de políticas, programas e projetos, públicos ou privados, serão adotadas as diretrizes das estratégias correspondentes.

CAPÍTULO III Do Uso do Solo Privado

Art. 11. A Estratégia de Uso do Solo Privado tem como objetivos gerais disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

§1º A Estratégia de Uso do Solo Privado é composta pelo Plano Regulador, que é apresentado na Parte III desta Lei.

§2º Constitui também forma de regulação da paisagem urbana a avaliação de Projetos Especiais com normas próprias.

Art. 12. O programa correspondente à Estratégia de Uso do Solo Privado é o Programa de Gerenciamento do Plano Regulador, que engloba o conjunto de procedimentos de natureza técnica, legal e administrativa para viabilizar um processo de planejamento dinâmico, participativo, ancorado numa estrutura administrativa capaz de responder a estes objetivos.

Parágrafo único. As normas componentes desta estratégia estão representadas nos Anexos.

CAPÍTULO IV Da Qualificação Ambiental

Art. 13. A Estratégia de Qualificação Ambiental tem como objetivo geral qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

§1º O Patrimônio Ambiental abrange os Patrimônios Cultural e Natural.

§2º Os espaços representativos do Patrimônio Ambiental devem ter sua ocupação e utilização disciplinadas de forma a garantir a sua perpetuação, nos termos da Parte II.

Art. 14. Integra o Patrimônio Cultural, para efeitos desta Lei, o conjunto de bens imóveis de valor significativo - edificações isoladas ou não -, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais - tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis -, que conferem identidade a estes espaços.

Parágrafo único. As edificações que integram o Patrimônio Cultural são identificadas como Tombadas e Inventariadas de Estruturação ou de Compatibilização, nos termos de lei específica, observado que:

- I - de Estruturação é aquela que por seus valores atribui identidade ao espaço, constituindo elemento significativo na estruturação da paisagem onde se localiza;
- II - de Compatibilização é aquela que expressa relação significativa com a de Estruturação e seu entorno, cuja volumetria e outros elementos de composição requerem tratamento especial.

Art. 15. Integram o Patrimônio Natural os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais do sítio de Porto Alegre indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem, que sejam de interesse proteger, preservar e conservar a fim de assegurar novas condições de equilíbrio urbano, essenciais à sadia qualidade de vida.

TÍTULO III **Do Modelo Espacial**

Art. 26. Modelo Espacial é o conjunto das diretrizes de desenvolvimento urbano expresso através de representações espaciais consubstanciadas nas Estratégias.

§1º O Modelo Espacial define todo o território de Porto Alegre como cidade, estimulando a ocupação do solo de acordo com a diversidade de suas partes, com vistas à consideração das relações de complementariedade entre a cidade consolidada de forma mais intensiva e a cidade de ocupação rarefeita.

§2º Constituem princípios básicos do Modelo Espacial proposto:

- I - a descentralização de atividades, através de uma política de policentralidade que considere a atividade econômica, a provisão de serviços e aspectos socioculturais;
- II - a miscigenação da ocupação do solo com vistas à diminuição de deslocamentos de pessoas e veículos e à qualificação do sistema urbano;
- III - a densificação controlada, associada à perspectiva de otimização e racionalização dos custos de produção da cidade;
- IV - o reconhecimento da cidade informal, através de uma política que envolva o interesse social;
- V - a estruturação e a qualificação ambiental, através da valorização do patrimônio e do estímulo à produção primária.

CAPÍTULO II **Das Macrozonas**

Art. 29. As Macrozonas dividem o território municipal em:

- I - Macrozona 1 - Cidade Radiocêntrica: engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural;
- II - Macrozona 2 - Corredor de Desenvolvimento: constitui a área entre a BR-290, a Av. Sertório e a Av. Assis Brasil, sendo estratégica para empreendimentos auto-sustentáveis de polarização metropolitana, com integração de equipamentos como o Aeroporto e as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA S.A.;
- III - Macrozona 3 - Cidade Xadrez: compreendida entre a Av. Sertório e Cidade da Transição no sentido norte-sul e entre a III Perimetral e o limite do Município no sentido oeste-leste. Constitui a cidade a ser ocupada através do fortalecimento da trama macroestruturadora xadrez, do estímulo ao preenchimento dos vazios urbanos e da potencialização de articulações metropolitanas e novas centralidades. São marcos estruturadores os três Corredores de Centralidade: Sertório/Assis Brasil, Anita Garibaldi/Nilo Peçanha e Ipiranga/Bento Gonçalves;
- IV - Macrozona 4 - Cidade da Transição: compreendida entre a Cidade Radiocêntrica e a Cidade Jardim, devendo manter suas características residenciais, com densificação controlada e valorização da paisagem. Constitui marco estruturador desta Macrozona o Corredor de Centralidade Cavallhada/Tristeza, que faz conexão entre bairros, sendo limitado longitudinalmente pelas ruas Dr. Barcellos e Pereira Neto.
- V - Macrozona 5 - Cidade Jardim: caracteriza-se pela baixa densidade, pelo uso residencial predominantemente unifamiliar e elementos naturais integrados às edificações, com especial interesse na orla do Guaíba;
- VI - Macrozona 6 - Eixo Lomba-Restinga: estrutura-se ao longo das Estradas João de Oliveira Remião e João Antônio da Silveira, com potencial para ocupação residencial miscigenada, em especial para projetos de habitação de caráter social, apresentando áreas com potencial de ocupação intensiva, situadas na Área de Ocupação Rarefeita;
- VII - Macrozona 7 - Restinga: bairro residencial da Zona Sul cuja sustentabilidade tem base na implantação do Parque Industrial da Restinga. Liga-se com a Região Metropolitana através do Corredor de Produção;
- VIII - Macrozona 8 - Cidade Rururbana: área caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário, compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa;
- IX - Macrozona 9 - Parque Estadual Delta do Jacuí: área de preservação do patrimônio natural, que constitui elemento fundamental para o processo de desenvolvimento sustentado e inclui o Núcleo de Ocupação Intensiva da Ilha da Pintada, devendo ser valorizada através da utilização do solo compatível com a sua função no equilíbrio ambiental da cidade.

Parágrafo único. As macrozonas estão representadas na fig. 10.

Art. 32. As Zonas de Uso representam parcelas do território municipal, propostas com as mesmas características, em função de peculiaridades a serem estimuladas nas seguintes categorias:

- I - Áreas Predominantemente Residenciais - zonas da cidade onde se estimula a vida de bairro, com atividades complementares à habitação e demais atividades não-residenciais controladas quanto a incômodo e impacto;
- II - Áreas Miscigenadas - zonas cuja ocupação é estimulada igualmente tanto para atividades residenciais como de comércio, serviços e indústrias, distribuindo-se, com relação ao uso, em diferentes categorias que representam graus de restrição diferenciados quanto ao porte e à variedade de atividades:
 - a) Mista 1 e Mista 2 - zonas de maior diversidade urbana em relação às áreas predominantemente residenciais onde se estimule, principalmente, o comércio varejista, a prestação de serviços e demais atividades compatíveis, que representem apoio à atividade habitacional e ao fortalecimento de centralidades;
 - b) Mista 3 e Mista 4 - zonas com estímulo à atividade produtiva e à geração de postos de trabalho associados à atividade habitacional, onde a diversidade proposta apresenta níveis mais significativos de interferência ambiental, representando, também, maiores potencialidades de impacto;
 - c) Mista 5 - zonas de diversidade máxima, onde todas as atividades são permitidas, sendo o uso habitacional somente admitido através de Projetos Especiais;
- III - Áreas Predominantemente Produtivas - zonas de diversidade máxima, sem controle de porte, onde o uso habitacional somente é admitido para a atividade de zeladoria ou para as situações existentes na data da publicação desta Lei;
- IV - Áreas de Interesse Cultural - zonas que apresentam ocorrência de patrimônio cultural representativo da história da cidade, com características físicas ou não, que lhes conferem um caráter excepcional;
- V - Áreas de Interesse Institucional - áreas públicas ou privadas de grande porte, destinadas a fins comunitários e administrativos;
- VI - Áreas de Proteção do Ambiente Natural - zonas previstas para atividades que, conciliando a proteção da flora, da fauna e dos demais elementos naturais, objetivem a perpetuação e a sustentabilidade do patrimônio natural;
- VII - Reserva Biológica - área que tem por finalidade proteger integralmente a flora, a fauna e seu substrato em conjunto, assegurando a proteção da paisagem e a normal evolução do ecossistema, bem como cumprindo objetivos científicos e educacionais;
- VIII - Parque Natural - área em que se pretendem resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, de lazer e recreação;
- IX - Áreas de Desenvolvimento Diversificado - zonas que, por suas características naturais e seu grau de transformação, permitem atividades mais diversificadas, sempre compatibilizadas com a proteção ambiental;
- X - Áreas de Produção Primária - zonas propostas para o desenvolvimento compatibilizado de atividades primárias, extrativas, comércio e serviços de apoio, bem como para a localização de pequenas indústrias vinculadas à produção por propriedade rural;
- XI - Corredor Agroindustrial - zona de apoio à produção agroindustrial com vistas a fortalecer o desenvolvimento primário no extremo sul do Município, respeitadas as ocorrências ambientais intrínsecas ao meio;
- XII - Área com Potencial de Intensiva - corresponde às zonas que apresentam, pela sua localização espacial e usos preexistentes, condições de integração à área intensiva mediante demonstração de interesse por parte do urbanizador em realizar projeto habitacional de interesse social, sendo seu regime definido em

função do entorno, respeitando, sempre, os condicionantes do patrimônio natural.

§1º Com vistas a estimular a manutenção e o reconhecimento da função social da propriedade, para efeitos desta Lei, equiparam-se às zonas de uso as propriedades rurais e as que apresentam patrimônio natural a proteger, independente da zona de uso onde se localizem.

§2º Considera-se propriedade rural aquela explorada para a produção agropecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, que assegure a conservação dos recursos naturais e possua produção satisfatória, conforme legislação específica.

§3º Considera-se propriedade com patrimônio natural a preservar, aquela que apresente elementos naturais de preservação significativos, nos termos de legislação específica, e garanta a manutenção e perpetuação.

CAPÍTULO III Do Parcelamento do Solo

Art. 134. Parcelamento do solo urbano é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento, desmembramento e fracionamento, sempre mediante aprovação municipal.

Parágrafo único. Equiparam-se, para efeito desta Lei, ao parcelamento do solo as situações previstas no § 3º do art. 153.

ANEXO 4: Roteiros das entrevistas e do levantamento de dados

A) Roteiro das entrevistas - agricultores

- Como encara a situação de ser um agricultor que reside numa cidade grande?
- O que acha do avanço/crescimento da cidade sobre o seu bairro?
- Por este ser um bairro onde há muitos anos agricultores moram e plantam alimentos, você considera que está morando num local diferenciado, num bairro especial?
- O que é ser agricultor prá você? (Ser agricultor é uma profissão ou um modo de vida?)
- Você incentiva seus filhos a serem agricultores?
- Quais os problemas que encontra em morar (e produzir) em seu bairro?
- Quais vantagens que encontra em morar (e produzir) em seu bairro?
- Como se relaciona com os demais moradores de seu bairro (agricultores e não agricultores)?
- Você acha que os agricultores daqui ainda mantêm alguns costumes/hábitos do tempo em que o bairro era quase todo ocupado por propriedades agrícolas?
- Você considera os agricultores um grupo unido?
- Você já recebeu oferta de compra da sua propriedade? Aceitou? Por quê?
- Sente vontade de ir embora de seu bairro?
- O que acha da atuação dos agentes imobiliários no bairro e da instalação de condomínios/vilas populares, no bairro, pela prefeitura?
- Quem são os principais aliados das causas dos produtores?
- O que acha do tratamento que a prefeitura dá aos agricultores?
- Como considera a atuação de outras instituições (EMATER, CAD, Sindicatos, etc.) nas questões referentes aos agricultores?
- O que acha da questão dos impostos?
- O que acha da Festa do Pêssego?
- Que medidas considera importante para serem tomadas em seu bairro, a favor dos agricultores?
- Quais são suas perspectivas para o futuro?

B) Roteiro do levantamento de dados – agricultores

• Gerais

- Nome completo e idade
- Endereço
- Residentes na propriedade

• Origem Social

- Local de nascimento seu, da esposa, pais e avós
- Etnias que é descendente
- Tempo de residência no bairro
- Grau de instrução seu, da esposa, filhos, pais e avós
- Profissão sua, da esposa, filhos, pais e avós
- Cursos técnicos seus

- Se é agricultor em tempo integral ou exerce (ou já exerceu) outras atividades fora da propriedade e por quê
- Capital Econômico
 - Tamanho da terra
 - Benfeitorias e Maquinário
 - O que produz
 - Destino da produção
 - Mão-de-obra
 - Renda anual média e se é satisfatória
 - Origem da renda (atividades agrícolas e não-agrícolas)
 - Se possui (e qtde.)TV, rádio, telefone, computador, automóvel, banheiro
- Capital Social e Cultural
 - Se participa de alguma associação ou sindicato
 - Com quem mantém relações de amizade
 - Com quem mantém relações de parceria
 - Se participa da Festa do Pêssego e como (visitante ou expositor)
 - Se é filiado a algum partido político
 - Se assina algum jornal ou revista e qual
 - Se tem acesso à Internet
 - Atividades de lazer

C) Roteiro das entrevistas – moradores não agricultores

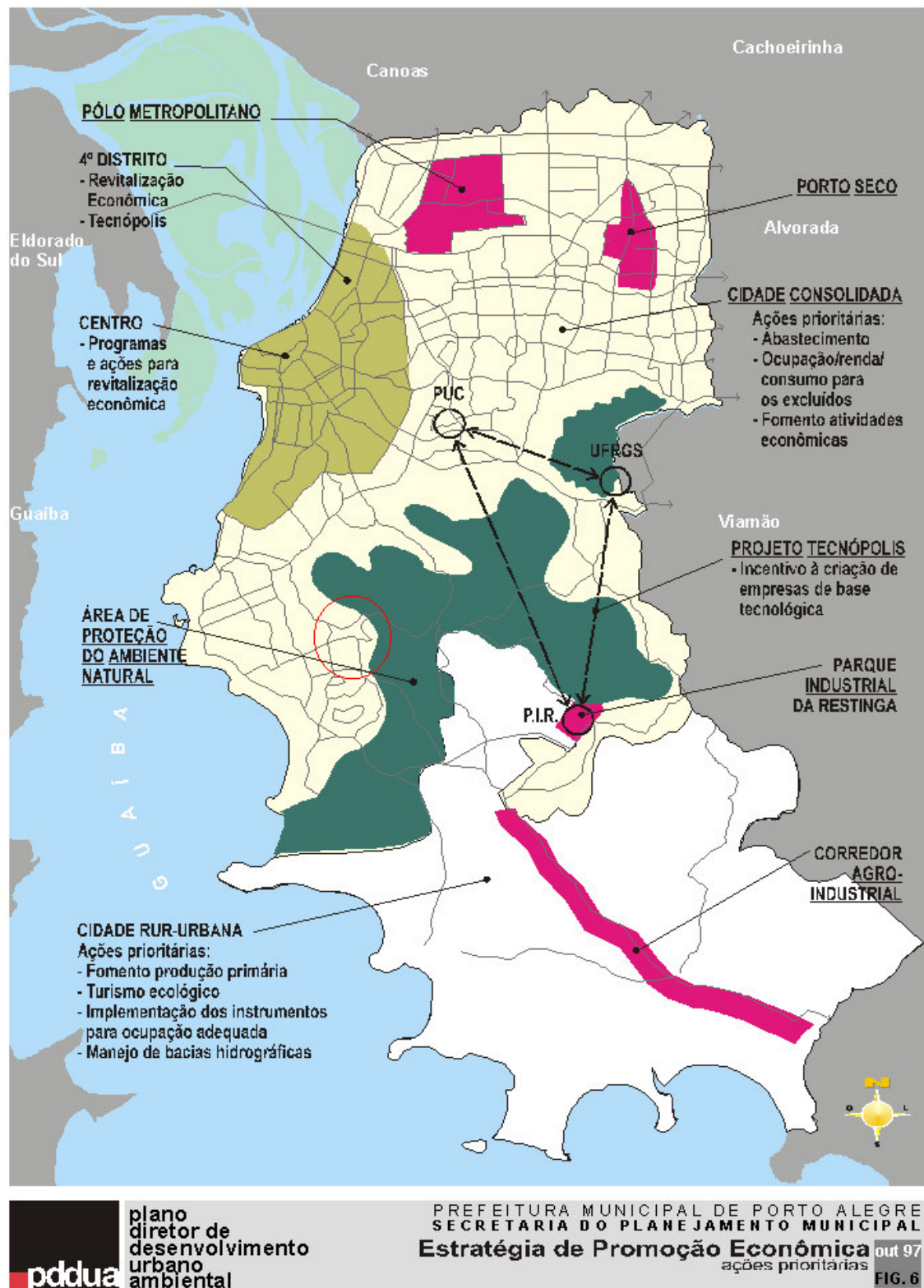
- Nome completo e idade
- Endereço
- Local de nascimento
- Nível de escolaridade
- Profissão
- Tempo de residência no bairro
- Se percebe a existência de agricultores aqui no bairro
- O que acha dos agricultores do bairro, como se relaciona com eles, se tem problemas
- Se percebe diferença no comportamento de quem é agricultor e de quem não é
- Se considera a permanência deles dos que ainda estão aqui no bairro importante
- Se consome os produtos dos agricultores do bairro
- Se considera que está morando num bairro diferente do demais

D) Roteiro das entrevistas - mediadores

- Nome completo e idade
- Local de nascimento e trajetória da família
- Etnias que é descendente
- Grau de instrução
- Profissão e outras atividades (trajetória profissional)
- Cargo que ocupa (principais funções) e tempo que trabalha nele

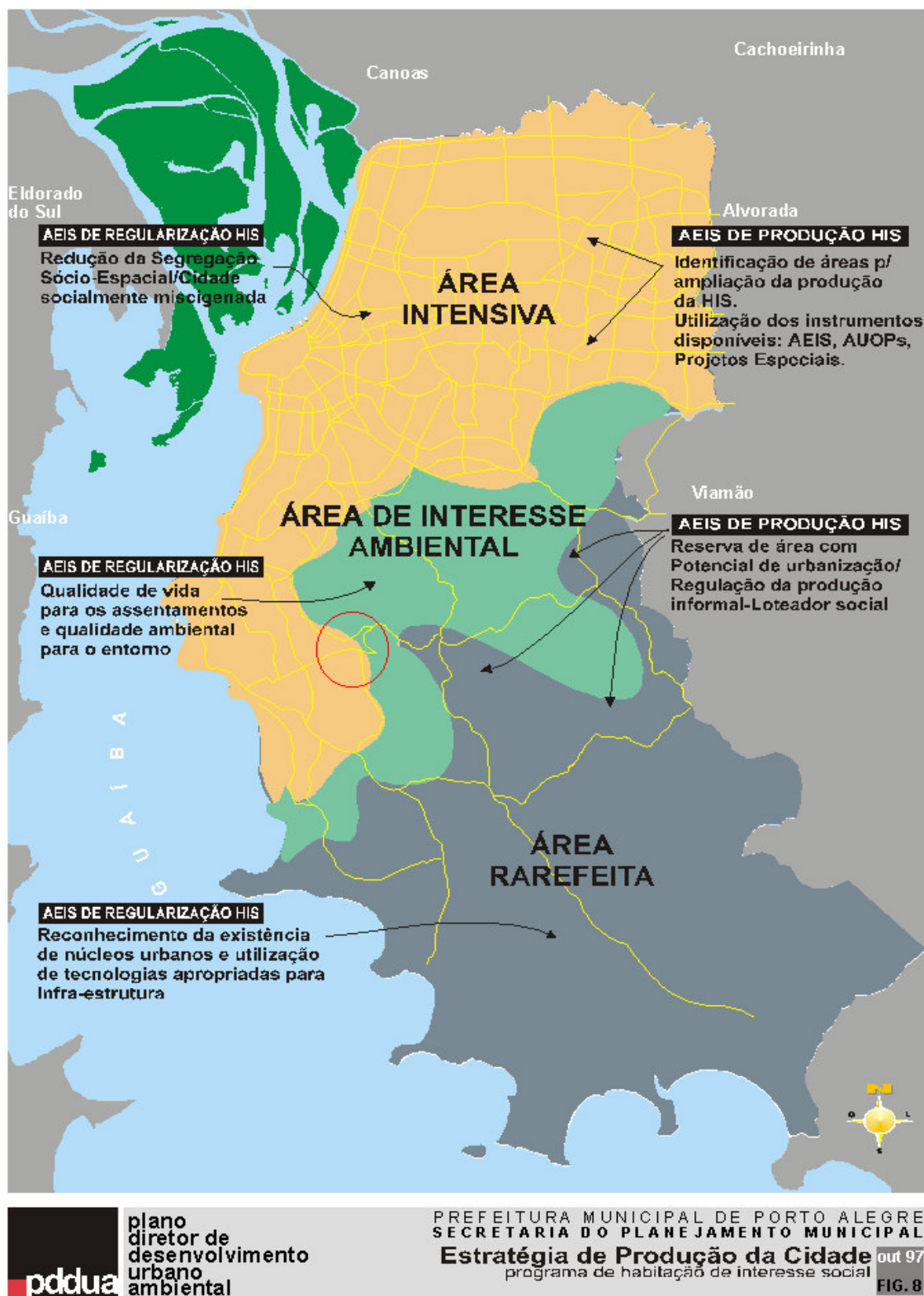
- Como a instituição vê a questão do avanço/crescimento da cidade sobre o bairro Vila Nova e arredores
- Como a instituição vê a realização de loteamentos de áreas agrícolas no bairro e a instalação de vilas populares no bairro
- O que acha da atuação dos agentes imobiliários no bairro
- Qual a postura da instituição sobre a decisão aprovada no último PDDUA de se extinguir a zona rural de POA
- Atuações e projetos atuais envolvendo os agricultores da Vila Nova e arredores
- Se a Festa do Pêssego tem um formato adequado (quais as mudanças necessárias)
- O que acha do tratamento que a prefeitura dispensa aos agricultores do bairro
- O que acha da atuação da Câmara frente às questões dos agricultores
- O que acha da atuação da SMIC em relação aos agricultores do bairro e arredores
- O que acha da atuação dos sindicatos rurais que trabalham com os agricultores do bairro
- O que acha da atuação da EMATER
- Que medidas/políticas percebe como importantes para serem tomadas no bairro, em relação aos agricultores
- Na opinião da instituição, que destino terão os agricultores do bairro
- Quais as perspectivas de atuação e de projetos junto aos agricultores do bairro

ANEXO 5



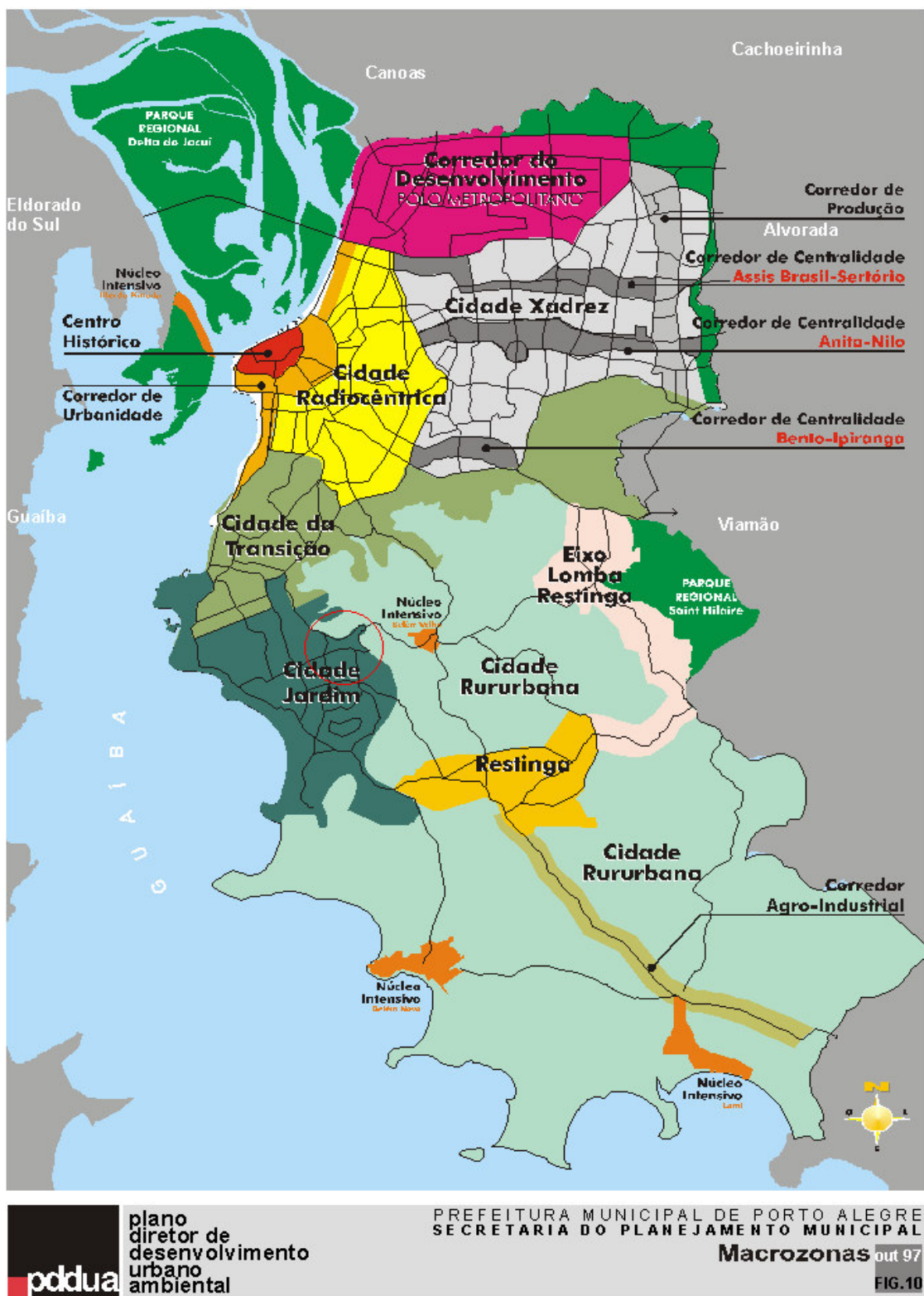
Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br

Figura 2: Classificações dadas à área estudada (em destaque), quanto à Estratégia de Promoção Econômica, conforme o atual PPDUA de Porto Alegre



Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br

Figura 3 – Classificações dadas à área estudada (em destaque), quanto à Estratégia de Produção da Cidade, conforme o atual PPDUA de Porto Alegre



Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br

Figura 4 – Classificações dadas à área estudada (em destaque), quanto a Macrozonas, conforme o atual PPDUA de Porto Alegre

ANEXO 6: Fotos referentes à Festa do Pêssego/2003

Foto 1: Faixa na entrada das instalações da Festa do Pêssego/2003



Foto 2: Fachada das instalações da Festa do Pêssego/2003



Foto 3: Banca de um dos agricultores



Foto 4: Público visitante e bancas dos agricultores (ângulo 1)



Foto 5: Público visitante e bancas dos agricultores (ângulo 2)



Foto 6: Princesa (adulto) com rainha e princesas (infantil) da Festa do Pêssego/2003

ANEXO 7: Demandas do OP/2001, referentes à área investigada¹²⁰

REGIÕES		
Centro-Sul		
DEP	2001 - Saneamento Básico	
Demanda	Descrição	Situação
20011335	IMPLANTACAO DE COLETOR FUNDOS NA RUA LAGUNA ATE RUA FLORILHA	Concluída
20011337	IMPLANTACAO DE REDE PLUVIAL E BACIA DE DETENCAO NO QUARTEIRAO QUE CONTEM A TRAVESSA ALBANO	Em Andamento
20011338	IMPLANTACAO DE COLETOR FUNDOS NA VILA DARIO TOTTA ATE ARROIO PASSO FUNDO	Concluída
Centro-Sul		
SMOV	2001 - Pavimentação	
Demanda	Descrição	Situação
20011285	ACESSO A RUA 4556 JARDIM CAMAQUA - GABARITO DO DEMHAB DA RUA JOAO PITTA PINHEIRO FILHO A RUA 4509 - 130 METROS CONDICIONADO A REMOCAO DE CERCAS, MUROS E CASAS	Em Obra
20011286	ESTRADA ARACAJU A PARTIR DO PI 99- VILA JARDIM DAS PALMEIRAS - 300 METROS. CONDICIONADA A REMOCAO DE CERCAS, MUROS E CASAS.	Concluída
20011287	ACESSO B - VILA BOA VISTA OU CALCADAO DA RUA ALCEBIADES ANTONIO DOS SANTOS (FINAL DO PAV.) EM DIRECAO A AV. VICENTE MONTEGGIA - 250 METROS	Em Andamento
20011288	AV FAMILIA GONCALVES CARNEIRO DA AV CAVALHADA ATE A RUA DA FE - (DUAS PISTAS DE 250 METROS) - 500 METROS	Concluída

¹²⁰ Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br/Op

	CONDICIONADO A REMOCAO DE CERCAS, MUROS E CASAS	
20011289	RUA LIDYA SPERB A PARTIR DA RUA ANGELO PASSUELO - 300 METROS CONDICIONADO A REMOCAO DE CERCAS, MUROS E CASAS	Em Andamento
20011290	RUA SANTOS A PARTIR DO BECO PALADINO - 250 METROS CONDICIONADO A REMOCAO DE CERCAS, MUROS E CASAS	Em Obra

Centro-Sul

SMOV	2001 - Iluminação Pública	
Demanda	Descrição	Situação
20011299	PONTO DE LUZ NA ANGELO BARBOSA NUMERO 570 - VILA JARDIM DAS PALMEIRAS - EXECUCAO PARCIAL	Concluída

Centro-Sul

SMED	2001 - Educação	
Demanda	Descrição	Situação
20011308	CONSTRUCAO DE CRECHE CAMPO NOVO	Em Obra

Centro-Sul

DEMHAB	2001 - Habitação	
Demanda	Descrição	Situação
20011350	CONSTRUCAO DE 85 LOTES URBANIZADOS COM MODULOS SANITARIOS PARA FAMILIAS ASSENTADAS EM AREAS IMPROPRIAS NA REGIAO	Em Andamento

Centro-Sul

DMAE	2001 - Saneamento Básico	
Demanda	Descrição	Situação

ERECHIM,BAIRRO NONOAI - 150 METROS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

SÉRIE DE DISSERTAÇÕES PUBLICADAS

- 001 - MARIN, Solange Regina.** Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. 2001. 193f.
- 002 - PEDROSO, Glaucilene Dias.** Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 122f.
- 003 - SIQUEIRA, Oscar Graeff.** A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). 2001. 217f.
- 004 - PASE, Hemerson Luiz.** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Floriano Peixoto. 2001. 171f.
- 005 - LOPES, Saulo Barbosa.** Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Agroflorestais: uma proposição metodológica. 2001. 187f.
- 006 - MACHADO, Roberto Tormes.** Análise sócio-econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal - RS. 2001. 155f.
- 007 - SARTOR, Juliane.** Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim em Pareci Novo - Rio Grande do Sul. 2001. 117f.
- 008 - COELHO, Vanessa Pfeifer.** Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. 2002. 129f
- 009 - TRENTIN, Iran Carlos Lovis.** O Pró-Rural 2000 como política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. 2002. 145f.
- 010 - VILLABERDE, Maria Sérgia.** Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. 2002. 119.
- 011 - SILVA, Paulo Roberto Nunes da -** Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. 2002. 200f.
- 012 - JANSEN, Suzel Lisiane.** Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos. 2002. 138f.
- 013 - CASTILHOS, Dino Sandro Borges de.** Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 174f.
- 014 - BIOLCHI, Marilza Aparecida.** Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 168f



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

- 015 – RICOTTO, Alcides Juvenal.** Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 152f.
- 016 - SABABÉS, Leandro.** Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002. 186f.
- 017 – PETTER, Rudimar Luis.** As Múltiplas Expressões da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção no estado do Rio Grande do Sul. 2002. 161f.
- 018 – MOURA, Lino Geraldo Vargas.** Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS. 2002. 251f.
- 019 – FERRAZ, Osni Giani.** A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. 2002. 155f.
- 020 – GERHARDT, Cleyton Henrique.** Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da 'problemática ambiental' em agro-eco-sistemas. 2002. 539f.
- 021 – COLE, Dorlei Marcos.** Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 226f.
- 022 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Os Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. 2003. 184f.
- 023 – PLEIN, Clério.** As Metamorfoses da Agricultura Familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina. 2003. 158f.
- 024 – ALVES, Juliete Miranda.** A Obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica. 2003. 112f.
- 025 – ANDREATTA, Tanice.** Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. 2003. 266f.
- 026 – BASSO, Dirceu.** A Produção e a Gestão das Políticas de Desenvolvimento Rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos-PR. 2003. 197f.
- 027 – ROS, Carlos Javier Cowan.** Capital Social e Luta Simbólica – O Caso da RED PUNA: uma experiência territorial de articulação social na Província de Jujuy, Argentina. 2003. 279f.
- 028 – BRUSTOLIN, Cíndia.** Lutas pela Definição de Concepções de Justiça na Construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC. 2003. 198f.
- 029 – RYAN, Sílvia Laura.** Lógicas de Engajamento de Produtores Familiares em Propostas de Desenvolvimento: a implementação do Programa Social Agropecuário em Pampa de Achala, Córdoba - AR. 2003. 136f.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

- 030 – COTRIM, Marcelo Souza.** ‘Pecuária Familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do ‘pecuarista familiar’ no município de Canguçu/RS. 2003. 142f.
- 031 – SILVEIRA, Cleci Behling da.** Organizações e a “Lei de Ferro das Oligarquias”: um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. 2003. 190f.
- 032 – CARMO, Luiz Eduardo Abbadly do.** Impacto de Políticas Públicas na Sustentabilidade Socioambiental: o caso do Pró-Guaíba no município de Segredo/RS. 2003. 218f.
- 033 – FINCO, Marcus Vinícius Alves.** Pobreza Rural e Degradação Ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso no Rio Grande do Sul. 2003. 111f.
- 034 – KUHN, Daniela Dias.** O Microcrédito como Instrumento de Desenvolvimento Rural no Município de Constantina/RS: a abordagem seniana de desenvolvimento. 2004. 182f.
- 035 – CHAVEZ, Fátima Elizabeth Almada.** A Questão Ambiental na Esfera Pública e a Democracia no Paraguai. 2004. 171f.
- 036 – PREMEBIDA, Adriano.** Desenvolvimento Rural e o Campo Tecnocientífico: A construção de um discurso. 2004.156f.
- 037 – BLUME, Roni.** Território e Ruralidade: a desmistificação do final rural. 2004. 179f.
- 038 – CONTERATO, Marcelo Antonio.** A Mercantilização da Agricultura Familiar do Alto ruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 189f.